

**Projeto de Lei do Executivo Municipal nº 019/2015 de 11 de junho de 2015.**

*Aprova o Plano Municipal de  
Educação – PME e dá outras  
providências*

**PROJETO DE LEI**

**Art. 1º** - É aprovado o PME com vigência até 2025, conforme a Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da CF/88.

**Art 2º** - São diretrizes do PME:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

**Art. 3º** - As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência da Lei do PME.

**Art. 4º** - As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Parágrafo único. O poder público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência.

**Art. 5º** - A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I- Secretaria Municipal de Educação

II- Comissão de Educação da Câmara de Vereadores

III – Conselho Municipal de Educação

IV – Fórum Municipal de Educação

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações, inclusive nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PME, o município utilizará os estudos publicados pelo INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei, com informações organizadas e consolidadas em âmbito nacional e municipal, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 4º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.

§ 3º O município acompanhará o cumprimento da meta progressiva do investimento público em educação, que será avaliada no quarto ano de vigência do PNE e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

**Art. 6º** - O município realizará pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final da vigência deste PME alinhado ao PNE, articuladas e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

§ 2º As Conferências Municipais de Educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PME e subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Educação para o decênio subsequente.

**Art. 7º** - O município atuará em regime de colaboração com o Estado e a União, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 1º Caberá aos gestores municipais a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser

complementadas por mecanismos nacionais, estaduais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O Sistema Municipal de Ensino criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O município integrará a instância permanente de negociação e cooperação criada entre a União, os Estados e os Municípios.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município e o Estado ocorrerá pela instituição de instância permanente de negociação, cooperação e pactuação.

§ 7º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

**Art. 8º** - O PME contempla estratégias que:

I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural;

III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV - promovam a articulação Inter federativa na implementação das políticas educacionais.

Parágrafo único: Os processos de elaboração e adequação do PME, de que trata esta Lei, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

**Art. 9º** - O Município deverá aprovar lei específica para o seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública no respectivo âmbito de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação da Lei do PNE, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

**Art. 10** - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

**Art. 11** - O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

§ 1º O sistema de avaliação a que se refere o caput produzirá, no máximo a cada 2 (dois) anos:

I - indicadores de rendimento escolar, referentes ao desempenho dos (as) estudantes apurado em exames nacionais de avaliação, com participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos (as) alunos (as) de cada ano escolar periodicamente avaliado em cada escola, e aos dados pertinentes apurados pelo censo escolar da educação básica;

II - indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo dos (as) profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outras relevantes.

§ 2º A elaboração e a divulgação de índices para avaliação da qualidade, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, que agreguem os indicadores mencionados no inciso I do § 1º não elidem a obrigatoriedade de divulgação, em separado, de cada um deles.

§ 3º Os indicadores mencionados no § 1º serão estimados por etapa, estabelecimento de ensino, rede escolar, unidade da Federação e em nível agregado nacional, sendo amplamente divulgados, ressalvada a publicação de resultados individuais e indicadores por turma, que fica admitida exclusivamente para a comunidade do respectivo estabelecimento e para o órgão gestor da respectiva rede.

§ 4º Cabem ao INEP a elaboração e o cálculo do IDEB e dos indicadores referidos no § 1º.

§ 5º A avaliação de desempenho dos (as) estudantes em exames, referida no inciso I do § 1º, poderá ser diretamente realizada pela União ou, mediante acordo de cooperação, pelos Estados e pelo Distrito Federal, nos respectivos sistemas de ensino e de seus Municípios, caso mantenham sistemas próprios de avaliação do rendimento escolar, assegurada a compatibilidade metodológica entre esses sistemas e o nacional, especialmente no que se refere às escalas de proficiência e ao calendário de aplicação.

**Art. 12** - Até o final do décimo ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o Projeto de Lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

**Art. 13** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Miguel Ângelo Gasparetto  
Prefeito Municipal

## JUSTIFICATIVA

Enviamos para apreciação legislativa o Projeto de Lei nº 018, de 11 de junho de 2015, que *Aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências*

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dessa Casa Legislativa, o incluso projeto de lei que aprova o Plano Municipal de Educação da Cidade de Ronda Alta – RS, para o decênio 2015-2025.

A Constituição Federal, em seu artigo 205, consagra a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, à luz dos princípios estabelecidos em seu artigo 206.

Para tanto, define as garantias, mediante as quais o dever do Estado com a educação se efetivará, cabendo destacar a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade e o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, dispõe no art. 208 que "A lei estabelecerá o plano estadual de educação, de duração plurianual, em consonância com o plano nacional de educação, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino nos diversos níveis, e à integração das ações desenvolvidas pelo Poder Público que conduzam à:

I - erradicação do analfabetismo;

- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade de ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica”.

Em cumprimento ao artigo 214 da Carta Magna, foi editada a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, cujo artigo 8º determina aos demais entes federados elaborar planos decenais correspondentes, com base no referido Plano num prazo de um ano contado da publicação desta Lei.

Com a finalidade de atender a essas determinações legais, a Secretaria Municipal de Educação iniciou ampla discussão com representantes da comunidade educacional, de diversos setores e de organizações representativas da população rondaltense, envolvendo mais de trezentas pessoas, com o objetivo de definir as metas a serem alcançadas, bem como de iluminar a tomada de decisões para a definição das estratégias necessárias ao alcance das metas estabelecidas.

Foram realizados diagnósticos para verificar as necessidades educacionais do Município, mediante discussões e debates realizados nas escolas, em fóruns regionalizados, em plenárias livres, em reuniões com representantes da classe do Magistério, e com os demais cidadãos interessados na temática, tendo o trabalho culminado na realização da Conferência Municipal de Educação de Ronda Alta, com vistas à construção de um plano que realmente atendesse a realidade específica do Município.

Consultados os órgãos descentralizados, as comunidades escolares e a sociedade rondaltense, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto elaborou a presente proposta, a partir das sugestões sistematizadas no processo de discussão, contempladas no Plano Municipal de Educação de Ronda Alta - RS ora apresentado, fundamentado também nas metas estabelecidas em âmbito federal, que compõem a lei do novo Plano Nacional de Educação 2014/2024. Assim, com amparo nas atribuições consubstanciadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no âmbito da autonomia outorgada a cada ente federado para estabelecer suas próprias metas educacionais, o Plano Municipal de Educação de Ronda Alta - RS, como indicador de qual educação se almeja para os próximos dez anos, priorizou a definição de metas e estratégias para seu Sistema de Ensino.

O processo de elaboração do texto-base do PME foi um movimento profícuo e participativo de elaboração do planejamento das políticas

educacionais para a próxima década, alcançando os objetivos de mobilizar a participação da comunidade educacional, garantindo assim seu caráter de política de Estado e não de governo. Neste sentido, está inserido no esforço nacional do campo da educação de superar a fragmentação e insuficiência que historicamente caracterizam o planejamento educacional no país.

Trata-se, pois, de importante instrumento contra a descontinuidade das políticas educacionais, fortalecendo a ação planejada e contribuindo para que a sociedade exerça melhor controle social em relação à atuação do Poder Público, na busca da construção de uma sociedade baseada nos princípios de justiça social, no respeito aos direitos humanos, na prevalência das necessidades humanas sobre os interesses do mercado, na defesa da paz e solução pacífica dos conflitos, da ética e da solidariedade como norteadores das relações sociais, na preservação do meio ambiente para garantia da vida, na valorização do respeito à diversidade e na oposição a todas as formas de discriminação e de exclusão social.

Ante o exposto e em consonância com o Parecer nº 001, de 08 de junho de 2015, do Conselho Municipal de Educação, órgão normativo do Sistema Municipal de Ensino, restando evidenciadas as razões que amparam a medida e demonstram o relevante interesse público de que se reveste, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dessa Casa Legislativa, contando com seu indispensável aval.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ronda Alta, aos 11 de junho de 2015.

Miguel Angelo Gasapretto

Prefeito Municipal

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO**

# **PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**2015/2025**



**Prefeito**

Miguel Ângelo Gasparetto

**Vice Prefeito**

Odemar Paulo Raimondi

**Secretária Municipal de Educação e Desporto**

Elizete Raimondi

**Comissão Geral**

Elizete Raimondi

Claudete Beatris Romani

Aline Priori

Leni Lúcia Giroleti

Valério Bernardi

Luiz Antônio Gadini

João Antônio Gregianin

José Oldair Nascimento

Marli Teresinha Bernardi

Roberta Piccoli

Silvânio Roque Lucca

**Equipe Técnica**

Elizete Raimondi

Jucélia Copini

Loiri Jorge Lanzini

Pedro Selomar Senh

Siriane Cadore Marcon

Aline Katzer

### **Comissões Temáticas**

#### *Educação Infantil*

Siriane Cadore Marcon

Claudiane Maria Bosa Sarturi

Andreia Roberta Roveda Treméa

Silvane Cadore Piva

Carla Beatris Marchioro

Andréia Scarpin Noetzold

#### *Ensino Fundamental – Anos Iniciais*

Ritamar Citolin

Glaciema Bernardete Terebinto

Carla Todeschini Schenkel

Luisiane Fátima Fontana Romanini

Iloiva de Couto

#### *Ensino Fundamental – Anos Finais*

Cássio da Costa Celso

Graciane Goppinger Lucca

Marcele Fiorentin

Ana Carolina Lopes

Izelde Serafini Scariot

#### *Educação Indígena*

Adriana Inácio Claudino  
Neemias Nênc-Nfõonro  
Ezandro Fagner Mij Braga  
Roselinda Vangri Inácio  
Ires Alves

*Educação Especial*

Ana Paula Scarpin Ghizzi  
Loreci de Fátima Conrado  
Deise Mara Ferronato  
Joice Adenir Tocolini  
Soraia Fátima Trevisan

*Ensino Superior e Técnico*

Sônia Aparecida Rizzi  
Eliane de Fátima Signori Carneiro  
Caroline Signori Carneiro  
Odete Teresinha Raimondi

*Ensino Médio e EJA*

Vera Lucia Apolinário Fumagalli  
Silvane Maria Scariot Sartori  
Ivanete Guidini  
Daniela Menegon Nói  
Lucilda Gusatti Menegon  
Ezequiela Ferronato Beux  
Elenice Fátima Brunetto Machado da Silva

Educação do Campo

Izaura Sirlei Gemniczak

Jenaíne Facchini Gasparetto

Marivanda Zorzi Grando

Helena Teresinha Verardi

Ezequiel Luis Pedrini

Gestão e Financiamento, Formação de Professores e Valorização do Magistério

Conselho Municipal de Educação – CME

Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SMED

Comissão Geral do Plano Municipal de Educação – PME

## **LISTA DE SIGLAS**

AAS – Alcoólicos Anônimos

ACIRA – Associação Comercial e Industrial de Ronda Alta

ACS – Agente Comunitário de Saúde

AEE – Atendimento Educacional Especializado

ATRA – Associação dos Trabalhadores de Ronda Alta

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAD – Centro de Atendimento ao Desnutrido

CAFW – Colégio Agrícola de Frederico Westphalen

CAQ – Custo Aluno Qualidade

CAQUI - Custo Aluno Qualidade Inicial

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

CEED – Conselho Estadual de Educação

CEMA – Centro Municipal de Atendimento

CEMPREV - Centro Municipal de Saúde Ambulatorial e Preventiva Osmar Matte

CESAF – Centro de Saúde da Família

CF – Constituição Federal

CME - Conselho Municipal de Educação

CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento

CPERS – Centro dos Professores do Rio Grande do Sul

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

CRT – Companhia Riograndense de Telefonia

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

DAER – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens

DDD – Discagem Direta a Distância

EAD – Educação a Distância

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EEPROCAR – Escola Estadual de Educação Profissional de Carazinho

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ELETROSUL - Central Elétrica do Sul do Brasil

EMATER – Escritório Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural

ESF – Estratégia da Saúde da Família  
FM – Frequência Modulada  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica  
GEFIM – Grupo de Educação Fiscal Municipal  
IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IES – Instituição de Ensino Superior  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia  
JERGS – Jogos Estudantis do Rio Grande do Sul  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases  
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais  
LQP – Licença Qualificação Profissional  
MACALI – Madeireira Carazinhense Ltda  
MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores  
MST – Movimento dos Sem Terra  
NAAB – Núcleo de Atenção Básica à Saúde  
ONGs – Organização Não Governamental  
PA – Pronto Atendimento  
PAIF – Programa de Apoio Integral a Família  
PBF – Programa Bolsa Família  
PCDs – Pessoas com Deficiência  
PEATE – Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIM – Primeira Infância Melhor  
PL – Projeto de Lei  
PME – Plano Municipal de Educação  
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte  
PNE – Plano Nacional de Educação  
PROJOVEM – AÇÃO JOVEM –  
RAE – Rede de Apoio a Escola  
RBS TV – Rede Brasil Sul de Televisão  
RGE – Rio Grande Energia  
RPPS – Regime Próprio de Previdência Social  
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência  
SEDEC – Secretaria de Desporto e Cultura  
SEDUC – Secretaria de Estado da Educação  
SESAI – Secretaria de Estado da Saúde e Assistência ao Índio  
SMAIS – Secretaria Municipal de Assistência Social  
SME – Secretaria Municipal de Educação  
SMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto  
SPI – Serviço de Proteção ao Índio  
SUS – Sistema Único de Saúde  
TCE – Tribunal de Contas do Estado  
TEA – Transtorno do Espectro Autista  
TGD – Transtorno Global do desenvolvimento  
UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação  
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação  
UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo Da Vinci

## **LISTAS DE TABELAS**

Tabela 01 – Demonstrativo das Gestões Legislativas e Executivas de Ronda Alta

Tabela 02 – Demonstrativo populacional

Tabela 03 – Educação infantil: Matrícula inicial

Tabela 04 – Educação Infantil: Alunos da Zona Urbana e Rural referente ao ano de 2014.

Tabela 05 – Educação Infantil: Média horas/aulas – Ano de 2014

Tabela 06 – Educação Infantil: Relação professor/aluno

Tabela 07 – Educação Infantil: Alunos Incluídos declarados no Censo Escolar

Tabela 08 – Educação Infantil: Relação de alunos que utilizam transporte escolar

Tabela 09 – Educação Infantil: Relação de alunos não indígenas

Tabela 10 – Educação Infantil: Vagas oferecidas e preenchidas por crianças não indígenas, na rede municipal de ensino no ano de 2014

Tabela 11 – Educação Infantil: Vagas oferecidas e preenchidas por crianças indígenas no Município

Tabela 12 – Educação Infantil: Relação de salas utilizadas

Tabela 13 – Educação Infantil: Recursos disponíveis

Tabela 14 – Anos Iniciais: Matrícula inicial

Tabela 15 – Anos Iniciais: Evasão escolar

Tabela 16 – Anos Iniciais: Reprovação escolar

Tabela 17 – Anos Iniciais: Aprovação escolar

Tabela 18 – Anos Finais: Matrícula inicial

Tabela 19 – Anos Finais: Evasão escolar

Tabela 20 – Anos Finais: Reprovação escolar

Tabela 21 – Anos Finais: Aprovação escolar

Tabela 22 – Escolas do Campo: Matrícula inicial

Tabela 23 - Escolas do Campo: Evasão escolar

Tabela 24 - Escolas do Campo: Reprovação escolar

Tabela 25 – Escolas do Campo: Aprovação escolar

Tabela 26 – Escolas Indígenas: Matrícula inicial

Tabela 27 – Escolas Indígenas: Evasão escolar



Tabela 28 – Escolas Indígenas: Reprovação escolar

Tabela 29 – Escolas Indígenas: Aprovação escolar

Tabela 30 – Escolas Indígenas: Matrícula inicial da Educação Infantil

Tabela 31 – Ensino Médio Diurno: Matrícula inicial

Tabela 32 – Ensino Médio Diurno: Evasão escolar

Tabela 33 – Ensino Médio Diurno: Reprovação escolar

Tabela 34 – Ensino Médio Diurno: Aprovação escolar

Tabela 35 – Ensino Médio Noturno: Matrícula inicial

Tabela 36 – Ensino Médio Noturno: Evasão escolar

Tabela 37 – Ensino Médio Noturno: Reprovação escolar

Tabela 38 – Ensino Médio Noturno: Aprovação escolar

Tabela 39 – Ensino Médio Diurno e Noturno: Matrícula inicial

Tabela 40 – Ensino Médio Diurno e Noturno: Evasão escolar

Tabela 41 – Ensino Médio Diurno e Noturno: Reprovação escolar

Tabela 42 – Ensino Médio Diurno e Noturno: Aprovação escolar

Tabela 43 – Ensino Médio: Distorção idade/série ano de 2013

Tabela 44 – Ensino Médio: Número médio de alunos por turma

Tabela 45 – Ensino Médio: Alunos incluídos declarados no Censo Escolar

Tabela 46 – Educação de Jovens e Adultos: Matrícula inicial

Tabela 47 – Educação de Jovens e Adultos: Evasão escolar

Tabela 48 – Educação de Jovens e Adultos: Relação de concluintes

Tabela 49 – Transporte escolar

Tabela 50 – Transporte escolar terceirizado

Tabela 51 – Transporte escolar: Recursos gastos em 2012

Tabela 52 – Transporte escolar: Recursos gastos em 2013

Tabela 53 – Transporte escolar: Recursos gastos em 2014

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	14
2. INTRODUÇÃO.....	15
3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	18
3.1. A Origem Territorial do Município de Ronda Alta.....	18
3.2. Ocupação do Território por Reforma Agrária.....	20
3.2.1. Panorama Atual.....	22
3.3. A Retomada da Luta pela Terra.....	23
3.4. Ronda Alta e o Território Indígena.....	25
3.5. População.....	28
3.6. Educação.....	30
3.6.1. Educação Inclusiva.....	32
3.6.2. Esporte e Lazer.....	32
3.7. Economia.....	34
3.7.1. Agricultura e Pecuária.....	35
3.7.2. Comércio e Serviços.....	36
3.7.3. Indústria.....	37
3.8. Comunicação.....	39
3.9. Assistência e Integração Social.....	41
3.10. Saúde.....	42
3.10.1. Hospitais.....	43
3.10.1.1. Aleitamento Materno.....	44
3.10.1.2. Saúde mental.....	45
3.10.1.3. Alcoólicos Anônimos.....	46
3.10.1.4. Plantas Medicinais.....	46
3.10.1.5. SAMU 192.....	47
3.11. Localização Geográfica do Município de Ronda Alta.....	47
3.12. Hidrografia.....	48
3.13. Vegetação Original.....	50
3.14. Clima.....	52
3.15. Relevo.....	52
4. PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO/FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA.....	54

4.1. Professores.....	54
4.2. Funcionários de escolas.....	54
5. DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL POR ESCOLA E DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS.....	56
5.1. Escola Municipal de Educação Infantil Arco – Íris.....	57
5.2. Escola Municipal de Educação Infantil Vó Elmira Guiland.....	58
5.3. Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Alderi Facchi.....	58
5.4. Escola Municipal de Ensino Fundamental Mem de Sá.....	59
5.5. Escola Estadual de Educação Básica Professor Alfredo Gavioli.....	60
5.6. Escola Estadual de Ensino Fundamental Herculino Baldissarella...	61
5.7. Escola Estadual de Ensino Fundamental Isabel de Orleans.....	62
5.8. Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Fág Kavá.....	62
5.9. Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Luiz Kónhko.....	63
5.10. Visão Educacional dos Diversos Segmentos Escolares.....	64
6. NÍVEIS DE EDUCAÇÃO: DIRETRIZES E DIAGNÓSTICOS.....	66
6.1. Educação Infantil.....	66
6.1.1. Diretrizes.....	67
6.1.2. Diagnóstico.....	68
6.2. Ensino Fundamental.....	73
6.2.1. Diretrizes.....	75
6.2.2. Diagnóstico Ensino Fundamental Anos Iniciais.....	76
6.2.3. Diagnóstico Ensino Fundamental Anos Finais.....	79
6.2.4. Diagnóstico das Escolas do Campo.....	82
6.2.5. Diagnósticos das Escolas Indígenas.....	85
6.3. Ensino Médio.....	90
6.3.1. Diretrizes.....	91
6.3.2. Diagnóstico.....	93
6.4. Educação de Jovens e Adultos.....	99
6.4.1. Diretrizes.....	100
6.4.2. Diagnóstico.....	101
6.5. Educação Especial.....	102
6.5.1. Diretrizes.....	103

6.5.2. Diagnóstico.....	104
6.6. Ensino Técnico Profissionalizante.....	104
6.6.1. Diretrizes e diagnóstico.....	105
6.7. Ensino Superior.....	106
6.7.1. Diretrizes e diagnóstico.....	106
7. TRANSPORTE ESCOLAR: FINANCIAMENTO E GESTÃO.....	107
7.1. Diretrizes e diagnóstico.....	109
8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	115
9. REFERÊNCIAS.....	117
10. ANEXOS.....	119
Anexo I.....	119
Anexo II.....	160
Anexo III.....	161

## **1. APRESENTAÇÃO**

Ronda Alta dá um grande salto de qualidade educativa ao elaborar, de forma democrática e participativa, o Plano Municipal de Educação – PME.

O Plano Municipal de Educação é um Plano de Estado e não de governo, devendo projetar suas metas para um período de 10 anos, ultrapassando, portanto, pelo menos dois mandatos da administração municipal. Por ser aprovado por lei, tem maiores garantias de que seja executado, embora sofra adequações ao longo de seu monitoramento. Destina-se, prioritariamente, ao poder público municipal, mas foi o resultado do debate democrático produzido na sociedade, pois requereu clareza e objetividade a respeito de qual educação queremos, já que aponta para um caminho em que a educação é o alicerce para o desenvolvimento da sociedade e do conhecimento do século XXI.

Também não é um Plano da Secretaria Municipal de Educação, nem da Rede Municipal de Ensino, pois a abrangência de seus objetivos e metas é a do Sistema Municipal de Ensino. Conforme disposição legal está articulado ao Plano Nacional e ao Plano Estadual de Educação, em conformidade com as discussões realizadas nas Audiências públicas.

O PME preconiza o que está colocado no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal Nº 13.005 de 25 de junho de 2014, e tem destaque para a elevação global do nível de escolaridade da população, para a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, para a redução das desigualdades sociais, quanto ao acesso e à permanência na educação pública e a democratização da gestão do ensino público de Ronda Alta.

Espera-se que o Plano Municipal de Educação de Ronda Alta assinala uma educação de qualidade, contribuindo para a formação integral do cidadão com capacidade para interagir na contemporaneidade de forma construtiva, solidária, participativa e sustentável.

A construção deste Plano, de forma participativa, possibilita concretizar a construção de uma educação de qualidade, tão desejada e merecida pelas pessoas de nosso município. Parabéns Ronda Alta por mais essa conquista.

Elizete Raimondi  
Secretária Municipal de Educação e Desporto

## 2. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal, em seu artigo 205, consagra a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, à luz dos princípios estabelecidos em seu artigo 206.

O dever do Estado com a educação se efetivará, com a oferta da educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade e o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024 e exara, no seu artigo 8º, que:

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.(PNE, lei nº 13.005/14)

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul dispõe em seu artigo 208 que a lei estabelecerá o Plano Estadual de Educação, de duração plurianual, em consonância com o Plano Nacional de Educação, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino nos diversos níveis, e à integração das ações desenvolvidas pelo Poder Público que conduzam à:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade de ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica.

Como os Estados, o Distrito Federal e todos os demais municípios, também fomos chamados a elaborar o Plano Municipal de Educação - PME, alinhado ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Estadual de Educação, considerando a realidade do território municipal. Criou-se, para tanto, uma Comissão Geral, Equipe Técnica e Comissões Temáticas de Coordenação dos Trabalhos do PME, com a finalidade de desempenhar a tarefa.

Com a finalidade de atender a essas determinações legais a Secretaria Municipal de Educação iniciou ampla discussão com representantes da comunidade educacional, de diversos setores e de organizações representativas da população rondaltense, envolvendo centenas de pessoas, como objetivo de definir as metas a serem alcançadas, bem como, de iluminar a tomada de decisões para a definição das estratégias necessárias ao alcance das metas estabelecidas.

Foram realizados diagnósticos para verificar as necessidades educacionais do Município, mediante discussões e debates realizados nas escolas, em fóruns regionalizados, em plenárias livres, em reuniões com representantes da classe do Magistério, e com os demais cidadãos interessados na temática, tendo o trabalho culminado na realização da Conferência Municipal de Educação de Ronda Alta, com vistas à construção de um plano que realmente atendesse a realidade específica do Município.

Consultados os órgãos descentralizados, as comunidades escolares e a sociedade rondaltense, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto elaborou a presente proposta a partir das sugestões sistematizadas no processo de discussão, contempladas no Plano Municipal de Educação de Ronda Alta – RS, ora apresentado, fundamentado também nas metas estabelecidas em âmbito federal, que compõem a lei do novo Plano Nacional de Educação 2014/2024. Assim, com amparo nas atribuições consubstanciadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no âmbito da autonomia outorgada a cada ente federado para estabelecer suas próprias metas educacionais, o Plano Municipal de Educação de Ronda Alta - RS, como indicador de qual educação se almeja para os próximos dez anos, priorizou a definição de metas e estratégias para seu Sistema de Ensino.

O processo de elaboração do texto-base do PME foi um movimento profícuo e participativo de elaboração do planejamento das políticas educacionais para a próxima década, alcançando os objetivos de mobilizar a participação da comunidade educacional, garantindo assim seu caráter de política de Estado e não de governo. Neste sentido, está inserido no esforço nacional do campo da educação de superar a fragmentação e insuficiência que historicamente caracterizam o planejamento educacional no país.

No primeiro semestre de 2014, teve início o processo de discussão e elaboração do Plano Municipal de Educação - PME, importante instrumento para o planejamento e execução de políticas públicas educacionais para os próximos dez anos. A referida proposta aborda, no seu conteúdo, o Perfil do Município e o Diagnóstico da Educação, temas básicos da educação, tais como: profissionais em educação e funcionários de escola, diagnósticos educacionais por escola e dependências administrativas, os níveis de educação, suas diretrizes e diagnósticos e o transporte escolar: financiamento e gestão.

O Plano Municipal de Ronda Alta foi discutido e aprovado durante a Conferência Municipal de Educação, ocorrido em maio de 2015.

Trata-se, pois, de importante instrumento contra a descontinuidade das políticas educacionais, fortalecendo a ação planejada e contribuindo para que a sociedade exerça melhor controle social em relação à atuação do Poder Público, na busca da construção de uma sociedade baseada nos princípios de justiça social, no respeito aos direitos humanos, na prevalência das necessidades humanas sobre os interesses do mercado, na defesa da paz e solução pacífica dos conflitos, da ética e da solidariedade como norteadores das relações sociais, na preservação do meio ambiente para garantia da vida, na valorização do respeito à diversidade e na oposição a todas as formas de discriminação e de exclusão social.



### **3. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

#### **3.1. A Origem Territorial do Município de Ronda Alta**

O municipalismo no Rio Grande do Sul teve início em 27 de abril de 1809, quando as quatro povoações: Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha e Rio Pardo, foram estabelecidas como vilas da Capitania de São Pedro.

A trajetória político-administrativa de Ronda Alta se constituiu a partir desse momento, quando seu território fazia parte do município de Rio Pardo, que, com o passar do tempo originou outros municípios conforme sequência a seguir:

- Rio Pardo, criado em 27 de abril de 1809, contendo 2.050,59 Km².
- Cruz Alta, criado em 11 de março de 1834, contendo 1.360,37 Km².
- Passo Fundo, criado em 28 de janeiro de 1857, contendo 738,42 Km².
- Sarandi, criado em 27 de junho de 1939, contendo 353,38 Km².
- Ronda Alta, criado em 26 de dezembro de 1963, contendo 419,34 Km².

Ronda Alta, desmembrou-se de Sarandi, mas antes disso, sua área pertenceu aos municípios de Rio Pardo, Cruz Alta e Passo Fundo.

Para dar início e andamento ao processo de emancipação, muitas pessoas se envolveram formando a Comissão de Emancipação, sendo elas: Presidente de Honra: Pe. Guilherme Steffens, Vereador Mosse Mísio e senhor Miguel Beux; Presidente: Herculino Baldissarella; 1º Vice-presidente: Normando Baldissarelli; 2º Vice-presidente: Dr. Ari Tasca; 3º Vice-presidente: Albano Jacobsen; Secretário Geral: Alfredo Gavioli; 1º Secretário: Ernesto João Cé; 2ª Secretário: Nicleto Gusatti; Tesoureiro Geral: Fioravante Bortolamedi; 1º Tesoureiro: Nilton Miguel Di Domênico; 2º Tesoureiro: Wilson Moacir Pandolfi e Consultor jurídico: Dr. João Olímpio de Souza.

Da emancipação aos dias atuais já se passaram 50 anos. Doze gestões legislativas e executivas governaram nosso município

**Tabela 01 – Demonstrativo das Gestões Legislativas e Executivas  
de Ronda Alta**

Gestão	Prefeito	Vice-prefeito	Vereadores
1963 1969	Normando Baldissarelli	Miguel Beux	Adilar Kerber, Dr. Ari Tasca, José Novello, Hugo Leonardi, OliDamschi, Oclides Barbiero e Romeu Alcidio Kerber
1969 1973	Waldomiro Beux	Jairo Antônio Casalli	Alfredo Gavioli, Deonilo Gusatti, João Manoel Ribeiro, José Gentil Paris, Martinho Dall'Oglio, Olivio Três, Vítório Ferdinando Grando e Abrelino Luiz Mattei
1973 1977	João Manoel Ribeiro	Hilário Gusatti	Antoninho Serafini, Jandir Toccolini, José Gentil Paris, Osvaldo Ferronato, Waldemar André Brugnera, Wilson Balbinot e Wilson Moacir Pandolfi
1977 1983	Dervile Luiz Fachini	Abrelino Luiz Mattei	Antônio Carlos Schenkel, Celso Martinelli, Irineu Bortolás, Osvaldo Ferronato, Valdir Antônio Grando, Waldemar André Brugnera
1983 1988	João Manoel Ribeiro	Osvaldo Ferronato	Antônio Carlos Schenkel, Carlos Ney Agostini, Darci Antônio Salvatori, Domingos Ferronato, Hilário Bavaresco, Moacir Balbinot, Garcia S. Barletto, Guido Fabiani, Reinaldo Bitencout dos Santos
1989 1992	Saul Barbosa	Abrelino Luiz Mattei	Antoninho Serafini, Fernando Leonardi, Hilário Pasqualotto, Leonir Bonavigo, Luiz Antônio Liberatti, Luiz Carlos Vargas, Maria Salete Campigotto, Rubens Graciolli, Severino Balbinot
1993 1996	Abrelino Luiz Mattei	Leonir Bonavigo	Adelar Novello, Alfredo Nelson Jacobs, Antão Lindomar Pavoski, Edenir Sérgio Tabaldi, Ivo Antônio Georgin, João Manoel Ribeiro, Jorge Buffon, Luiz Antônio Liberatti e Volnei Anziliero
1997 2000	Osmar Luis Raimondi	Dervile Luis Fachini	Antão Lindomar Pavoski, Bruno Gusatti, Olinir Antonio Pagotto, Dirceu Scariot, Enio Luiz Fritzen, Germano José Fachini, João Manoel Ribeiro, Leonira Ana Bosa, Moacir Germano Rossetto
2001 2004	Osmar Luis Raimondi	Luiz Antônio Liberatti	Adelar Novello, Antão Lindomar Pavoski, Bruno Gusatti, Everson Pandolfi, Luiz Carlos Vargas, Odete Civardi, Olinir Antônio Pagotto, Sandro Gadini, Teresinha Salete Deitos

2005 2008	Luis Antônio Liberatti	José Fontana	Antão Lindomar Pavoski, Dirceu Scariot, Gabriel Vargas, Ivo Ferreira Dickel, Loris Antônio Perego, Moacir Orbak, Saul Barbosa, Sidnei Nayssinho, Teresinha Salete Deitos
2009 2012	José Fontana	Antão Lindomar Pavoski	Ana Paula Fachini, Eliomar José Rigo, Eni Fiorentin, Juliano Ribeiro, Loris Antônio Perego, Moacir Orbak, Maria Loreci Caus, Pe. Jorge Zanini, Sidnei Nayssinho
2013 2016	Miguel Ângelo Gasparetto	Odemar Paulo Raimondi	Cacique Antônio Mig Claudino, Carlos Roberto Gavioli, Eliomar José Rigo, Eny Fiorentin, Loris Antônio Perego, Luiz Antônio Gadini, Moacir Orbak, Sidnei Nayssinho e Vitor Roque Cavazini

No ano de 1988 o território do Município de Ronda Alta, como município mãe, desmembra um novo município: Três Palmeiras, criado em 12 de maio do corrente ano, com 180, 60 km<sup>2</sup>.

Com a emancipação político-administrativa dos Municípios de Engenho Velho e Pontão, ambos em 20 de março de 1992, o município de Ronda Alta desmembra parte de seu território a cada um dos novos municípios.

A superfície de Ronda Alta, atualmente é de 419,344 Km<sup>2</sup>, o que representa 0,16% do território estadual, sendo, aproximadamente, 5 Km<sup>2</sup> área urbana e 414 Km<sup>2</sup> de área rural.

### **3.2. Ocupação do Território por Reforma Agrária**

A história de Ronda Alta não inicia com sua emancipação político-administrativa, mas pela ocupação das terras por caboclos que sobreviviam com a coleta dos ervais nativos que por aqui existiam entre os rios Passo Fundo e rio da Várzea, depois expulsos pela ocupação de paulistas pela legitimação de posses de terras, Lei de Terras de 1850.

Inicia na chamada Fazenda Sarandi que foi palco de conflitos pela terra já que se constituía num latifúndio de propriedade de paulistas que, mais tarde, vendem essas terras aos uruguaios. Terras também ocupadas por indígenas com a criação das reservas indígenas, terras pisadas pelos tropeiros que por este território passavam levando tropas de mulas e bois, que eram vendidas em outras províncias, terras ocupadas por pequenos proprietários através da colonização pública e privada, terras de cuja passagem de um telégrafo abriu

caminho para que pessoas de outras regiões viessem fixar morada e dar origem a um povoado que inicialmente chamou-se Rondinha do Campo e que, pela proximidade de Águas da Rondinha, e por localizar-se em local mais elevado, passou a se chamar Ronda Alta.

Ronda Alta, área entre os rios da Várzea e Passo Fundo, foi local de passagem para paulistas e lagunenses que iam para as terras das Missões pelo Caminho das Missões em busca de gado, também foi local de passagem dos tropeiros que lidavam com a comercialização de gado bovino e muar do Sul do Brasil ou da Argentina, com Sorocaba – São Paulo. Recebeu o nome de Ronda Alta, pois foi local de descanso e alimentação do gado tocado por tropeiros que passavam por essa região e faziam a ronda do gado a noite.

Localizada no norte do estado, Ronda Alta foi palco de lutas pela terra, tanto em áreas de latifúndio quanto em território indígena. Inicialmente, ainda no século XIX, essas terras foram demarcadas por paulistas em terras intituladas de Colônia Sarandi, terras de campo, mais tarde conhecida como Fazenda Sarandi. Os paulistas chegaram expulsando lavradores pobres coletores de erva-mate, que desconhecendo a Lei de Terras de 1850 não registraram a terra como propriedade, tendo que se abrigar do outro lado do rio da Várzea, região de Palmeira das Missões.

No início do século XX, o paulista Nicolau de Araújo Vergueiro vende parte da Colônia Sarandi aos uruguaios, Lapidó, Mailhos e Mouriño, que mais tarde vendem parte dessas terras ao carazinhense Ernesto João Annoni, constituindo a Fazenda Annoni, palco de luta pela terra no final dos anos 80. Em parte da Fazenda Sarandi ocorreu processo de Reforma Agrária já no início dos anos 60. Em outra parte dessas terras teve-se a ocupação da Fazenda Macalli e Fazenda Brilhante (de propriedade de carazinhenses), por colonos sem terra após serem expulsos da Reserva Indígena de Nonoai.

A outra parte do município possui terras com relevo acidentado e regiões de pedras, desenvolvendo-se ali a pequena propriedade. Inicia-se a colonização pública e privada nestas terras do município de Ronda Alta e adjacências por volta dos anos 40 e 50 do século XX. Dessa forma Ronda Alta começa a ser ocupada por italianos provindos das colônias velhas.

A Fazenda Sarandi, parte da antiga Colônia Sarandi, é desapropriada no início da década de 60, após pressões de colonos que acampam no Rincão

Cascavel, ainda no Governo de Leonel Brizola, para que as terras pertencentes aos uruguaiofos fossem desapropriadas. A Fazenda Sarandi compreendia uma área de 22 mil hectares. O acampamento reuniu 500 agricultores provenientes de áreas de municípios próximo tais como: Carazinho, Nonoai, Sarandi e Passo Fundo. O assentamento desses agricultores deu-se no início do Regime Militar, feito pelo governo militar, permanecendo as maiores glebas para empresas de outros municípios que já arrendavam as terras dos uruguaiofos como a Madeireira Carazinhense LTDA (MACALI) e Ari Dalmolin com a Gleba Brilhante.

As famílias ali assentadas deram origem às diversas comunidades: Subida Grande, Santo Antônio, Dona Carolina, Santa Catarina, Pinheirinhos, Cascavel, Capão Alto e Rancho Alegre. Por muitos anos muitas famílias dessas comunidades se reuniam e faziam o trabalho coletivo de organização da sua subsistência, do seu lazer, da educação e da religião.

### **3.2.1. Panorama Atual**

O texto publicado no Jornal Folha da Produção de 13 de março de 2015, por Roque de Couto, editor responsável, dá um panorama da situação atual das comunidades originárias do Assentamento da Fazenda Sarandi.

A história nos mostra que nem sempre aquilo que se planeja dá o resultado esperado. Muitas vezes, a evolução natural acaba mudando uma perspectiva tida como certa. É o que acontece em diversas comunidades do interior, fadadas ao desaparecimento.

Ronda Alta está intimamente ligada ao ex-governador Leonel Brizola, tanto na educação, quanto na agricultura. No setor educacional – os mais antigos lembram – o “pai da Legalidade” implantou mais de 5 mil escolas no Rio Grande, com o intuito de qualificar o povo gaúcho. Naquela época, as “brizoletas” cumpriram o seu papel, levando professores nos mais longínquos rincões.

Já na agricultura, Brizola deu o passo inicial para o assentamento de centenas de famílias na Fazenda Sarandi, desapropriada dos uruguaiofos para fins de reforma agrária. São poucos os proprietários de terras daquela época, mas alguns ainda resistem, passados mais de 50 anos. Somando-se ao assentamento dos colonos do Cascavel, mais tarde viriam a Brilhante, Conquistadora da Terra, Nova Ronda Alta e Macalli. (Folha da Produção, 13/03/15)

Os anos foram passando e hoje se observam mudanças significativas nas comunidades do interior, muitas das quais já “riscadas do mapa”. De acordo com o editor chefe do Jornal Folha da Produção, Roque de Couto, pelo menos dois fatos contribuíram para o esvaziamento das pequenas comunidades: a nucleação das escolas e a alta tecnologia implantada nas lavouras.

A nucleação das escolas é tida como um grande avanço na educação dos filhos de agricultores e é o inverso do tempo de Brizola. Antes, os professores eram levados ao interior. Hoje, os alunos são transportados para a cidade ou para centros regionais. A vantagem é que os alunos do interior passam a receber a mesma oportunidade dos demais, com escolas melhores, mais bem equipadas e com professores para todas as disciplinas, diferente do que ocorria antes. A desvantagem é que foram-se as escolas e muitos estudantes trocaram o campo pela cidade.

Mas o fator que mais contribuiu para o abandono das comunidades, sem sombra de dúvidas foi o aumento da tecnologia na lavoura. Hoje, as máquinas substituíram o trabalho braçal, fazendo com que as plantações e colheitas sejam realizadas em tempo recorde. Mas, se a tecnologia é essencial, há um fator que corrobora para a falência das comunidades: “os grandes vão engolindo os pequenos”. Quem não consegue comprar máquinas para fazer o serviço, acaba simplesmente terceirizando, arrendando ou vendendo a terra. (Folha da Produção, 13/03/15)

Seguindo seu texto, Roque de Couto, ainda acrescenta que, nesse processo todo, o que se vê são comunidades desaparecendo.

Primeiro foi a Sanga Matias, depois a Linha Pinheirinho e agora são a Santo Antônio e Capão Alto. Na Linha Pinheirinho, a igreja chegou a ser arrancada e no local onde existia o campo de futebol do saudoso Atlético e o salão comunitário, hoje se vê uma lavoura de milho. No Capão Alto, a velha igreja teima em permanecer de pé. Na Santo Antônio, a estátua do santo casamenteiro contrasta com a capoeira que toma conta do local. (Folha da Produção, 13/03/15)

Como encerramento de sua matéria, o editor chefe do jornal, deixa um questionamento para reflexão, e ainda coloca que o intuito desta reportagem não tem a pretensão de culpar a “gregos e troianos”, mas apenas mostrar uma realidade cruel, que aos poucos vai mudando o rumo da história. Menos mal que algumas comunidades lutam bravamente para permanecer “em pé”. A pergunta que se faz é até quando? (Folha da Produção, 13/03/15).

### **3.3. A Retomada da Luta pela Terra**

Outro momento da história do Município de Ronda Alta ocorre quando colonos sem terra, após serem expulsos da Reserva Indígena de Nonoai, ocuparam terras arrendadas pela Madeireira Carazinhense LTDA (MACALI) em 1978 e terras de Ari Dalmolin, Fazenda Brilhante em 1979. Glebas desapropriadas pelo governo do estado, consideradas terras improdutivas. Os colonos expulsos da Área Indígena vieram em caminhões com famílias inteiras à noite, diziam-se animados pela fé e esperança, seguiam na luta.

Após pressões do acampamento, as fazendas tornam-se Assentamentos de Reforma Agrária, no início dos anos de 1980: Assentamento Macali I com 57 famílias, numa área de 1.066 hectares; Macali II com 38 famílias, numa área de 727 hectares e Brilhante com 94 famílias, numa área de 1.587 hectares.

Em função da modernização da agricultura, com a entrada da máquina, dos fertilizantes e agrotóxicos no campo, provocando êxodo rural, um grande contingente de agricultores ou filhos destes, tornam-se agricultores sem-terra. Somados aos colonos que não foram assentados nas fazendas MACALI e Brilhante, monta-se um acampamento na Encruzilhada Natalino, em 1981. Entre janeiro e julho de 1981, foi erguida na beira da estrada, quase uma vila, 600 famílias habitavam precariamente em barracos com armação de bambu cobertos de lona preta. Essas famílias provinham de vários municípios de nossa região. Vieram também 100 homens da Brigada Militar para dar “segurança à área”. Em 31 de julho o acampamento foi tomado pela força da Ditadura Militar, pelo Coronel Curió, Polícia Federal, Brigada Militar e Policiais da Polícia Secreta. Ali teve início uma longa e penosa caminhada até o desfecho final. Esse local ficou conhecido pelo Brasil e pelo mundo todo como um marco da retomada da luta pela terra e pelo nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Esse acampamento provocou a ira dos militares na presença do Coronel Curió, mas também reações solidárias pelo apoio que o movimento recebeu de sindicatos e da própria igreja através da Comissão da Pastoral da Terra na pessoa do Padre Arnildo Fritzen, já que o Brasil ainda vivia o regime de Ditadura Militar.

Desta luta pela terra resultaram diversos assentamentos de reforma agrária aqui mesmo em nosso município: Assentamento Três de Outubro ou

Nossa Senhora Conquistadora da Terra, com 16 famílias, em 167 hectares de terra; Nova Ronda Alta com 10 famílias, em uma área de terra de 128 hectares de propriedade da Igreja Católica e Assentamento Vitória da União com 16 famílias em 187 hectares.

### **3.4. Ronda Alta e o Território Indígena**

O território brasileiro já era habitado por povos indígenas muito antes da chegada dos colonizadores europeus, no final do século XV. Muitos eram os povos. Mais de cinco milhões habitavam essas Terras, com suas características específicas, ou seja, língua, costume, religiosidade. Eram mais de 300 (trezentas) línguas faladas.

A escravização e os confrontos entre povos indígenas e colonizadores, até o século XX foram constantes, resultando no extermínio de inúmeros povos.

No ano de 1910, o Governo Federal criou o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) tendo como principal objetivo o INTEGRACIONISMO. No Rio Grande do Sul, o SPI aliou-se ao Governo do Estado, organizando as demarcações de Terras Indígenas (aldeamentos). No ano de 1967, foi criada a FUNAI (Fundação Nacional de Assistência ao Índio) para substituir o SPI (Serviço de Proteção ao Índio) que conservou os mesmos objetivos, porém com a participação de alguns indígenas no quadro de funcionários da FUNAI, para facilitar o acesso da mesma nas comunidades.

Paralelo ao que a sociedade não indígena aplicava através das leis, os indígenas, por sua vez, organizavam-se em defesa de seus direitos, pensando nas gerações futuras. Direitos esses que estão garantidos na Constituição de 1988; na Convenção 169; na Carta Magna e no Decreto do Presidente Fernando Collor de Mello.

Ronda Alta torna-se palco de conflitos entre agricultores e indígenas em dois momentos distintos do século XX: na década de 1950 e 1960 quando da extinção da Reserva Indígena da Serrinha e na década de 1990 com a retomada dessas terras pelos indígenas, direito garantido pela Constituição de 1988.

Conforme Simonian (1980, p.13) o aldeamento de Nonoai e de Serrinha foi criado em 1847 e ratificado definitivamente em 1850 com a Lei de Terras,



que dispunha sobre a necessidade de reservarem-se terras devolutas para a colonização de indígenas. A demarcação dessas terras foi realizada somente em 1856 e abrangia uma faixa de terra, entre os rios Passo Fundo (à direita) e da Várzea (à esquerda).

Com a ocupação efetiva dessa região para atividades agrícolas, pastoris e extrativas, os indígenas perderam terras, tendo conseguido, no entanto, que o Estado demarcasse o que sobrara, entre os anos de 1911 e 1912, quando a área indígena de Nonoai sofreu novo processo demarcatório, sendo dividida em duas parcelas: uma mais ao norte, nas proximidades da cidade de Nonoai, com 34.908 hectares, e outra mais ao sul, Serrinha, com 11.950 hectares.

Mais tarde, as reservas sofreram novas invasões decorrentes da saturação do sistema de pequena propriedade, passando então os indígenas a perder mais terras até que, em 1962, as seções 1ª e 2ª do Alto Recreio, instaladas na área do Toldo da Serrinha, foram extintas pelo governo do estado. Desde 1955, famílias de colonos foram chegando gradativamente no Toldo da Serrinha, terra essa que foi utilizada para Reforma Agrária pelo governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, nos anos de 1958 a 1962. Em 1962, toda a área indígena estava ocupada por pequenos agricultores.

A ocupação das terras da Serrinha gerou muitos conflitos entre colonos e indígenas. Por volta de 1962, os índios que ainda restavam foram retirados da área à força e levados a Nonoai.

Os próprios colonos faziam a medição das terras, medindo conforme estavam cultivando, respeitando os vizinhos (lindeiros). Os agrimensores só conferiam as medidas conforme o colono indicava. Depois dos lotes medidos, cada colono requeria sua terra na Inspetoria de Terras de Nonoai e fazia o pagamento das terras ao Estado. Após a quitação das mesmas, recebiam as escrituras e começavam a pagar imposto sobre a terra. As escrituras saíram todas na mesma época, em meados de 1974.

No início dos anos de 1990, em função da nova legislação federal de 1988, Ronda Alta foi palco de conflitos em terras indígenas quando os índios retomam as terras da extinta Reserva Indígena da Serrinha. Os colonos que ali viviam tiveram que ser retirados e colocados em outras terras do município ou

municípios vizinhos. Muitas famílias de colonos, até hoje, esperam regularização e indenizações das terras ou decisão judicial.

A Constituição de 1988 garantiu o direito aos indígenas para reaver suas terras. A obrigação da demarcação das terras passou a ser do governo federal, num prazo de cinco anos. Antes que se esgotasse o prazo de cinco anos dados pela Constituição Federal, um grupo de indígenas organizou-se e fez um acampamento no extinto Toldo da Serrinha, em setembro de 1993, numa propriedade particular, na Linha Baixada do Alto Recreio e sede da comunidade da Linha Baixada. Depois de tratativas entre a Comissão dos índios e Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura Municipal de Ronda Alta, os índios se retiram da área.

Liderados por uma Comissão composta por: Amantino Portela, Amandio Vergueiro, Dorvalino Fortes, Antônio Mig Claudino, Gabriel Nascimento, Jorge Vanderlei de Oliveira um grupo composto por 32 famílias retornou à Ronda Alta e acampou as margens da RS 324, próximo ao Alto Recreio em 06 de setembro de 1996, entre os municípios de Três Palmeiras e Ronda Alta. As famílias acamparam também no terreno da Escola Estadual de 1º Grau Presidente Tancredo Neves, hoje Escola Estadual de Educação Indígena Fág Kavá, e da capela da Comunidade do Alto Recreio e na pedreira do DAER, na Linha Caneleira, município de Três Palmeiras, a fim de pressionar o governo a demarcar as terras e reassentar os colonos que ocupavam aquele território.

Em 30 de dezembro de 1996, o governador do estado afirmou em documento, tanto da necessidade da retirada dos agricultores que ocupavam terras constitucionalmente consideradas indígenas como a necessidade do resguardo aos seus direitos. Por outro lado, o reconhecimento dos direitos das comunidades indígenas sobre suas terras, tradicionalmente ocupadas, não deixa qualquer dúvida, seja pela legislação federal e pelos dispositivos constitucionais, seja pela demarcação realizada pelo governo do Rio Grande do Sul.

Como se sabe, essas áreas foram demarcadas em 1911, confirmadas em 1932, e os direitos dos índios garantidos na Constituição de 1988 em seu artigo 231 que diz: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras

que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Atualmente vive na Serrinha o segundo e o terceiro maior Povo Indígena do Brasil, os Guaranis e os Kaingang sendo que na Serrinha predomina o Povo Kaingang. Dentro da Terra Indígena da Serrinha existem 06 escolas indígenas, duas delas localizadas em território de Ronda Alta.

Em 2002, a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Fág Kavá, localizada no Alto Recreio e a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Luiz Kónhko, localizada na Linha Pedras Brancas, foram regularizadas como escolas indígenas específicas e diferenciadas, voltada à cultura indígena.

Hoje o Toldo da Serrinha localizado ao Norte do Rio Grande do Sul abrange terras dos municípios de Ronda Alta, Três Palmeiras, Constantina e Engenho Velho, com 11.950 hectares.

A constituição territorial do município de Ronda Alta ultrapassa os cinquenta anos de história de sua emancipação político-administrativa. Lutas históricas marcaram a construção, desconstrução e reconstrução do território até sua constituição atual. Trajetória histórica marcada pelas lutas agrárias e o surgimento de importantes movimentos sociais, que tornaram-se referência nacional de luta pela terra, e também, pela retorno e afirmação indígena em terras locais, enquanto proprietários históricos, de direito, de parte desse território.

### **3.5. População**

Nas décadas de 1970 e 1980, Ronda Alta possuía uma população de mais de dezesseis mil habitantes. Noventa por cento dessa população vivia na zona rural na década de 1970. Já na década de 1980, menos de 80 % viviam no campo. Na década de 1990, eram pouco mais de onze mil habitantes, destes, 65 % viviam no campo. Em 2000, a população de 10 mil habitantes estava metade no campo e metade na cidade. Hoje, somos uma população de 10.221 habitantes e apenas 30% estão no campo, ou seja, quase 7.000 pessoas vivem na cidade de Ronda Alta.

### **Tabela 02 – Demonstrativo populacional**

<b>Ano</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Total da População	16.028 hab.	16.648 hab.	11.689 hab.	10.051 hab.	10.228 hab.
Zona Urbana	1.497 hab. (09,36%)	3.369 hab. (20,21%)	4.026 hab. (34,44%)	4.388 hab. (43,66%)	6.875 hab. (67,22%)
Zona Rural	14.531 hab. (90,64%)	13.279 hab. (79,79%)	7.663 hab. (65,56%)	5.663 hab. (56,34%)	3.353 hab. (32,78%)

*Fonte: IBGE*

Ronda Alta diminuiu sua população em função da perda de território no momento da emancipação dos Municípios de Três Palmeiras, Engenho Velho e Pontão.

Diversos grupos étnicos foram formadores da população de Ronda Alta: índios, negros, caboclos, italianos, alemães, poloneses e outros povos de origem europeia.

O território que atualmente pertence à Ronda Alta, já era habitado pelos indígenas antes de 1900 quando a Lei de Terras designou terras para as populações indígenas. Nasce a Reserva Indígena da Serrinha, com seu contato com a natureza, sua produção voltada para sua alimentação, vivendo de forma coletiva.

Antes de 1900, o imperador Dom Pedro II determinou a construção de uma linha telegráfica ligando o sul do país a São Paulo, por essa passagem, chamada de “Boca da Picada”, veio a ser o primeiro caminho que ligava Passo Fundo a Nonoai, passagem de muitos tropeiros e animais. Em virtude deste fato, para facilitar a permanência destes viajantes, uma vez que o lugar tornou-se uma parada frequente dos tropeiros, foi construído um galpão, chamado de “Casa de Pastos” que servia de abrigo para os animais no lugarejo de Rondinha do Campo.

Contribuiu também com a formação do povo desta região, os caboclos, pobres lavradores e coletores de erva-mate, descendentes de negros escravizados no Rio Grande do Sul. Por volta de 1904, o caboclo Severino Antônio dos Santos começou a colonização das terras, onde hoje se localiza a cidade de Ronda Alta e logo após foram surgindo mais moradores. As posses das terras de Severino Antônio dos Santos foram sucessivamente vendidas a João Pequeno Trindade, que vendeu a Pedro Schimidt, que cedeu a Juvêncio Rodrigues da Silva.

A colonização alemã chega com Bruno Kertscher em 1911, que se estabeleceu na área que é hoje conhecida como Passo da Entrada e com eles o Luteranismo. Oriundos da região de São Leopoldo vieram em busca de uma vida nova em um lugar desconhecido para trabalhar na agricultura e introduziram seus hábitos e costumes no local. Entre eles: cuca, batata, chimarrão, cerveja, bandinhas, chimier e bocha.

Os colonos italianos chegam em 1929 e se fixam na área onde atualmente é a Linha Divisória. Vieram na condição de humildes camponeses, compondo a maioria do povo de Ronda Alta, com o sonho de se tornar dono de um pedaço de terra, trabalhar, poupar e fazer capital. Trouxeram consigo uma rica cultura que perpetua até os dias atuais: catolicismo, massas, vinho, pizza, polenta, gamelas, salame, queijo, pão caseiro, chapéu de palha, mala de garupa, mala de viagem, foice, machado, pilão, pipa e sacol.

Atualmente a população de Ronda Alta é de 10.221 habitantes e uma diversificada miscigenação caracteriza essa população.

### **3.6. Educação**

Demonstrando a importância da Educação para que uma comunidade se desenvolva de forma consciente e ética, possibilitando o desenvolvimento do ser humano de forma integral tornou-se necessário que União, Estado e Município pensassem em um objetivo comum, sendo este a Educação.

A Educação Escolar no município de Ronda Alta teve início com a primeira escola antes do ano de 1949, chamada Grupo Escolar de 1º Estágio, localizada próximo a Igreja Matriz Nossa Senhora dos Navegantes.

No decorrer dessa caminhada foram criadas 64 Escolas Municipais e 9 Escolas Estaduais. Estas escolas eram multisseriadas, onde somente um professor atendia várias turmas ao mesmo tempo.

Pensando em melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos e a infraestrutura das escolas foi iniciado no ano de 1989 o processo de nucleação das escolas municipais em 4 Centros Regionais que foram: Centro Regional Isabel de Orleans, localizado na Linha Brilhante, Centro Regional Mem de Sá, localizado na Linha Subida Grande, Centro Regional Francisco Solano Costa, localizado na Linha Bela Vista São Pedro, extinto em dezembro de 2009 e Centro Regional Tancredo Neves, localizado no Distrito de Alto Recreio, hoje Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Fág Kavá. As Escolas Estaduais Alfredo Gavioli e Herculino Baldissarella também absorveram alunos provenientes das escolinhas que foram fechadas no interior. Com a emancipação de Três Palmeiras e Pontão algumas escolas passaram a pertencer a esses municípios.

Hoje estão em funcionamento as Escolas Municipais de Ensino Fundamental Mem de Sá e Professora Alderi Facchi e as de Educação Infantil Arco-Íris e Vó Elmira Guiland e as Escolas Estaduais de Ensino Fundamental Isabel de Orleans e Herculino Baldissarella, bem como as Escolas Estaduais de Ensino Fundamental Indígenas Fág Kavá e Luiz Kónhko e a Escola Estadual de Educação Básica Professor Alfredo Gavioli.

A partir desta nucleação, surgiu a necessidade da implementação do Transporte Escolar. Outros programas também foram implementados: Alimentação Escolar, Livro Didático e mais recentemente o Programa Mais Educação, oportunizando a experiência de escola em tempo integral.

Com o avanço tecnológico, hoje as escolas possuem dados cadastrais informatizados de alunos e professores de toda a rede ligados a uma rede central. Também as escolas contam com laboratórios de informática, para que alunos e professores façam uso para pesquisas, busquem informações, formação e fundamentação teórica a essas pesquisas. Há mais facilidade para comunicar-se através das redes sociais.

No ano de 2012 foi implantado, na Rede Estadual do Rio Grande do Sul, o Ensino Médio Politécnico, onde houve uma reestruturação no Ensino Médio, ampliando-se a carga horária de 2.400 para 3.000 horas, durante os três anos

do Ensino Médio, com turmas no turno inverso. Houve a divisão das disciplinas por áreas do conhecimento e incluiu-se a realização de Seminário Integrado com temas pertinentes da sociedade e que oportunizam aos jovens formar projetos de vida.

### **3.6.1. Educação Inclusiva**

Atualmente, com a evolução da educação percebeu-se a importância de trabalhar de forma diferenciada com crianças que possuem deficiências, por isso criaram-se Salas de Recursos Multifuncionais, com intuito de eliminar barreiras, possibilitando assim o desenvolvimento de sua aprendizagem.

Os alunos que frequentam a Sala de Recursos estão incluídos com os demais, pois se tem o entendimento que inclusão é ação política, social e pedagógica desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando.

### **3.6.2. Esporte e Lazer**

A recreação é muito importante em todas as idades não apenas na infância. Todos nós precisamos dos nossos momentos de lazer e diversão. Portanto as atividades recreativas devem ser espontâneas, criativas e prazerosas, objetivando diminuir tensões e preocupações, promovendo a participação individual e coletiva em ações que melhorem a qualidade de vida e a integração social.

No quesito esportes, a formação de times de futebol amador remonta ao início da criação de nosso município. Desde aquela época praticamente todas as comunidades do interior e cidade tinham seus times, que disputavam futebol de campo em duas divisões, a primeira e a segunda, no campo, atualmente denominado campo dos Veteranos. O futebol de campo era muito disputado, o maior time amador já formado no nosso município foi o Brasil e as partidas eram disputadas em diversos municípios do estado. O atual campeão municipal e regional que representa Ronda Alta nos campeonatos regionais é o Esporte Clube Santa Helena.

Existe também a Liga Rondaltense de Bochas, fundada no ano de 2000, que representa o município em campeonatos municipais, regionais, bem como em âmbito Estadual e Nacional. Campeonatos e competições estas como:

Taça RBS, Taça Cotrisal, JIRGS, Torneio Pé no Chão (de Palmeira das Missões), Torneio Bombeador (de Carazinho) com participações de equipes internacionais, Taça Folha da Produção e outros.

Para as crianças dos tempos idos, reservavam-se como herança as brincadeiras transmitidas de pais para filhos, além de muita peraltice ao ar livre. Subir em árvores, brincar de pega-pega, esconde-esconde, sapata, peteca, pular corda, cinco-marias, jogar futebol com bola de meia, carrinhos de lomba, pernas de pau, bolitas, balanço de corda em árvores, bambolê, casinha, bonecas de pano confeccionadas pelas avós ou mães, cantigas da época.

Nos dias atuais, muito se perdeu da infância e das brincadeiras do passado. Hoje temos carrinhos e bonecas que fazem quase tudo, menos servirem ao propósito de divertir e estimular a criatividade. Crianças e adolescentes estão cada vez mais presos em frente a um aparelho televisor ou computador o que nos leva a questionar como pode ter mudado tanto as formas de diversão e de que maneira o modelo atual pode trazer algum benefício para nossas crianças.

Assim, pensando em promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto no ano de 1997, implantou as Escolinhas Municipais de Voleibol Feminino, hoje nas categorias masculino e feminino. No ano de 1998 foi criada a Escolinha de Futebol de Campo e em 2006 a Escolinha de Futsal, as quais foram sendo ampliadas e contribuem cada vez mais para a melhoria da qualidade de vida (autoestima, convívio, integração social, saúde), bem como na diminuição da exposição aos riscos sociais como: drogas, prostituição, gravidez precoce, criminalidade, trabalho infantil e a conscientização da prática esportiva, assegurando o exercício da cidadania.

A Escolinha Municipal de Voleibol, nas suas diversas categorias, representa o município participando de competições como: Copa London/SEDEC, Circuito Regional, Copa Erechim, Sacada Inteligente, JERGS e outros campeonatos intermunicipais e ainda com representações em âmbito Estadual.

A Escolinha Municipal de Futsal também trouxe muitas conquistas para o município, participando de Campeonatos Estaduais de Futsal, Campeonatos



Regionais de Futsal categorias de Base, Tacinha RBS, Taça RBS, Taça Cotrisal, amistosos e JERGS.

No quesito cultura, no ano de 1998 foram criados os Corais Municipais: Infantil, Juvenil e 3ª Idade, com o intuito de investir no resgate e nas ações culturais de nossa gente, pois se tem o entendimento que a música possibilita à todos (crianças, jovens e 3ª idade), encontrar seu ritmo interior, seu próprio equilíbrio, estabelecendo “sintonia” com o mundo que o rodeia. As atividades musicais levam a perceber seu corpo como uma fonte inesgotável de ação, expressão, criação e é muito importante para que os integrantes se tornem capazes de lidar com suas emoções e sentimentos.

Estes corais muito elevam, engrandecem e orgulham o nome e a cultura de Ronda Alta nas apresentações e shows no próprio município e em municípios da região, dentro estado e fora dele.

Para melhorar ainda mais a postura, flexibilidade, coordenação motora, disciplina, expressão corporal e exercício para a mente de nossas crianças e jovens criou-se o Ballet Municipal no ano de 2011, o qual encanta a todos em suas apresentações.

Temos também no município de Ronda Alta o Centro de Tradições Gaúchas – CTG Ronda da Saudade, que foi fundado aos 24 dias do mês de março do ano de 1963. Sendo que na época era Vila de Ronda Alta e pertencia ao município de Sarandi. O CTG foi fundado tendo por finalidade cultuar e difundir o tradicionalismo gaúcho na Vila e no Distrito. A primeira diretoria ficou assim constituída: Patrão de Honra – Padre Guilherme José Steffen e Patrão Apolinário Carneiro da Silva. Atualmente o patrão do CTG é o senhor Ademir Batisti. O CTG Ronda da Saudade conta com as Invernadas Artísticas Fraldinha, Pré-mirim, Mirim e Juvenil, o Quadro de Laçadores, o Grupo de Cancha de Bochas e os Cavalarianos.

Os Grupos Carnavalescos “Os Capetas” e “Turma da Alegria” foram fundados por jovens por volta de 1980, que se apresentavam em Ronda Alta, no Esporte Clube Brasil, em municípios vizinhos e da região com o intuito de divertirem-se e formarem mais amigos. Destes grupos outros foram surgindo e divertiram os carnavais do município.

### **3.7. Economia**

### **3.7.1. Agricultura e Pecuária**

Em 1963, o que predominava em Ronda Alta era a agricultura de subsistência com a produção de batata-doce, amendoim, pipoca, vassoura, cana, cebola, feijão arroz, trigo e milho. Os instrumentos utilizados para o cultivo desses produtos eram: pilão, arado, cerrote, foice, carroça, reboło, machado, máquina de plantar, máquina de moer milho, manguá, foicinha, tacho, engenho de moer cana, litro para o leite, trilhadeira etc. Da pecuária os agricultores produziam para o próprio sustento e o excedente era comercializado na cidade como produto de troca. Eram produzidos: queijos, ovos, manteiga, nata, salame, banha, torresmo, morcilha, copa, carne de gado, frango, porco, ovelha e cabra. Com a lã de ovelha e penas de aves eram confeccionados acolchoados e travesseiros.

Nos anos 70 e 80, ocorreu à entrada da soja nessa região como produção agrícola principal. Juntamente com a monocultura da soja, ocorreu a mecanização agrícola e a entrada de insumos nas grandes propriedades que iam se ampliando pelo êxodo rural. Enquanto isso a maioria dos pequenos agricultores plantavam e colhiam manualmente. Na pecuária destacou-se a produção de suínos para comercialização. Muitos agricultores, também, tornaram-se apicultores produzindo mel para sua subsistência e venda do excedente.

Nos anos 90, ocorre o incentivo a diversificação de produtos junto às pequenas propriedades rurais com o objetivo de manter viva e produtiva a pequena propriedade rural. A mecanização se amplia com a soja e com a introdução de outras técnicas agrícolas como: rotação de culturas, plantio direto, produtos geneticamente modificados (transgênicos), produção de cevada, início da bacia leiteira. Amplia-se a produção de peixes produzidos nos açudes.

A partir do ano 2000, novas tecnologias são usadas no campo, ocorre à expansão da bacia leiteira e o surgimento de agroindústrias. Nesse período, também ocorre um incentivo a manutenção da agricultura familiar com a diversificação da propriedade rural com a produção de hortifrutigranjeiros e embutidos, surgindo o beneficiamento e a industrialização de produtos agrícolas pelo próprio produtor. Surgem as agroindústrias familiares que, com o

apoio da ASCAR/EMATER e dos órgãos governamentais, passam a produzir alimentação escolar em grande escala, produzindo renda no campo e mantendo essas famílias no meio rural com sustentabilidade, renda e qualidade, visando a sucessão familiar agrícola. Hoje o incentivo a piscicultura, ganha destaque com a construção de açudes, produção de mudas de árvores frutíferas, silvestres, exóticas e ornamentais e gramíneas.

### **3.7.2. Comércio e Serviços**

O comércio e os serviços que constituem o setor terciário da economia de nosso município apresenta a seguinte evolução: em 1963, em sua emancipação, contávamos com alguns serviços e diversos estabelecimentos comerciais.

Em 1949, quando Rondinha do Campo passa a ser Distrito de Sarandi, e ser chamado de Ronda Alta, surgem vários estabelecimentos de prestação de serviços, como: a Estação Rodoviária e Hotel; o Cartório de Registros Públicos em 1948; o Tabelionato em 1950; o Hospital São Jorge, hoje Sociedade Hospitalar Ronda Alta; a Sub Prefeitura Municipal; a Brigada Militar; a Companhia de Energia Elétrica, hoje RGE; a Companhia de Água, hoje CORSAN e Telefonia, a CRT, em 1956.

Com o crescimento do município outros serviços foram surgindo. Em 1969 a Delegacia de Polícia e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais; em 1970 a Cotrisal; em 1974 o Correio; em 1974 o Bamerindus; em 1975 Hospital Santa Rita, hoje Hospital dos Trabalhadores; em 1980 a Casa Lotérica; em 1981 o Posto de Saúde e Hospital Navegantes; em 1982 o Banco do Brasil; em 1983 a ACIRA (Associação Comercial e Industrial de Ronda Alta) e Banrisul; em 1985 o Jornal da Ronda, hoje Jornal Folha da Produção; em 1988 o Fórum; em 1990 a EMATER e Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais; em 1992 o Cartório Eleitoral; em 1993 a Clínica Municipal de Saúde, hoje Pronto Atendimento e Criação do Conselho Tutelar; em 1994 o Banco Sicredi; 1996 chegada da internet; em 1997 o Banco Crehnor; em 2003 o Sindicato dos motoristas; em 2007 a Rádio Comunitária Navegantes; em 2010 a SAMU; em 2011 a Cresol. Hoje, 50 anos de sua emancipação, Ronda Alta conta também com escritórios contábeis, de advocacia, de engenharia civil e arquitetura, consultórios médicos, odontológicos e de serviços de psicologia, fisioterapia e

quiropaxia, serviços de pedreiros, carpinteiros, encanadores, serventes, eletricitas, diaristas, secretárias do lar, babás, cuidador infantil e de idosos, educadores, servidores públicos em geral, atendentes, costureiras, comerciários, motoristas e auxiliares, garçons, cabeleireiros, massagistas, massoterapeuta, frentistas, cozinheiras entre outros tantos.

Ronda Alta também conta com serviços de saúde e bem estar como academias de ginásticas, pilates, yoga e reiki.

Em relação ao comércio, ainda na década de 60, o mesmo era feito por troca-troca de produtos agrícolas entre as famílias, mas também havia a compra e venda de produtos. Comprava-se o que não se produzia aqui: tecidos, querosene e sal. Comprava-se para pagar com a venda dos produtos agrícolas. O transporte dos produtos para a comercialização era feita por carroças e mais tarde por caminhões. Muitos produtos agrícolas eram comercializados em Passo Fundo: arroz, feijão, batata, trigo, milho, madeira e outros.

Com a industrialização muda o perfil do comércio local. Os antigos armazéns de “secos e molhados” e as tendas de banana são substituídas por estabelecimentos de pequeno porte como: lojas de confecções, móveis, eletrodomésticos, minimercados, açougues. No decorrer das últimas décadas da história do município de Ronda Alta o comércio foi ampliando setores e hoje temos diversos estabelecimentos como: lojas de insumos e máquinas agrícolas, materiais de construção, farmácias, supermercados, floriculturas, postos de combustíveis, lojas de vestuário e de calçados, bazar, joalherias, oficinas mecânicas, restaurantes, padarias, lojas de eletroeletrônicos e móveis, de carros e artesanato.

Também se comercializa produtos agrícolas através da Feira do Produtor, tais como: peixe, temperos, hortaliças, frutas, ovos, produtos agroindustrializados (leite, queijos, iogurte, bolachas, massas, salame, banha, carnes, vinho, vinagre, chimier, doce de leite, rapaduras, cucas e pães).

### **3.7.3. Indústria**

As primeiras indústrias surgiram onde hoje é o Passo da Entrada, nas primeiras décadas do século XX, olaria e cervejaria trazidas pelas famílias de Bruno e Dona Clara Kertscher.

Em 1921, Pedro Schmit vende suas terras para Juvêncio Rodrigues que veio de Soledade trazendo consigo seus filhos, o qual teve uma pequena bodega, instalada em frente onde hoje está localizada a Estação Rodoviária.

Em 1926 começaram a chegar alguns moradores e fixaram-se nos campos de Julio Mailhos, um dos donos uruguaios dessas terras.

Em 1928, chega em Ronda Alta a família Beux e constrói uma ferraria e uma carpintaria de Miguel Beux, localizada onde hoje é a Rua Miguel Beux. Fabricava carroças, arados, enxadas, machados, feitos com madeira de lei. Junto surgem uma serralheria do Senhor Lohmann e uma sapataria do senhor Ernesto Prestes. Nesta mesma época chega a família de Elias Danski construindo o 1º moinho colonial de Rondinha do Campo, hoje o moinho de Pedro Sacardo. Ainda nesta época chegaram em Ronda Alta os irmãos Lohmann e construíram a 1ª serraria tocada a água (hoje Serraria Scariot). Também chega em Ronda Alta em 1929 os primeiros agricultores oriundos de Tapera que compraram as terras da Companhia Colonizadora Hermínio da Silva, que constroem mais uma serraria e uma fábrica de tijolos e telhas, localizadas onde hoje reside a família de Sabino Barbosa.

Ainda nesta época chegaram os primeiros italianos - Linha Divisória – família Rizzi, Bosa, Mânica, Trevisan, Peruzzo e Marcon. Nesta mesma época a família Danski constrói uma casa de comércio em frente onde hoje se localiza a rodoviária.

Em 1936 chega em Ronda Alta outro empreendedor, Mose Míssio e sua mãe, o qual instala mais uma casa de comércio. Em seguida constrói uma grande casa de madeira e vidraças, onde havia de tudo, localizada onde hoje é a fabrica e confecções de Nelci Martinelli.

Nesta época deu-se início ao loteamento de Rondinha do Campo e chega aqui Normando e Edemar Baldissarella, os quais juntamente com outros participantes montaram armazéns de secos e molhados. A mesma empresa traz o moinho Rio Grandense (Moinho Rossi) tocado a diesel.

Com a vinda de João Casali e Hugo Leonardi foi montado uma selaria e uma sapataria.

Com o desmembramento da Fazenda Sarandi surgiu a grande Serraria de Haite Martins que veio de Carazinho, a Serraria Fritzen e Bitzen (local onde hoje é o CTG Ronda da Saudade), Serraria da Empresa Macalli também de

Carazinho, Serrarias no Ipiranga, Serraria de Francisco Gaio e José Romani, Serraria de Fioravante Casa Grande e Serraria de João Bertoncello. Mais tarde também foi construída a Serraria de Paulino Gois e começaram a surgir lojas e outras empresas.

Na década de 60 já havia algumas olarias: de Davi Morsche, José Bosa e Pedro Schimit. Em torno de 1962 se instalou uma Serraria com 9 sócios da qual provinha o sustento de 60 pessoas das famílias: Turati, Bagatini, Fraport, Scariot, Fachini, Valduga, Bosa e Ambrósio. A serraria produzia dormentes para trilhos de trem. Em 1965 a família Schenkel instalou uma fábrica de móveis e caixões mortuários. Em 1968 Orestes Batista Fachini instala uma serraria. Em 1970 surgiu uma indústria de Herculino Baldissarella, serraria e fábrica de móveis e a fábrica de Móveis de Vicente Thomé, tocada a água. Em 1975, a Fábrica de Móveis de Alberto Reis, Carpintaria de Carlos Guiland e Ferraria do Senhor José Agostini. Em meados de 1980 abre a firma Gusatti com várias filiais. Existiam muitos engenhos de cana de açúcar que beneficiavam a cana para o consumo das famílias, produzindo garapa, melado, açúcar, rapadura, puxa-puxa, chimia de tacho. Surge a padaria de Nelson Buffon.

Atualmente temos uma produção industrial que vem se expandindo para atender o município e região como: indústrias moveleiras, indústria de aparelhos elétricos, indústria têxtil, indústrias de beneficiamento de madeiras e aberturas, cerâmicas, tubos, artefatos, marmoraria, indústria de erva mate, agroindústrias de leite e embutidos, de massas e bolachas.

Em 1983 surge a ACIRA - Associação Comercial e Industrial de Ronda Alta, que neste ano completa 30 anos. Tem como objetivo principal, fortalecer os setores da economia urbana de nosso município.

### **3.8. Comunicação**

No início da emancipação do nosso município poucas pessoas tinham acesso aos meios de comunicação existente na época: rádio e carta. Sintonizava-se a rádio Gaúcha, Guaíba, Farroupilha e mais tarde a rádio Sarandi. Os programas mais ouvidos pela população eram: A Voz do Brasil, músicas sertanejas, noticiários, jogos e Homenagem Sonora da Rádio Sarandi.

A Agência dos Correios já existia no município na época da emancipação político-administrativa, o trabalho era manual, o que dificultava a execução do mesmo. As correspondências eram transportadas através de ônibus de linha, sendo lenta a entrega. Eram cartas simples e registradas. Por volta de 1979, surgiu o telegrama, usado para as correspondências mais urgentes, e em 1984 o SEDEX e atualmente contamos com SEDEX 10.

No que se refere a comunicação impressa em nosso município circulavam alguns exemplares de jornais e revistas de centros mais desenvolvidos. Tivemos como pioneiro O Boletim Estudantil na década de 70, com 18 edições. No ano de 1985 iniciou a circulação do Jornal da Ronda sendo editado por 17 anos, que no ano de 2001 passou a chamar-se Jornal Folha da Produção, abrangendo hoje 21 municípios. Atualmente circulam outros jornais de abrangência estadual e regional, revistas e boletins informativos em nosso município.

Na década de 60 somente existia o telefone na prefeitura, aonde as pessoas iam até o local para fazer ligações para outros municípios. Mais tarde surgiu o centro telefônico no município, as pessoas que necessitavam de serviços de telefonia pediam ligações na mesa telefônica. Somente em 1985 começou a implantação do telefone automático e se efetivou no ano de 1988. Com isso, no decorrer dos anos, surgiram serviços de FAX que passaram a ser muito utilizados. O grande avanço da telefonia foi o DDD. E na década de 90 o celular, onde a maioria da população se beneficia com o mesmo.

Poucas eram as famílias que possuíam televisão na década de 60, as quais eram em preto e branco, grandes e pesadas, a luz e a bateria. Com o passar dos anos surgiram novos modelos: em cores que funcionavam com a energia elétrica e eram mais modernas.

Com o grande avanço da tecnologia surgiram os computadores que chegaram ao município no início da década de 90. Com o avanço da tecnologia e o acesso a internet passa-se a utilizar as redes sociais, no momento um dos meios de comunicação mais utilizados.

Depois de muitas tentativas, no dia 06 de dezembro de 2007, foi inaugurada com sua primeira transmissão a Rádio Comunitária Navegantes-FM, a qual presta informações a toda comunidade. A Rádio está sob a coordenação da Sociedade Comunitária Navegantes, composta por 19

membros: Adelar Novello, Anacleto Navarro, Ângelo Giacomolli, Aquiles Trezzi, Arnildo Fritzen, Carmem Lorenzoni, Elizete Raimondi, Everson Pandolfi, Ilino Albarello, Jorge Bufon, Leonir Bonavigo, Lélío Tedeschi, Luis Liberatti, Mauro Di Domênico, Odacir Raimondi, Osmar Raimondi, Osvaldo Giacomelli, Semar Bonavigo e Valério Bernardi. O trabalho diário da Rádio de levar informação e entretenimento a toda população. A Rádio Comunitária Navegantes, nosso novo veículo de comunicação, possibilitou desenvolver um novo “olhar” em relação ao que acontece em nosso município, região, estado, país e mundo.

### **3.9. Assistência e Integração Social**

A Secretaria Municipal de Assistência e Integração Social desenvolve vários trabalhos nas mais diversas áreas, tais como: Programa Bolsa Família - PBF, que atende 1.500 famílias cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, sendo que 600 são beneficiárias do programa; Programa de Apoio Integral a Família - PAIF, junto ao CEMA, que atende mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família; Pessoas com Deficiência - PCDS, junto ao CEMA, com atividades de estimulação e terapias ocupacionais; Ação Jovem atende adolescentes de 15 a 18 anos com várias oficinas de música, orientação psicológica, oficina de Informática, atividades de Educação Física e esportes, oficina de Capoeira, atividades que criem consciência da participação na sociedade e orientação para o trabalho e a inclusão na sociedade, sempre no turno inverso ao da Escola; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, junto ao Centro da Criança e Adolescente, no Bairro Ipiranga, atende crianças e adolescentes de 7 a 15 anos. Quanto a Melhor Idade, os primeiros convênios assinados pelo Município foram os Projetos CONVIVER, sendo inicialmente 4 grupos em 1991. Em 2003, foi Instituído o Estatuto do Idoso, a nível Nacional. Nosso município, conta hoje com doze grupos de Idosos organizados, onde são desenvolvidos trabalhos de convivência e recreação. São encontros mensais acompanhados por profissionais de várias áreas, como educação física, nutrição, saúde e mais recentemente psicologia. Os grupos ainda promovem suas domingueiras onde se reúnem em grande número para passar uma tarde agradável na companhia de seus amigos, contribuindo para melhorar a convivência e integração. Também é organizado um Encontro Municipal, e neste ano foi realizado o 5º Encontro Municipal no dia 24 de julho



em comemoração ao cinquentenário do Município, com grande participação e animação.

### **3.10. Saúde**

O CEMPREV – Centro Municipal de Saúde Ambulatorial e Preventiva Osmar Matte, abriga a Secretaria Municipal de Saúde, a Estratégia da Saúde da Família 1 – ESF 1 e a Policlínica que é composta pela Farmácia Básica do Município, a Sala de Vacinas, o Laboratório, a sala de Imunizações, o Setor Administrativo, a Vigilância em Saúde, os Transportes da Saúde, o programa Primeira Infância Melhor (PIM), a Coordenação das Ações de Saúde e os serviços de fonoaudiologia, psicologia, nutrição e fisioterapia.

São quatro as Estratégias de Saúde da Família (ESF). O Município possui uma cobertura de 100% de ESF, também conhecidos pela população como Postos de Saúde. As equipes de cada ESF são compostas por Médico (a), Enfermeiro (a), Técnico (a) de Enfermagem, Dentista, Auxiliar de Saúde Bucal, além das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS). Atualmente junto às equipes de Saúde da Família há, também, o Núcleo de Apoio a Atenção Básica (NAAB), que é formado por uma Assistente Social e três Psicólogas.

As estratégias têm suas áreas adstritas, que são divididas em micro áreas, por isso sempre que necessário a população deve procurar a ESF de sua área para todo atendimento primário à saúde. As ESFs estão localizadas junto ao CEMPREV, junto ao CESAF e no Bairro Boa Esperança. Na Reserva Indígena da Serrinha, localizada no Alto Recreio está a Estratégia da Saúde da Família Indígena com profissionais contratados pela SESAI – Secretaria de Estado da Saúde e Assistência ao Índio: Enfermeira, Técnicos de Enfermagem, Médico, Dentista, Agentes Comunitários de Saúde e Auxiliar de Enfermagem. Todas as Unidades Básicas de Saúde contam, além da equipe que compõe a ESF, com uma equipe de apoio composta por motoristas, higienizadores, auxiliares de manutenção e recepcionistas.

As Estratégias desenvolvem trabalhos de orientações com Promoção, Prevenção e Recuperação da Saúde como, por exemplo: Saúde da Criança, Saúde da Mulher, Saúde do Homem, Saúde Mental e Saúde do Idoso, entre outras políticas de saúde.

Ainda prestam atendimento na área da saúde três laboratórios de análises clínicas privados e um laboratório municipal.

Ganham destaque os seguintes programas de prevenção desenvolvidos pelo Sistema de Saúde Pública do município:

- Câncer de Útero e Mamas;
- Hipertensão e Diabéticos;
- Ações de Desnutridos;
- Saúde Escolar;
- Acompanhamento a Gestantes;
- Acompanhamento aos Grupos de Idosos;
- Grupo de egressos: psiquiátricos, depressivos e de mulheres;
- Vacinação;
- Prevenção à cárie dentária;
- Monitoramento da água para consumo humano;
- Campanha contra Doenças Epidemiológicas;
- Farmácia Básica

A Secretaria Municipal de Saúde conta com o Conselho Municipal de Saúde, de caráter permanente, representativo, fiscalizador e deliberativo, mantendo participação efetiva nas políticas públicas de saúde.

### **3.10.1. Hospitais**

O Sistema de Saúde local conta com dois hospitais: Hospital dos Trabalhadores e Sociedade Hospitalar Ronda Alta.

No ano de 1962 já se tem notícia da existência de hospital no Distrito de Ronda Alta. O primeiro hospital foi São Jorge de propriedade do Dr. Ari Tasca. Em 1979 passa a se chamar Hospital e Farmácia Ronda Alta de propriedade do Dr. Tarcísio Grandi. A partir de 2012 passa a se chamar Sociedade Hospitalar Ronda Alta de propriedade de Rosane Facchi.

No ano de 1973, nasce o hospital Santa Rita de propriedade de Zulmir Vanni e de seu genro Dr. Edgar.

No ano de 1981 foi inaugurado o Hospital Nossa Senhora dos Navegantes de propriedade do Dr. Donaldo Ignácio Rech.

A Associação dos Trabalhadores de Ronda Alta - ATRA foi fundada em 30 de maio de 1986 (entidade filantrópica, sem fins lucrativos e de utilidade pública municipal, estadual e federal, reconhecidamente na região como uma das instituições prestadoras de serviços na área da saúde “sua principal atividade”), através do Hospital dos Trabalhadores adquirido em 11 de julho de 1986 com abertura em 03 de outubro do mesmo ano. Após o incêndio que destruiu totalmente sua estrutura em 13 de maio de 1993 foi construído novo prédio, voltando a funcionar em 08 de março de 2000.

A ATRA atualmente possui uma área construída de 2.699,80m<sup>2</sup> com capacidade para 55 leitos, com enfermarias de 03 leitos, quartos semiprivativos, privativos e apartamentos, além de leitos de observação para 12/24 horas no ambulatório, sendo que destes 42 leitos são conveniados com o Sistema Único de Saúde - SUS.

A Associação dos Trabalhadores de Ronda Alta é credenciada no consórcio intermunicipal de saúde, coordenado pela 15ª Coordenadoria Regional de Saúde de Palmeiras das Missões.

O corpo clínico é composto por 10 médicos de várias especialidades e 59 funcionários nos mais diversos setores do hospital, dentre eles, enfermeiros, psicóloga, farmacêutica/bioquímica, técnicos de enfermagem e radiologia médica, monitores, sanificação, cozinha, lavanderia, recepção, almoxarifado, vigilância, zeladoria, recepção, administração e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU.

Dentre as diversas atividades, programas e atendimentos prestados, enfatizamos neste momento dois programas desenvolvidos dentro do hospital: Atendimento à pacientes da Saúde Mental baseado num Plano Terapêutico Singular e Programa de Incentivo ao Aleitamento Materno.

#### **3.10.1.1 Aleitamento Materno**

O Hospital dos Trabalhadores oferece o serviço e especialidade de Ginecologia e Obstetrícia, contando com maternidades que propiciam maior conforto para as gestantes, puérperas e seus bebês. Ainda conta com uma equipe de profissionais capacitados para atendê-las, neste momento que exigem maior atenção e cuidados. Levando em consideração esta

especialidade o hospital desenvolve atividades que enfocam o Aleitamento Materno exclusivo repassando à mãe toda a importância deste ato.

Amamentar é muito mais do que nutrir a criança. É um processo que envolve interação profunda entre mãe e filho, com repercussões no estado nutricional da criança, em sua habilidade de se defender de infecções, em sua fisiologia e no seu desenvolvimento cognitivo e emocional, além de ter implicações na saúde física e psíquica da mãe.

Amamentar faz bem para a [saúde](#) da mãe e do [bebê](#) alguns estudos afirmam que as mulheres que amamentam têm somente 50% de chances de desenvolver câncer de mama na pré-menopausa e menor risco de câncer de ovários e osteoporose.

O Hospital dos Trabalhadores conta com uma equipe de Obstetras, Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem os quais trabalham em conjunto para melhor orientar as gestantes e puérperas durante a permanência no ambiente hospitalar. Repassando todos os cuidados necessários inclusive a importância do Aleitamento Materno Exclusivo.

#### **3.10.1.2. Saúde Mental**

Visando minimizar o transtorno apresentado pelo paciente em regime de internação, o Hospital ATRA realiza ações multiprofissionais no cuidado do pacientes: atendimento médico especializado; cuidados na área da enfermagem; psicoterapia individual e grupal.

Na área de educação física: passeios terapêuticos; ginástica; recreação; expressão corporal – dança; atividades desportivas visando melhorar a condição cárdio respiratória do paciente, além de promover momentos de descontração e lazer. Vídeo-Terapia: os pacientes assistem a filmes com mensagens, proporcionando emoções e momentos de lazer aos mesmos.

Além destes profissionais, a ATRA conta com voluntários do município que realizam atividades no processo de internação: Grupo de Alcoólicos Anônimos, Grupo de Espiritualidade e oração.

Visando ver o paciente como um todo, o ajudando na superação de seu sofrimento, a ATRA está constantemente buscando melhorias na qualidade de seu atendimento.

### **3.10.1.3. Alcoólicos Anônimos**

Alcoólicos Anônimos é uma irmandade de homens e mulheres que compartilham suas experiências, força e esperanças a fim de resolver seu problema comum e ajudar outros a alcançarem a sobriedade.

O Grupo Alcoólicos Anônimos INTEGRAÇÃO de Ronda Alta deu o primeiro passo no dia 13 de novembro de 1992 com uma reunião, sendo oficializado no dia 18 de novembro de 1992, tendo como coordenador o Sr. Loris Perego, acompanhado por Psicóloga do Município.

Por um determinado período foram realizadas inúmeras reuniões com um pequeno número de pessoas, as quais até hoje se mantêm em recuperação, outros desistiram por não estarem conscientes de sua doença.

Houve um tempo em que o grupo esteve quase adormecido, mas felizmente no dia 07 de dezembro de 2007 uma nova mesa coordenadora formada por dependentes que queriam se recuperar coordenados pelo Sr. Alvaro Boni e o Dr. Jacó, coordenador da regional de Carazinho/RS deram continuidade ao programa que permanece até os dias de hoje.

### **3.10.1.4. Plantas Medicinais**

Conhecida e nomeada como: medicina natural, medicina popular, medicina caseira, é a utilização das “plantas medicinais” na prevenção tratamento e cura de doenças.

É provável que a utilização das plantas medicinais como medicamento seja tão antiga quanto à origem do homem. No Brasil a utilização de plantas no tratamento de doenças apresenta influencia da cultura indígena, africana e europeia, e constituíram a base da medicina popular.

A saúde é o mais precioso dos bens. Um corpo saudável é infinitamente mais que uma riqueza. Fazendo uma viagem nos 50 anos de Ronda Alta, constatamos uma época em que não havia medicamentos, tais como os temos hoje, e, que a única possibilidade de cura era recorrer a plantas e terapias naturais como benzimento. São benzedadeiras conhecidas: D. Rosa; D. Bibi; Carolina Bosa, D. Erna Daper, D. Nair Perin, D. Fausta entre outras. Recorriam às simpatias, que, embora realizadas como experimento, apresentavam resultados eficientes. Desta forma o conhecimento foi evoluindo e tornando os tratamentos naturais mais suaves e com resultados positivos.

Nessa área, merece destaque também as pastorais ligadas a Igreja, “Pastoral da Criança”, que por muitos anos realizou trabalhos na promoção da saúde com o uso da multimistura, pomadas, remédios e chás para a população, coordenados pela Irmã Irene Tonelotto.

A exemplo das pastorais, também surgiram outros espaços que oferecem até os dias de hoje os serviços de tratamentos naturais para a população do Município: Centro Terapêutico Renascer que iniciou com Altemir Bertti e Salete Rodrigues de Aquino e Vida e Saúde de Anari Maria Cé;

Outros trabalhos relevantes são desenvolvidos pela Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e entidades, na divulgação, identificação e produção das ervas medicinais.

O estudo e a pesquisa sobre os princípios ativos das plantas evoluíram e foram comprovados, assim muitos medicamentos base de plantas (fitoterápicos e homeopático) já estão disponíveis na rede SUS.

#### **3.10.1.5. SAMU 192**

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) é um programa do Governo Federal, Estadual e Municipal. É um serviço gratuito que atende a população 24 horas por dia. Tem como finalidade prestar socorro a população em casos de urgência e emergência, através disso visa à redução do número de óbitos, do tempo de internação hospitalar e a redução das sequelas causadas por falta de atendimento precoce. O SAMU de Ronda Alta teve início em 24 de Agosto de 2010, possui uma Ambulância de suporte Básico e conta com uma equipe qualificada composta por Enfermeira, Técnicos de Enfermagem e Motoristas. Sua Base se encontra na Avenida Presidente Vargas, e a estabilização do paciente se dá no Hospital dos Trabalhadores de Ronda Alta.

#### **3.11. Localização Geográfica do Município de Ronda Alta**

Ronda Alta situa-se na 7ª Zona Fisiográfica, denominada Alto Uruguai, localizada no extremo Norte do Estado.

A Sede Municipal situa-se na porção noroeste do Município. Possui 28 (vinte e oito) comunidades no interior e 07 (sete) bairros na cidade.

A altitude é de 450m. A latitude é 27° 46' 00" e a longitude 52° 48' 07"

Ronda Alta faz limites com os seguintes municípios: ao Norte: Três Palmeiras; a Leste: Campinas do Sul, Jacutinga e Quatro Irmãos; ao Sul: Pontão; e a Oeste: Sarandi, Rondinha e Engenho Velho.

O acesso à Ronda Alta se dá pela malha viária RS 404 e RS 324. A RS 324 é a principal via rodoviária, com direção Norte-Sul. A ocupação ao longo da RS 324 apresenta quatro situações diferenciadas:

- Ao Norte (Distrito de Alto Recreio) – Toldo Indígena;
- Ao Noroeste, tangencia a cidade de Ronda Alta;
- Ao Sudoeste, localizam-se os Assentamentos Rurais;
- Ao Sul, situa-se a localidade de Encruzilhada Natalino.

Ronda Alta distancia-se 375 km da capital Porto Alegre, tendo seu acesso pela BR 386, RS 324 e RS 404. A distância de Três Palmeiras é de 20 km; de Trindade do Sul, 30 km; de Engenho Velho, 15 km; de Constantina, 18 km; de Rondinha, 13 km; de Sarandi, 27 km; de Carazinho 75 km; de Passo Fundo 75 km; de Pontão 30 km e de Campinas do Sul 20 km.

### **3.12. Hidrografia**

A malha hidrográfica é composta pela bacia do Rio Uruguai, destacando-se os rios da Várzea e o Passo Fundo. Sua grande vazão permite intensa utilização para recursos de geração de energia. Com seus rios correndo para o norte, alcançando o rio Uruguai em seu curso superior, caracteriza-se por vales profundos e forte dissecação do relevo.

Esses rios estão regidos por condições de chuvas mensais equilibradas, o que dá uma regularidade ao seu curso. Todavia, devido ao tipo de relevo, e em virtude das precipitações pluviais ocasionais fortes e persistentes, seus cursos alagam as áreas vizinhas, preenchendo os vales a eles pertencentes.

Estudos para o aproveitamento da energia hidráulica do Rio Passo Fundo foram iniciados pela Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE do RS na segunda metade da década de 1950. Após firmar convênio com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento- DNOS, o governo do estado transferiu a responsabilidade das obras para a ELETROBRÁS que ao constituir a ELETROSUL em 23 de dezembro de 1968, sua subsidiária, passa a realizar a construção e operação de usinas geradoras e linhas de transmissão de energia elétrica. As obras foram concluídas em 1973. A Bacia hidrográfica do

seu reservatório compreende 2300 km<sup>2</sup>, localizados entre os municípios de Ronda Alta, Três Palmeiras, Jacutinga, Erechim, Campinas do Sul e Entre Rios do Sul.

Na área do reservatório, foram atingidas 404 famílias que tiveram que se dirigir para outras terras oferecidas pelo INCRA no Mato Grosso e algumas receberam indenizações. Hoje no entorno do alagado da barragem nosso município comporta uma área de turismo visitada e habitada por turistas dos municípios de Sarandi, Palmeira das Missões, Carazinho, Constantina, Nonoai e Ronda Alta, que permanecem nestes locais, especialmente em épocas de férias de verão. Vários loteamentos existem neste local: Passo da Entrada, De Marco, Águas Claras, Rancho Branco, Navegantes, Parque das Águas, Primavera.

Em suas águas ocorrem muita pescaria, passeios de barcos e Jet-ski e a procissão em honra a padroeira de Ronda Alta Nossa Senhora dos Navegantes.

O Editor Responsável pelo Jornal Folha da Produção, Roque de Couto traz em seu texto, publicado no dia 27 de março de 2015, como se apresenta hoje o panorama hídrico do Município de Ronda Alta:

Como o próprio nome já diz, Ronda Alta foi construída em local bem alto, talvez no nível mais elevado em referência ao mar. Ainda assim, a maioria ergueu sua morada à beira das sangas que cortam a cidade, certamente para aproveitar o manancial hídrico existente. (Folha da Produção, 27/03/15).

Poucas pessoas têm conhecimento de que Ronda Alta é um perfeito “divisor de águas”. Parte das nascentes corre para a bacia do rio da Várzea e o restante para a bacia do rio Passo Fundo, hoje barragem UHPF. Essa divisão é bem interessante, pois mostra com clareza os caminhos percorridos pela água.

A nascente mais distante do lado oeste da cidade fica localizada na propriedade da família Pastre e as águas correm para o rio da Várzea, atravessando embaixo do asfalto. O mesmo acontece com nascentes localizadas mais ao leste, nas propriedades das famílias Celso e Caus, que igualmente cruzam o asfalto e vão formar o riacho que passa ao lado da gruta Nossa Senhora de Lurdes, na Linha Marcon. Bem perto dali, na propriedade da família Taparello, há a primeira nascente que faz o sentido inverso. Mais adiante se junta às nascentes localizadas nas propriedades das famílias Barbosa e



Pasquetti e correm em direção à cidade. (Folha da Produção, 27/03/15).

Seguindo seu texto, Roque de Couto ainda escreve que, para formar a chamada “Sanga X”, que corta a cidade de oeste a leste, são inúmeras as nascentes, localizadas nos bairros Santa Bárbara, Santa Helena e Quiri. Aos poucos elas vão convergindo para o mesmo local e aumentando o volume do riacho. Do outro lado, a chamada “Sanga da Divisa”, é formada por nascentes que iniciam próximo à entrada para a extinta Linha Pinheirinho, assim como outras mais ao sul e convergem para a cidade, passando atrás do Estádio Edemar Baldissarella. As duas sangas se juntam atrás da Fábrica de Tubos da Prefeitura e vão desaguar na barragem.

O editor chefe do Jornal Folha da Produção ainda coloca que são inúmeros os problemas verificados nas sangas e córregos que cruzam a cidade, e os divide em dois aspectos: poluição e enxurradas e o crescimento da cidade.

No primeiro aspecto, basta acompanhar as sangas para perceber o enorme descaso da população, que joga de tudo para dentro. O volume de garrafas pet e sacos plásticos é de impressionar, assim como a quantidade de canos de esgoto que são jogados sem o devido tratamento.

O segundo aspecto é mais grave, porque atinge diretamente as famílias da comunidade. O crescimento natural da cidade retirou o verde necessário para a absorção da água e tem causado sérios transtornos quando ocorrem chuvas torrenciais. Existem alguns locais fadados aos problemas toda vez que chove demais, muito embora os gestores públicos tenham realizado serviços com o intuito de melhorar a vazão d'água. Porém, contra a força da natureza, nem sempre há solução. (Folha do Produção, 27/03/15)

Roque de Couto termina seu texto colocando que todos devemos fazer a nossa parte e trabalhar de forma incansável para despoluir as sangas, resgatar nascentes e deixar para os nossos filhos um meio ambiente melhor para viver.

### **3.13. Vegetação Original**

A vegetação do Município de Ronda Alta integra o Bioma Mata Atlântica. Destacam-se as espécies de alecrim (*Holocalyx glaziovii*), umbu (*Phytolacea dioica*), cedro (*Cedrela fissilis*), louro (*Cordia trichotoma*) e o bambu (*Bambusa* SP.). Temos ainda a araucária, que apresenta algumas características

próprias, e o pinheiro (*Araucária angustifolia*) com grande participação, especialmente no andar superior. Dada a estrutura do pinheiro, de maior espaçamento entre os indivíduos arbóreos, a floresta não é densa. Está associada à floresta subtropical.

Além do pinheiro destacam-se o ipê (*Tecoma SP*), o louro, a erva-mate (*Ilexparaguaiensis*) e o jacarandá (*Dalbergianigra*).

A floresta ciliar, ao longo dos cursos d'água, rios, arroios ou córregos, a vegetação se adensa nas margens, produzindo um tipo particular de formação vegetal. Nas áreas de campos e de redução da cobertura vegetal, as formas ciliares podem ser representadas por capões e galerias. A mata galeria às vezes pode ser a própria floresta nativa atravessada por um curso d'água. Nos capões é comum, nas partes mais altas, a presença marcante do timbó (*Ateleiagalziviaabail*), e, nas áreas de maior concentração de umidade, aparecem o coqueiro e o taquaruçu.

A vegetação campestre é nitidamente herbácea, adaptando-se a amplas extensões de solo. As gramíneas predominam na composição florística dos campos, enquanto os capões, as matas e as capoeiras emolduram a paisagem campestre.

A atual cobertura vegetal campestre pode ser assim, classificada:

- Campos com capões: os capões de matas com contorno arredondado e fisionomia compacta (campos fechados). A estrutura desses matos nativos pode mesclar-se com as formações de floresta subtropical e araucária da região.
- Campos e matas galerias: a densa malha hidrográfica interage como um componente importante. Nas formações vegetais do tipo galeria, em virtude da intensa concentração de umidade nos fundos dos vales ou planícies, estabelece as condições necessárias para o desenvolvimento florestal e arbústeo. Nos pequenos arroios e sangas, a vegetação adquire características de banhado, emaranhando-se na parte superior e desenvolvendo-se em ambas as margens.

As florestas nativas foram, porém, contidas pelo imenso desmatamento em virtude da utilização da terra para o cultivo, impondo, assim, uma crescente regressão de sua cobertura.

### **3.14. Clima**

O clima de Ronda Alta é subtropical com temperatura média de 18°C e a precipitação anual é de aproximadamente 2.077 mm, com chuvas distribuídas durante o ano.

O mês mais quente é janeiro, com temperaturas entre 25°C e o mês mais frio é julho, com temperaturas que oscilam de 4,0°C a -2,7°C.

O minuano, vento do quadrante oeste, embora popularmente seja o mais conhecido, tem curta duração.

### **3.15. Relevo**

O município de Ronda Alta faz parte da microrregião fisiográfica de Irai. É formada pelos municípios de Alpestre, Braga, Caiçara, Campo Novo, Constantina, Erval Seco, Frederico Westphalen, Iraí, Liberato Salzano, Miraguaí, Nonoai, Palmitinho, Redentora, Rodeio Bonito, Ronda Alta, Rondinha, São Martinho, Sarandi, Seberi e Vicente Dutra. O extrativismo madeireiro e da erva mate, a agricultura tradicional e a criação de suínos formam a base econômica desta microrregião.

O Rio Grande do Sul pelo seu relevo, altitude e material geológico, pode ser dividido em cinco regiões: planalto, depressão central, serra do sudeste, campanha e litoral.

Assim a região de Ronda Alta classifica-se como planalto médio que está localizado na parte aplainada entre as costas de 400 e 800 metros de altitude. Nesta região, observa-se na parte norte, relevo ondulado. As partes onduladas, formadas por elevações com declives em dezenas e centenas de metros. Entre as elevações raramente formam-se depressões.

Na parte sul, onde ocorre arenito, o relevo é ondulado formado por um conjunto de elevações arredondadas que formam entre si depressões abertas ou fechadas onde se situam solos com drenagem impedida.

Ronda Alta apresenta dois tipos de topografia:

- Topografia levemente ondulada, onde predominam as lavouras de soja, milho e trigo. Este tipo de solo é responsável por 70% da área do Município e concentra as propriedades de maior poder aquisitivo.
- Topografia acidentada, correspondendo aos 30% restantes são solos da classe II, Unidade Ciriaco Charrua, rasos, boa fertilidade natural, não

ácidos, permeáveis, com declividade variável entre 12% a 50%, onde predominam a bovinocultura de leite, lavouras de milho, soja e fruticultura. Nesta área concentram-se as propriedades de menor área e de produtores com menor poder aquisitivo.

Os solos Ciríaco são medianamente profundos (80 a 120 cm), moderadamente drenados, de coloração bruno avermelhado escura, textura argilosa e desenvolvidos a partir de basaltos.

## **4. PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO/FUNCIONÁRIOS DE ESCOLA**

### **4.1 Professores**

O município de Ronda Alta conta com nove escolas, quatro escolas municipais e 5 estaduais. Essas escolas contam com 138 professores. Quanto a formação desses docentes, 101 possuem Especialização ou Pós Graduação (73,18 %), 26 possuem Graduação (18,84 %) e 11 possuem Ensino Médio (7,97%). Vinte e nove professores trabalham na Educação Infantil, (16 na modalidade creche e 13 na modalidade Pré- Escola). <sup>1</sup>Trinta e sete trabalham no Ensino Fundamental - Anos Iniciais, 64 no Ensino Fundamental - Anos Finais, 28 no Ensino Médio, 09 na Educação de Jovens e Adultos e 05 na Educação Especial. Dezenove professores trabalham em setores como direção, vice-direção, coordenação pedagógica, secretaria municipal de educação, coordenação de turno... E dois professores são cedidos pelo município para escolas Estaduais.

Todos os diretores das escolas possuem especialização. A capacitação e Formação Continuada de Professores ocorrem semanalmente nas escolas e, algumas quinzenalmente. Além dessa carga horária semanal de formação continuada, os professores participam de uma capacitação de 40 horas realizada em encontros realizados conjuntamente rede municipal e estadual de ensino. Muitos professores realizam outras capacitações na modalidade em EAD. Em relação ao número de professores habilitados no ensino de Língua Brasileira de Sinais, pode-se afirmar que há apenas um professor cursando.

### **4.2 Funcionários de escolas**

Das 16 merendeiras que trabalham nas escolas de Ronda Alta, 06 possuem o Ensino Fundamental Incompleto, 04 possuem Ensino Médio completo e 06 possuem Ensino Superior. Das 24 serventes, 02 possuem Ensino Fundamental Incompleto, 01 possui o Ensino Fundamental Completo, 12 possuem o Ensino Médio completo 01 possui o Ensino Médio Incompleto e 08 tem o Ensino Superior. Dos 35 monitores e atendentes, 05 possuem Ensino Fundamental Completo e 30 possuem Ensino Médio completo. Das 8

---

<sup>1</sup> Alguns professores trabalham tanto no Ensino Fundamental, quanto no Ensino Médio e EJA, outros trabalham nas duas redes de ensino com turmas diferentes e ainda existem alguns que trabalham na mesma rede, porém em escolas e turmas diferentes.

secretárias, 02 possuem o Ensino Médio completo e 06 tem Ensino Superior e dos 2 vigilantes, ambos possuem Ensino Fundamental Incompleto.

Em relação à situação funcional, 11 merendeiras são concursadas (RPPS - Regime Próprio de Previdência Social) e 05 são terceirizadas, com jornada de trabalho de 40 horas; 18 serventes são concursadas (RPPS – Regime Próprio de Previdência Social) e 06 são terceirizadas, com jornada de trabalho de 40 horas; 01 monitor é concursado (RPPS - Regime Próprio de Previdência Social) com jornada de trabalho de 20 horas semanais e 34 atendentes são terceirizados com jornada de trabalho de 30 horas; as 8 secretárias, são concursadas (RPPS - Regime Próprio de Previdência Social) e possuem 40 horas de jornada de trabalho e, um dos vigilantes é concursado (RPPS - Regime Próprio de Previdência Social) e o outro é terceirizado, também com uma carga horária de 40 horas semanais.

## **5. DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL POR ESCOLA E DEPENDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS.**

O município de Ronda Alta possui 05 escolas estaduais e 04 escolas municipais, 05 consideradas muito pequenas, contendo até 150 alunos, 03 consideradas pequenas, tendo de 151 a 400 alunos e 01 escola é considerada média, pois possui de 401 a 900 alunos. Oito escolas funcionam pelo período da manhã e tarde e, apenas uma, tem funcionamento também pela parte da noite. Duas escolas oferecem Educação Infantil na modalidade Creche, 06 possuem Educação Infantil na modalidade Pré-escola, 07 tem Ensino Fundamental Anos Iniciais, 05 oferecem Ensino Fundamental Anos Finais, 01 possui Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio, 01 possui Classe Especial.

Quanto aos aspectos físicos e gerais, das 09 escolas, todas possuem água encanada e potável, 06 possuem esgoto e fossa, todas possuem energia elétrica, sanitários para alunos e professores, 06 possuem sanitários adaptados para a Educação Infantil, somente 05 tem sanitários adaptados para deficientes físicos. Todas possuem cozinha, 08 possuem refeitório, 01 não possui bebedouro, todas têm extintores e ventiladores em salas de aula, apenas 02 possuem ar condicionado, 06 possuem prédio parcialmente adaptado para deficientes físicos e 02 não possuem prédio adaptado.

Quanto ao ambiente administrativo, 02 escolas possuem sala de recepção, 07 possuem secretaria, 06 tem sala de direção, 03 possuem sala de coordenação pedagógica, 06 tem sala de professores e todas possuem computador para o setor administrativo/pedagógico com acesso a internet.

Em relação aos ambientes de apoio pedagógico, 06 escolas possuem parquinho, 08 possuem local para atividades ao ar livre, 05 possuem biblioteca, 01 possui antena parabólica, 05 possuem sala de TV/Vídeo, 04 possuem laboratório de informática com computadores ligados a internet, 06 possuem quadra de esportes, sendo que 02 ainda não estão cobertas e, 02 escolas possuem laboratório de ciências. Nenhuma escola possui auditório.

Quanto ao material de apoio pedagógico, 08 escolas oferecem livros didáticos em geral, 03 possuem livros didáticos em língua estrangeira, 05 oferecem oficinas de reforço em turno inverso, 05 possuem salas de recurso,

03 possuem serviços de apoio pedagógico especializados, 02 escolas possuem profissionais cursando Libras, 06 tem oficinas em turno inverso e todas as escolas oferecem alimentação escolar.

Em relação à organização da escola, todas possuem Conselho Escolar, 05 possuem Círculo de Pais e Mestres ou Associação de Pais e Mestres e 02 escolas têm o Grêmio Estudantil.

Apenas 01 escola oferece atendimento aos alunos com altas habilidades nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora, 07 escolas oferecem atendimento odontológico, 03 tem atendimento psicológico, nenhuma oferece atendimento fonoaudiólogo, 02 oferecem exames de cuidado visual e 05 possuem atendimento aos alunos com necessidades especiais.

Uma escola possui parceria com empresas privadas, outra escola com empresas de economia mista, 03 escolas possuem parceria com entidades da sociedade civil organizada, 05 possuem parceria com poderes públicos e 01 escola tem parceria com Universidades.

O Projeto Político Pedagógico das Escolas foi revisado e atualizado por 03 escolas no ano de 2014, 01 no ano de 2013, 01 em 2011, 01 em 2010, 01 em 2009, 01 em 2007 e 01 escola não soube informar, pois não consta a data de atualização.

### **5.1. Escola Municipal de Educação Infantil Arco - Íris**

A Escola Municipal de Educação Infantil Arco-Íris caracteriza-se por uma escola muito pequena, atende 104 alunos, funciona pela parte da manhã e tarde, oferta Educação Infantil nas modalidades de Creche e Pré-escola. A Escola possui água encanada e potável, esgoto e fossa, energia elétrica, sanitários adaptados a educação infantil, sanitários para professores, cozinha, refeitório, bebedouros, extintores, ventiladores nas salas de aula. A Escola também possui sala de direção e 01 computador com internet para o setor administrativo/pedagógico.

Como ambiente de apoio pedagógico a escola possui parquinho e local para atividades ao ar livre. Como material de apoio pedagógico a escola oferece acervo bibliográfico e brinquedos. Oferece alimentação escolar, incluindo o almoço, já que grande parte das crianças permanecem na escola



em tempo integral. A escola possui Conselho Escolar e oferece atendimento odontológico.

No Projeto Político Pedagógico da Escola não consta a data de atualização.

### **5.2. Escola Municipal de Educação Infantil Vó Elmira Guiland**

A Escola Municipal de Educação Infantil Vó Elmira Guiland caracteriza-se por uma escola pequena, atende aproximadamente 177 alunos, funciona pela parte da manhã e tarde, oferta Educação Infantil nas modalidades Creche e Pré-escola. A Escola possui água encanada e potável, esgoto e fossa, energia elétrica, sanitários adaptados para a educação infantil e para alunos portadores de necessidades especiais, sanitários para professores, cozinha, refeitório, bebedouros, extintores, ventiladores nas salas de aula. Prédio parcialmente adaptado para atendimento de alunos com necessidades especiais. A Escola também possui sala de recepção, secretaria, sala de direção, sala de coordenação pedagógica, sala de professores e 01 computador com internet para o setor administrativo/pedagógico.

Como ambiente de apoio pedagógico a escola possui parquinho, local para atividades ao ar livre e sala de TV/Vídeo. Como material de apoio pedagógico a escola oferece acervo bibliográfico e brinquedos. Também oferece alimentação escolar, incluindo o almoço, já que a maioria dos alunos permanece na escola em tempo integral. A escola possui Conselho Escolar e oferece atendimento odontológico.

O Projeto Político Pedagógico da Escola foi atualizado no ano de 2011.

### **5.3. Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Alderi Facchi**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Alderi Facchi caracteriza-se por uma escola muito pequena, atende 115 alunos, funciona pela parte da manhã e tarde, oferta Educação Infantil (Pré-Escola), Ensino Fundamental com Anos Iniciais e Classe Especial. A Escola possui água encanada e potável, esgoto e fossa, energia elétrica, sanitários adaptados à Educação Infantil e para alunos portadores de necessidades especiais,

sanitários para professores, cozinha, refeitório, bebedouros, extintores, ventiladores nas salas de aula, uma sala com ar condicionado, prédio parcialmente adaptado para atendimento de alunos com necessidades especiais. A Escola também possui secretaria e 02 computadores com internet para o setor administrativo/pedagógico.

Como ambiente de apoio pedagógico a escola possui parquinho, local para atividades ao ar livre, quadra de esporte, não coberta. Como material de apoio pedagógico a escola oferece livros didáticos em geral, oficinas de reforço em turno inverso, sala de recursos, serviços de apoio pedagógico especializado e alimentação escolar.

A escola possui Conselho Escolar, oferece atendimento odontológico, psicológico e atendimento aos alunos com necessidades especiais, possui parceria com Empresas privadas, entidades da sociedade civil organizada (Associação Comercial, Culturais, Bairro, Igreja, Sindicatos, ONGs...) e Poderes Públicos (Secretaria da Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente).

O Projeto Político Pedagógico da Escola foi atualizado no ano de 2007.

#### **5.4. Escola Municipal de Ensino Fundamental Mem de Sá**

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Mem De Sá caracteriza-se por uma escola muito pequena, atende 136 alunos, funciona pela parte da manhã e tarde, oferta Educação Infantil (Pré-escola), Ensino Fundamental com Anos Iniciais e Finais. A Escola possui água encanada e potável, energia elétrica, sanitários (1 para cada 17 alunos), sanitários adaptados a educação infantil, sanitários para professores, cozinha, refeitório, bebedouros, extintores, ventiladores nas salas de aula, prédio adaptado para atendimento de alunos com necessidades especiais. A Escola também possui sala de direção, sala de professores e 01 computador com internet para o setor administrativo/pedagógico.

Como ambiente de apoio pedagógico a escola possui local para atividades ao ar livre, biblioteca, sala de TV/Vídeo, laboratório de informática com 10 computadores ligados a Internet, quadra de esporte coberta. Como material de apoio pedagógico a escola oferece livros didáticos em geral, livros didáticos de Língua Estrangeira, oficinas de reforço em turno inverso, sala de

recursos, com professora cursando Libras, oficinas em turno inverso e alimentação escolar.

A escola oferece atendimento odontológico, psicológico, exames de cuidado visual e atendimento aos alunos com necessidades especiais, possui Conselho Escolar.

O Projeto Político Pedagógico da Escola foi atualizado no ano de 2009.

#### **5.5. Escola Estadual de Educação Básica Professor Alfredo Gavioli**

A Escola Estadual de Educação Básica Professor Alfredo Gavioli caracteriza-se por uma escola média, contendo 616 alunos, funcionando pela parte da manhã, tarde e noite, ofertando Ensino Fundamental com Anos Iniciais e Finais, Educação de Jovens e Adultos – Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio e Ensino Médio Politécnico. A Escola possui água encanada e potável, esgoto e fossa, energia elétrica, sanitários, sanitários para alunos portadores de necessidades especiais, sanitários para professores, cozinha, refeitório, bebedouros, extintores, ventiladores nas salas de aula, 04 salas de aula com ar condicionado, prédio parcialmente adaptado para atendimento de alunos com necessidades especiais. A Escola também possui sala de recepção, secretaria, sala de direção, sala da coordenação pedagógica, sala de professores e 09 computadores com internet para o setor administrativo/pedagógico.

Como ambiente de apoio pedagógico a escola possui parquinho, local para atividades ao ar livre, biblioteca com servidor responsável pela mesma, sala de TV/Vídeo, Laboratório de informática com 11 computadores ligados a Internet, quadra de esporte coberta e fechada. Como material de apoio pedagógico a escola oferece livros em geral, livros didáticos de Língua Estrangeira, oficinas de reforço em turno inverso, sala de recursos, oficinas em turno inverso. Oferece alimentação escolar.

A escola possui Círculo de Pais e Mestres ou Associação de Pais e Mestres, Conselho Escolar e Grêmio Estudantil. Oferece atendimento odontológico, psicológico, exames de cuidado visual e atendimento aos alunos com necessidades especiais.

Existe parceria da escola com entidades da sociedade civil organizada (Associação Comercial, Culturais, Bairro, Igreja, Sindicatos, ONGs), Universidades e Poderes Públicos (Secretaria da Saúde, Assistência e Integração Social, Meio Ambiente).

O Projeto Político Pedagógico da escola foi atualizado no ano de 2014.

#### **5.6. Escola Estadual de Ensino Fundamental Herculino Baldissarella**

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Herculino Baldissarella caracteriza-se por uma escola pequena, atende 354 alunos, funciona pela parte da manhã e tarde, oferta Ensino Fundamental com Anos Iniciais e Finais. A Escola possui água encanada e potável, esgoto e fossa, energia elétrica, sanitários, sanitários para alunos portadores de necessidades especiais, sanitários para professores, cozinha, refeitório, bebedouros, extintores, ventiladores nas salas de aula, 04 salas com ar condicionado, prédio parcialmente adaptado para atendimento de alunos com necessidades especiais. A Escola também possui secretaria, sala de direção, sala de coordenação pedagógica, sala de professores e 06 computadores com internet para o setor administrativo/pedagógico.

Como ambiente de apoio pedagógico a escola possui parquinho, local para atividades ao ar livre, biblioteca com servidor responsável pela mesma, antena parabólica, sala de TV/Vídeo, Laboratório de informática com 26 computadores ligados a Internet, quadra de esporte coberta e fechada e Laboratório de Ciências. Como material de apoio pedagógico a escola oferece livros em geral, livros didáticos de Língua Estrangeira, salas de recurso, oficinas em turno inverso. Oferece alimentação escolar.

A escola oferece atendimento odontológico, atendimento aos alunos com altas habilidades nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora e atendimento aos alunos com necessidades especiais, possui Círculo de Pais e Mestres ou Associação de Pais e Mestres, Conselho Escolar e Grêmios Estudantil.

Existe parceria da Escola com Entidades da sociedade civil organizada (Associação Comercial, Culturais, Bairro, Igreja, Sindicatos, ONGs), e Poderes

Públicos (Secretaria da Saúde, Assistência e Integração Social, Meio Ambiente).

O Projeto Político Pedagógico da Escola foi atualizado no ano de 2014.

#### **5.7. Escola Estadual de Ensino Fundamental Isabel de Orleans**

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Isabel de Orleans caracteriza-se por uma escola muito pequena, contendo 41 alunos, funcionando pela parte da manhã e tarde, ofertando Ensino Fundamental com Anos Iniciais e Finais. A Escola possui água encanada e potável, energia elétrica, sanitários, cozinha, refeitório, bebedouros, extintores, ventiladores nas salas de aula. A Escola também possui secretaria, sala de professores e 02 computadores com internet para o setor administrativo/pedagógico.

Como ambiente de apoio pedagógico a escola possui local para atividades ao ar livre, biblioteca com servidor responsável pela mesma, quadra de esporte coberta e horta. Como material de apoio pedagógico a escola oferece livros em geral, oficinas de reforço, recreativas e pedagógicas em turno inverso. Oferece alimentação escolar.

A escola oferece atendimento odontológico, possui Círculo de Pais e Mestres ou Associação de Pais e Mestres e Conselho Escolar. Caracteriza-se como escola do campo.

O Projeto Político Pedagógico da Escola foi atualizado no ano de 2013.

#### **5.8. Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Fág Kavá**

A Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Fág Kavá caracteriza-se por uma escola pequena, contendo 239 alunos, funcionando pela parte da manhã e tarde, ofertando Educação Infantil (Pré-escola), Ensino Fundamental com Anos Iniciais e Finais. Em 2015 também foi instituído o Ensino Médio.

A Escola possui água encanada e potável, esgoto e fossa, energia elétrica, sanitários, sanitários adaptados para a educação infantil e para alunos portadores de necessidades especiais, sanitários para professores, cozinha, refeitório, bebedouros, extintores, ventiladores nas salas de aula, prédio adaptado para atendimento de alunos com necessidades especiais. A Escola

também possui secretaria, sala de direção, sala de professores e 05 computadores com internet para o setor administrativo/pedagógico.

Como ambiente de apoio pedagógico a escola possui biblioteca, mas não há servidor responsável pela mesma, sala de TV/Vídeo, laboratório de informativa com 11 computadores ligados a Internet, quadra de esportes, não coberta e Laboratório de Ciências. Para material de apoio pedagógico a escola oferece livros didáticos, sala de recursos, oficinas em turno inverso e alimentação escolar.

A escola possui Círculo de Pais e Mestres e/ou Associação de Pais e Mestres e Conselho Escolar, oferece atendimento aos alunos com necessidades especiais, possui parceria com Entidades da sociedade civil organizada (Associação Comercial, Culturais, Bairro, Igreja, Sindicatos, ONGs...) e Poderes Públicos (Secretaria da Saúde, Assistência e Integração Social, Meio Ambiente).

O Projeto Político Pedagógico da Escola foi atualizado no ano de 2014.

#### **5.9. Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Luiz Kónhko**

A Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Luiz Kónhko caracteriza-se por uma escola muito pequena, contendo 49 alunos, funcionando pela parte da manhã e tarde, ofertando Educação Infantil (Pré-escola) e Ensino Fundamental com Anos Iniciais. A Escola possui água encanada e potável, energia elétrica, sanitários (01 para todos os alunos), um sanitário para professores, cozinha, extintores. A Escola também possui secretaria e 02 computadores com internet para o setor administrativo/pedagógico.

Como ambiente de apoio pedagógico a escola possui parquinho e local para atividades ao ar livre. Como material de apoio pedagógico a escola oferece livros didáticos, oficinas de reforço em turno inverso e alimentação escolar.

A escola possui Círculo de Pais e Mestres e/ou Associação de Pais e Mestres e Conselho Escolar, possui parceria com Empresas de economia mista (Corsan, Emater), e Poderes Públicos (Secretaria da Saúde, Assistência e Integração Social, Meio Ambiente).

O Projeto Político Pedagógico da Escola foi atualizado no ano de 2010.

#### **5.10. Visão educacional dos diversos segmentos escolares**

Uma pesquisa qualitativa foi realizada com a comunidade escolar de Ronda Alta, nos seus diversos segmentos: professores, pais, alunos, funcionários e atendentes das redes municipal e estadual de ensino, com o objetivo de compreender qual a sua visão de educação.

Este questionário serviu de subsídio para a elaboração das Metas e Estratégias do Plano Municipal de Educação de Ronda Alta para o decênio 2015/2025. O texto na íntegra pode ser visualizado no anexo III do Texto-Base do PME.

Em resumo, o texto destaca que, a maioria das pessoas que participaram da pesquisa apontam, que o dever de educar cabe à família e atribuem a escolarização um peso significativo na vida do cidadão. Dentre as etapas de escolarização os professores julgam mais relevante toda a Educação Básica, os funcionários e os pais destacam a Educação Infantil e os alunos apontam o Ensino Fundamental como a etapa mais relevante. Das condições para uma boa escola, os participantes são unânimes em dizer que julgam indispensável uma estrutura física adequada, espaços para brincar, gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares. Todos destacam que a participação dos pais na escola deve acontecer sempre que possível. Quanto aos temas que devem ser trabalhados na escola destacam-se: drogas, sexualidade, violência e meio ambiente, e ainda colocam que o processo de escolarização deve oferecer aprendizagem para a vida, para saber ser crítico e saber se defender, com o objetivo de melhorar a vida, informar-se e buscar uma profissão. Apontam que a comunidade deve participar ativamente das decisões escolares, tendo como possíveis parceiros Sindicatos, Igrejas, Associação de Moradores, Serviços de Saúde e Assistência Social.

A visão dos participantes sobre as necessidades educacionais a serem atendidas no âmbito educacional são: melhoria na aprendizagem dos alunos, mais escolas de educação infantil e aumento da oferta de vagas, espaços físicos, recursos diversificados e profissionais qualificados, convênios com as

universidades na oferta de cursos técnicos e profissionalizantes também voltados à agricultura e pecuária, transporte escolar seguro, laboratórios de informática e ciências, acesso à internet, ampliação do espaço das bibliotecas, e dos espaços culturais, valorização dos profissionais, permanência das escolas do campo e profissionais de apoio para o atendimento de alunos, como: psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, enfermeiros e a comunidade indígena ainda destaca a necessidade de um neurologista, creche e transporte escolar específico para a comunidade.

Quanto às responsabilidades para atender as demandas indicadas, foram citadas: ampliação de creches para atendimento da demanda com mais profissionais qualificados, ampliação de espaços físicos das escolas com construção de mais salas de aula, melhorar o transporte escolar, criar mais cursos profissionalizantes com instalação de um pólo de Instituto Federal de Educação e ampliação da oferta de trabalho, aumentar o número de professores para, assim, diminuir o número de alunos por professor, realizar concurso público para psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo e atendentes, revisão do Plano de Carreira dos professores, ter professores específicos nas áreas de música, teatro, dança, inglês e espanhol, maior atuação do município junto às comunidades do interior e buscar parcerias com equipes de saúde e assistência social. Todos compreendem que cada ente federado deve contribuir, fazendo sua parte, na busca coletiva de recursos e que sejam corresponsáveis na construção de projetos coletivos para atender as demandas existentes. A comunidade indígena ainda destaca como responsáveis pelas melhorias, o poder público, o cacique e as lideranças indígenas, os professores e o prefeito.



## **6. NÍVEIS DE EDUCAÇÃO: DIRETRIZES E DIAGNÓSTICO**

### **6.1. Educação Infantil**

Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208 inciso IV, o dever do estado com a Educação será efetivado mediante “atendimento em creche e pré-escola às crianças de até cinco anos de idade” (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

A partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB, lei nº 9394/96, a Educação Infantil passa a ser definida como a primeira etapa da Educação Básica.

Art. 29 – A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 – A Educação Infantil será fornecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade;

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (BRASIL, LDB lei nº9394/96).

Com a regulamentação da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os municípios passaram a ter responsabilidade pelos direitos da infância e adolescência, através da criação do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Tutelar.

A Constituição Federal em seu Art. 227 ainda acrescenta que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, dentre outros, o direito à educação. A partir deste momento a

criança passa a ser vista como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural.

#### **6.1.1. Diretrizes**

A Educação Infantil no Município de Ronda Alta está voltada para a qualidade e aperfeiçoamento desse nível de ensino, buscando sempre realizar um trabalho inovador, criativo e que garanta a formação integral do educando.

O principal objetivo das escolas é promover um ambiente estimulador que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades e competências, dando ênfase as diferentes inteligências, respeitando a individualidade, proporcionando assim uma posição crítica e autônoma frente às situações vividas no dia a dia.

Alguns objetivos específicos, por faixa etária são trabalhados nas escolas, entre eles destacam-se:

Garantir às crianças de zero a três anos de idade, oportunidades para que sejam capazes de:

- a) Experimentar e utilizar recursos que dispõe para a satisfação de suas necessidades, expressando seus desafios, sentimentos, vontades e desgostos e agindo com progressiva autonomia;
- b) Familiarizar-se com a imagem do próprio corpo, executando ações simples relacionadas com a saúde e higiene;
- c) Brincar, favorecendo a autoestima e o enriquecimento das competências imaginativas, criativas e organizadas;
- d) Relacionar-se progressivamente com mais crianças, com seus professores e com os demais profissionais da Escola, demonstrando suas necessidades e interesses.

Garantir às crianças de quatro a cinco anos de idade, oportunidade para que sejam capazes de:

- a) Desenvolver uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, identificando suas limitações e possibilidades, agindo de acordo com elas;
- b) Estabelecer vínculos afetivos entre adultos e crianças, ampliando suas relações sociais com possibilidades de comunicação e interação, fortalecendo sua autoestima e a construção da autonomia,

aprendendo aos poucos a articular seus interesses, respeitando a diversidade, valorizando ações de cooperação e solidariedade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;

- c) Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- d) Adotar hábitos de autocuidado, valorizando as atitudes relacionadas com higiene, alimentação, conforto, segurança, proteção do corpo e cuidados com a aparência;
- e) Explorar o ambiente com atitudes de curiosidade nas diferentes dinâmicas do conhecimento, desenvolvendo o pensamento crítico para buscar a compreensão dos fatos de seu dia a dia;
- f) Utilizar as diferentes linguagens, ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressando suas ideias, sentimentos, necessidades, desejos no processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva.

Os Planos de trabalho expressam os objetivos, metas e atividades e são revisados e modificados conforme as necessidades da realidade escolar, bem como, a expressão das atribuições e determinações legais específicas.

### **6.1.2. Diagnóstico**

No Município de Ronda Alta, seis estabelecimentos de ensino atendem crianças de Educação Infantil: duas escolas municipais atendem modalidades creche e pré-escola e duas somente a modalidade pré-escola; duas escolas estaduais, localizadas na área indígena do município, atendem a modalidade pré-escola.

No ano de 2009, 222 crianças estiveram matriculadas na Educação Infantil, sendo 88 na modalidade creche e 134 na modalidade Pré-escola; no ano de 2010 a matrícula inicial da Educação Infantil foi de 217 crianças, sendo 85 na Creche e 132 na Pré-escola; já no ano de 2011, 210 crianças frequentaram a Educação Infantil no Município, sendo que 133 estavam matriculadas na modalidade Creche e 77 na modalidade Pré-escola. Em 2012, 290 crianças foram matriculadas na Educação Infantil, sendo 146 na modalidade Creche e 144 na modalidade Pré-escola. No ano de 2013, 169

crianças frequentaram a Educação Infantil na modalidade Creche e 166 na modalidade Pré-escola, um total de 335 crianças e, no ano de 2014 a matrícula inicial foi de 171 crianças na modalidade Creche e 173 na modalidade Pré-escola, totalizando 344 crianças.

A taxa de crescimento da matrícula inicial na Educação Infantil considerando os anos de 2009 até 2014, foi de 95% na modalidade Creche e de 30% na modalidade Pré-escola.

**Tabela 03 - Educação Infantil: Matrícula Inicial**

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Taxa de Crescimento
Creche	88	85	133	146	169	171	95%
Pré-Escola	134	132	77	144	166	173	30%

Das 344 crianças matriculadas na Educação Infantil no ano de 2014, 46 residiam na zona rural do município e 298 na zona urbana. Das que residiam na zona rural, 15 frequentavam a modalidade creche e 31 a modalidade Pré-escola e da zona urbana, 156 na modalidade creche e 142 na modalidade Pré-escola.

**Tabela 04 - Educação Infantil: Alunos da Zona Urbana e Rural referente ao ano de 2014**

	Zona Urbana	Zona Rural
Creche	156	15
Pré Escola	142	31

No ano de 2014, 78 crianças frequentaram 4 horas/aula e 98 crianças frequentaram 8 horas/aula na modalidade Creche. Na modalidade Pré-escola 173 crianças frequentam 4 horas/aula. O número médio de alunos por turma é de 6,84 na modalidade Creche e 17,30 na modalidade Pré-escola (relação professor/aluno).

**Tabela 05 - Educação Infantil: Média Horas/aula - Ano de 2014**

	4 horas	8 horas
Creche	78	98
Pré-escola	173	-

**Tabela 06 - Educação Infantil: Relação Professor/Aluno, ano de 2014**

	Número Médio
Creche	6,84
Pré-escola	17,30

Em relação aos alunos incluídos com necessidades especiais, declarados no Censo Escolar, tivemos 1 criança em 2009, nenhuma criança em 2010, 2 crianças em 2011, 3 crianças em 2012, 2 crianças em 2013 e 3 crianças no ano 2014, totalizando 11 crianças no decorrer desses anos.

**Tabela 07- Educação Infantil: Alunos Incluídos declarados no Censo Escolar**

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total de Alunos
Alunos Incluídos	01	-	02	03	02	03	11

Utilizaram o transporte escolar dentro da cidade, em 2013, 46 crianças da modalidade Creche e 82 crianças da modalidade Pré-escola e no ano de 2014, 61 crianças na modalidade Creche e 75 crianças na modalidade Pré-escola.

**Tabela 08 - Educação Infantil: Relação de alunos que utilizam transporte escolar**

	2013	2014
Creche	46	61
Pré-escola	82	75

Existiam no município, no ano de 2014, 340 crianças de 0 a 3 anos de idade, não indígenas. Destas, 50 % frequentaram a escola. De 4 e 5 anos de idade existiam 180 crianças. Destas, 95% frequentam a escola. Em relação às crianças indígenas, de 0 a 3 anos de idade eram 81 crianças, e nenhuma delas frequentou a escola. De 4 e 5 anos de idade eram 51 crianças, 46 frequentaram a escola e 5 não frequentaram.

**Tabela 09 - Educação Infantil: Relação de Alunos não indígenas**

	Total de crianças em 2014	Nº de crianças que estudam	Nº de crianças que não estudam
0 a 3 anos	343	170	173
4 e 5 anos	180	173	07

Em relação às vagas oferecidas para a Educação Infantil no ano de 2014, na rede municipal de ensino foram oferecidas 170 na modalidade Creche (0 a 3 anos de idade), sendo que todas foram preenchidas, necessitando ainda 170 vagas para contemplar as crianças que estavam fora da escola (50%); na modalidade Pré-escola (4 e 5 anos de idade) foram oferecidas 200 vagas e foram preenchidas 173 (86,5%); sobraram 27 vagas para serem preenchidas (13,5%).

**Tabela 10 - Educação Infantil: Vagas oferecidas e preenchidas por crianças não indígenas, na rede municipal de ensino no ano de 2014**

	Vagas disponíveis	Vagas preenchidas	% preenchidas	Vagas que faltam	% vagas que faltam	Vagas que sobraram	% vagas que sobraram
Creche	170	170	100%	173	100%	-	-
Pré-escola	200	173	86,5%	-	-	27	13,5

Em 2014, faltavam 81 vagas para atender as crianças indígenas de 0 a 3 anos de idade, já que não é oferecida essa modalidade de ensino para nenhuma criança e sobraram 04 vagas das 50 na faixa etária de 4 e 5 anos de idade.

**Tabela 11 - Educação Infantil: Vagas oferecidas e preenchidas por crianças indígenas no Município.**

	Vagas disponíveis	Vagas preenchidas	% preenchidas	Vagas que faltam	% vagas que faltam	Vagas que sobraram	% vagas que sobraram
Creche	-	-	-	81	100%	-	-
Pré-escola	50	46	92%	-	-	04	2%

No ano de 2010 foram utilizadas pela Rede Municipal de Ensino, 08 salas de aula para atender as crianças de Educação Infantil, no ano de 2011 e 2012, foram utilizadas 17 salas e nos anos de 2013 e 2014, 19 salas de aula, sendo uma concedida através de cessão de uso na Escola Estadual de Ensino Fundamental Isabel de Orleans.

**Tabela 12 - Educação Infantil: Relação de salas utilizadas**

	2010	2011	2012	2013	2014
Relação de salas utilizadas	8	17	17	19	19

Referente aos recursos disponíveis para a Educação Infantil, no ano de 2013, foi repassado para o transporte escolar R\$ 43.724,43 (quarenta e três mil setecentos e vinte e quatro reais e quarenta e três centavos); para a alimentação escolar foram gastos cerca de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo que R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) são referentes a recurso próprio do município. Com a folha do pagamento foram gastos cerca de R\$ 679.233,13 (seiscentos e setenta e nove mil duzentos e trinta e três reais e treze centavos) e em manutenção dos prédios escolares foram gastos cerca de R\$ 48.005,58 (quarenta e oito mil cinco reais e cinquenta e oito centavos).

**Tabela 13 - Educação Infantil: Recursos disponíveis**

	Transporte escolar	Alimentação escolar	Folha de pagamento	Manutenção de prédios escolares
Recursos disponíveis	R\$ 43.724,43	R\$ 80.000,00	R\$ 679.233,13	R\$ 48.005,58

## **6.2. Ensino Fundamental**

A Constituição Federal de 1988 traz em seu Art. 205, uma breve consideração sobre a educação.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Constituição Federal de 1988)

Segundo o texto, no Art. 208 a Constituição Federal ainda traz que o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de Ensino



Fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Inciso alterado pela Emenda Constitucional nº 59, de 11/11/2009 - deverá ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União - DOU 12/11/2009) [...]

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; [...]

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Inciso alterado pela Emenda Constitucional nº 59, de 11/11/2009 - DOU 12/11/2009).

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL, Constituição Federal de 1988)

Deverão ser fixados conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. O Ensino Fundamental deverá ser ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (BRASIL, Constituição Federal de 1988, Art. 210).

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB, no seu Art. 32, coloca que o Ensino Fundamental deve ser obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade e terá como objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (BRASIL, LDB lei nº9394/96).

A partir da regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBD, lei nº 9394/96), fica clara a obrigatoriedade escolar no Brasil, sendo assim, o poder público fica responsabilizado em face do não cumprimento da oferta de vagas para o Ensino Fundamental.

### **6.2.1. Diretrizes**

A ampliação do Ensino Fundamental para nove anos, conforme a legislação vigente foi a oportunidade para se intensificar o debate e a formação continuada em torno da sistematização da proposta pedagógica.

A equipe formada pelas coordenações pedagógicas das escolas municipais e estaduais desencadeou um processo, buscando garantir não apenas o acréscimo de um ano a mais no Ensino Fundamental, mas a qualificação ainda maior da educação pública. Para isso, realizou encontros semanais para estudar a legislação educacional e a teoria pedagógica, bem como planejar e avaliar o processo de envolvimento da comunidade escolar na construção da proposta pedagógica.

No município de Ronda Alta, 07 escolas oferecem Ensino Fundamental. Todas oferecem o ensino na modalidade Anos Iniciais e 06 nos Anos Finais. Duas são consideradas escolas do campo, por estarem localizadas em áreas de assentamento e duas escolas são indígenas, localizadas na Terra Indígena da Serrinha.

As escolas de Ensino Fundamental procuram proporcionar ao aluno condições necessárias para desenvolver uma educação participativa, visando o aperfeiçoamento de suas potencialidades, a formação integral do ser humano em seus aspectos biopsicossociais, priorizando a formação dos educandos com qualidade de vida, para que possa atuar positivamente em seu meio social tornando-se um indivíduo crítico, atuante, consciente de suas responsabilidades e que exerça sua cidadania.

Os objetivos trabalhados nos Anos Iniciais seguem a legislação vigente e tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- a) O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- b) A compreensão crítica do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- c) O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a construção de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- d) O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

As escolas estaduais indígenas, localizadas na Terra Indígena da Serrinha, também atendem alunos no Ensino Fundamental. Por ser de realidade diferente, as escolas trabalham com a valorização da cultura e o fortalecimento da língua falada.

O principal objetivo das escolas indígenas é garantir a educação básica do cidadão Kaingang mediante uma educação de qualidade, proporcionando ao estudante, o conhecimento importante para sua vida e uma visão crítica de progresso coletivo para melhoria do ser humano.

Nos planos de trabalhos estão contemplados os direitos do conhecimento da cultura, os saberes e seus conhecimentos pedagógicos, buscando o resgate histórico cultural das comunidades, visando a valorização da cultura e das leis internas da comunidade e mantendo os costumes para a construção de uma sociedade mais igualitária, mais humana, unindo os professores para garantir a educação diferenciada e de qualidade e os direitos conquistados na Constituição Federal.

### **6.2.2. Diagnóstico Ensino Fundamental Anos Iniciais**

Conforme a busca de informações sobre o número de matrículas iniciais nas escolas que ofertam Ensino Fundamental Anos Iniciais (02 municipais e 05 estaduais) foi constatado que, no ano de 2010 foram 837 matrículas (137 matrículas no 1º ano, 160 no 2º ano, 225 no 3º ano, 26 na 3ª série, 37 no 4º ano, 131 na 4ª série e no 5º ano foram realizadas 121 matrículas). No ano de

2011 foram realizadas 685 matrículas (116 no 1º ano, 166 no 2º ano, 143 no 3º ano, 200 no 4º ano, 34 na 4ª série e 26 matrículas no 5º ano). No ano de 2012 foram 732 matrículas (125 no 1º ano, 117 no 2º ano, 158 no 3º ano, 133 no 4º e 199 no 5º ano). No ano de 2013 foram realizadas 642 matrículas iniciais (113 no 1º ano, 124 no 2º ano, 132 no 3º ano, 156 no 4º ano e 117 no 5º ano). No ano de 2014 foram 574 matrículas iniciais (97 no 1º ano, 116 no 2º ano, 126 no 3º ano, 104 no 4º ano e 131 no 5º ano).

**Tabela 14 - Anos Iniciais: Matrícula Inicial**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	137	116	125	113	97
2º Ano	160	166	117	124	116
3º Ano	225	143	158	132	126
3ª Série	26	-	-	-	-
4º Ano	37	200	133	156	104
4ª Série	131	34	-	-	-
5º Ano	121	26	199	117	131
Total	837	685	732	642	574

No que se refere à evasão escolar, obteve-se os seguintes dados: no ano de 2010, foram 14 evasões; no ano de 2011, 14 evasões; em 2012, 10 evasões; no ano de 2013, 04 evasões e no ano de 2014 apenas 01 evasão.

**Tabela 15 - Anos Iniciais: Evasão escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	09	01	01	-	-
2º Ano	01	-	03	01	-
3º Ano	02	07	03	-	-
4º Ano	02	02	01	02	-
5º Ano	-	04	02	01	01
Total	14	14	10	04	01

Em relação à repetência, observa-se que, no ano de 2010, ocorreram 56 reprovações (02 no 1º ano, 19 no 2º ano, 12 no 3º ano, 02 na 3ª série, 04 no 4º ano, 10 na 4ª série e 07 no 5º ano). Em 2011, ocorreram 25 reprovações (04 no 2º ano, 09 no 3º, 06 no 4º ano, 05 na 4ª série e 01 no 5º ano). Em 2012, ocorreram 28 reprovações (12 no 3º ano, 06 no 4º ano e 10 no 5º ano). No ano de 2013, ocorreram 20 reprovações (07 no 3º ano, 08 no 4º ano e 05 no 5º ano). No ano de 2014 ocorreram 14 reprovações (07 no 3º ano, 01 no 4º ano e 06 no 5º ano).

**Tabela 16 - Anos Iniciais: Reprovação escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	02	-	-	-	-
2º Ano	19	04	-	-	-
3º Ano	12	09	12	07	07
3ª Série	02	-	-	-	-
4º Ano	04	06	06	08	01
4ª Série	10	05	-	-	-
5º Ano	07	01	10	05	06
Total	56	25	28	20	14

No que se refere a aprovação, no ano de 2010 foram 630 aprovações (129 no 1º ano, 114 no 2º ano, 181 no 3º ano, 24 na 3ª série, 43 no 4º ano, 118 na 4ª série e 21 no 5º ano). No ano de 2011, foram 572 aprovações (103 no 1º ano, 140 no 2º ano, 107 no 3º ano, 177 no 4º ano, 27 na 4ª série e 18 no 5º ano). No ano de 2012, foram 643 aprovações (113 no 1º ano, 106 no 2º ano, 142 no 3º ano, 106 no 4º ano, e 176 no 5º ano). No ano de 2013, foram 567 aprovações (102 no 1º ano, 114 no 2º ano, 112 no 3º ano, 133 no 4º ano e 106 no 5º ano). No ano de 2014, foram 542 aprovações (94 no 1º ano, 103 no 2º ano, 116 no 3º ano, 114 no 4º ano e 115 no 5º ano).

**Tabela 17 - Anos Iniciais: Aprovação escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	129	103	113	102	94
2º Ano	114	140	106	114	103
3º Ano	181	107	142	112	116
3ª Série	24	-	-	-	-
4º Ano	43	177	106	133	114
4ª Série	118	27	-	-	-
5º Ano	21	18	176	106	115
Total	630	572	643	567	542

No que se refere à taxa de distorção idade/série no Ensino Fundamental, no ano de 2013 eram 02 alunos no 2º ano, 06 no 3º ano, 05 alunos no 4º ano e 13 no 5º ano. O número médio de horas/aula no Ensino Fundamental nas séries/anos iniciais é de 4 horas/aula diárias.

### **6.2.3. Diagnóstico Ensino Fundamental Anos Finais**

Contabilizando os dados referentes do Ensino Fundamental - Anos Finais, o total de matrículas iniciais, no ano de 2010 foi de 633 (166 na 5ª série, 35 no 6º ano, 144 na 6ª série, 27 no 7º ano, 141 na 7ª série, 29 no 8º ano, 99 na 8ª série e 22 no 9º ano). Em 2011 foram 659 matrículas iniciais, (147 na 5ª série, 33 no 6º ano, 165 na 6ª série, 34 no 7º ano, 126 na 7ª série, 22 no 8º ano, 115 na 8ª série e 17 no 9º ano). Em 2012 foram 595 matrículas iniciais (77 na 5ª série, 34 no 6º ano, 135 na 6ª série, 29 no 7º ano, 175 na 7ª série, 24 no 8º ano, 100 na 8ª série e 21 no 9º ano). Em 2013 foram 633 matrículas iniciais (218 no 6º ano, 81 na 6ª série, 24 no 7º ano, 130 na 7ª série, 20 no 8º ano, 137 na 8ª série e 23 no 9º ano). E no ano de 2014 foram 565 matrículas iniciais (133 no 6º ano, 201 no 7º ano, 74 na 7ª série, 20 no 8º ano, 114 na 8ª série e 23 no 9º ano).

**Tabela 18 - Anos Finais: Matrícula Inicial**

	2010	2011	2012	2013	2014
5ª Série	166	147	77	-	-
6º Ano	35	33	34	218	133
6ª Série	144	165	135	81	-
7º Ano	27	34	29	24	201
7ª Série	141	126	175	130	74
8º Ano	29	22	24	20	20
8ª Série	99	115	100	137	114
9º Ano	22	17	21	23	23
Total	663	659	595	633	565

Em relação à evasão, obteve-se os seguintes dados: no ano de 2010, 30 alunos evadiram, no ano de 2011, 32 alunos, em 2012, 23 alunos, em 2013, 21 alunos e em 2014, 19 alunos deixaram de frequentar a escola. O percentual de evasão entre os anos de 2010 e 2014 ficou entre 4,52% e 3,31%.

**Tabela 19 - Anos Finais: Evasão escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
5ª Série	05	03	01	-	-
6º Ano	01	03	-	05	04
6ª Série	04	07	04	04	-
7º Ano	03	04	-	01	03
7ª Série	05	04	06	04	04
8º Ano	05	04	01	01	03
8ª Série	04	04	08	03	03
9º Ano	03	03	03	03	02
Total	30	32	23	21	19

No que se refere à repetência, no ano de 2010 foram 99; no ano de 2011, foram 120; em 2012, foram 75; em 2013 foram 51 e em 2014 foram 46

reprovações. Respectivamente a taxa de evasão escolar no período de 2010 a 2014 foi de 14,93%, 18,20%, 17,60%, 8,05% e 8,14%.

**Tabela 20 - Anos Finais: Reprovação escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
5ª Série	26	21	15	-	-
6º Ano	07	12	20	15	11
6ª Série	27	26	10	10	-
7º Ano	07	09	06	04	20
7ª Série	19	31	15	11	07
8º Ano	07	03	01	4	03
8ª Série	01	15	07	07	04
9º Ano	05	03	01	-	01
Total	99	120	75	51	46

No que se refere à aprovação, no ano de 2010 foram 480, em 2011 foram 461, em 2012 foram 451, em 2013 foram 507 e em 2014 foram 472 aprovações.

**Tabelas 21 - Anos Finais: Aprovação escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
5ª Série	131	114	55	-	-
6º Ano	19	15	19	183	119
6ª Série	103	121	106	57	-
7º Ano	10	17	19	16	166
7ª Série	107	84	126	106	60
8º Ano	10	13	19	11	13
8ª Série	91	88	91	118	103
9º Ano	09	09	16	16	11
Total	480	461	451	507	472



#### **6.2.4. Diagnóstico das Escolas do Campo**

No município de Ronda Alta existem duas escolas do campo, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Mem de Sá e a Escola Estadual de Ensino Fundamental Isabel de Orleans, atendendo alunos do Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais.

Em relação ao número de matrículas iniciais, no Ensino Fundamental, nessas escolas, no ano de 2010 foram feitas 234 (no 1º ano, foram 19 matrículas; no 2º ano, 14 matrículas; no 3º ano, 51 matrículas; no 4º ano, 37 matrículas; no 5º ano, 28 matrículas; no 6º ano, 32 matrículas; no 7º ano, 27 matrículas, e no 8º ano, 26 matrículas). No ano de 2011 foram 220 matrículas iniciais (16 no 1º ano, 17 no 2º ano, 24 no 3º ano, 45 no 4º ano, 38 no 5º ano, 30 no 6º ano, 25 no 7º ano e 25 matrículas no 8º ano). No ano de 2012 foram 192 matrículas iniciais (16 no 1º ano, 12 no 2º ano, 27 no 3º ano, 22 no 4º ano, 39 no 5º ano, 30 no 6º ano, 24 no 7º ano e 22 matrículas no 8º ano). No ano de 2013 foram 182 matrículas iniciais (12 no 1º ano, 17 no 2º ano, 20 no 3º ano, 25 no 4º ano, 19 no 5º ano, 40 no 6º ano, 27 no 7º ano e 22 matrículas no 8º ano). No ano de 2014 foram 165 matrículas iniciais (15 no 1º ano, 12 no 2º ano, 15 no 3º ano, 16 no 4º ano, 25 no 5º ano, 23 no 6º ano, 35 no 7º ano e 24 matrículas no 8º ano).

**Tabela 22 – Escolas do Campo: Matrícula Inicial**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano/Série	19	16	16	12	15
2º Ano/Série	14	17	12	17	12
3º Ano/Série	51	24	27	20	15
4º Ano/Série	37	45	22	25	16
5º Ano/Série	28	38	39	19	25
6º Ano/Série	32	30	30	40	23
7º Ano/Série	27	25	24	27	35
8º Ano/Série	26	25	22	22	24
Total	234	220	192	182	165

Quanto aos dados de evasão das escolas do campo, pode-se afirmar que no ano de 2010 foram 04 evasões (uma no 5º ano, uma no 7º ano e duas no 8º ano/série). No ano de 2011 foram 09 evasões (02 no 2º ano, 02 no 5º ano, 03 no 6º ano, 01 no 7º e 01 no 8º ano/série). No ano de 2012 foram 11 evasões (01 no 1º ano, 01 no 2º ano, 01 no 3º ano, 01 no 4º ano, 02 no 5º ano, 02 no 6º ano, 01 no 7ºano e 02 no 8º ano/série). No ano de 2013 foram 10 evasões (04 no 4º ano, 02 no 7º ano e 04 no 8º ano/série). No ano de 2014 foram 05 evasões (01 no 6º ano, 01 no 7º ano e 03 no 8ºano/série). Contabilizando todos os anos, no período de 2010 foram 04 evasões, em 2011 foram 09, em 2012 tiveram 11 evasões, em 2013 foram 10 e, em 2014 foram 05 evasões.

**Tabela 23 – Escolas do Campo: Evasão Escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano/Série	-	-	01	-	-
2º Ano/Série	-	02	01	-	-
3º Ano/Série	-	-	01	-	-
4º Ano/Série	-	-	01	04	-
5º Ano/Série	01	02	02	-	-
6º Ano/Série	-	03	02	-	01
7º Ano/Série	01	01	01	02	01
8º Ano/Série	02	01	02	04	03
Total	04	09	11	10	05

No ano de 2010 ocorreram 14 reprovações (uma no 2º ano, uma no 3º ano, 05 no 5º ano e 07 no 6º ano). No ano de 2011, foram 07 reprovações (02 reprovações no 4º ano, 04 no 5º ano e 01 no 7º ano). No ano de 2012 ocorreram 02 reprovações (01 reprovação no 4º ano e outra no 5ºano). Em 2013 foram 04 reprovações (03 no 6º ano e 01 no 8º ano/série). No total geral, somando os períodos de 2010 a 2013, do 1º ao 8º ano/série, ocorreram 27 reprovações.

**Tabela 24 – Escolas do Campo: Reprovação Escolar**

	2010	2011	2012	2013
1º Ano/Série	-	-	-	-
2º Ano/Série	01	-	-	-
3º Ano/Série	01	-	-	-
4º Ano/Série	-	02	01	-
5º Ano/Série	05	04	01	-
6º Ano/Série	07	-	-	03
7º Ano/Série	-	01	-	-
8º Ano/Série	-	-	-	01
Total	14	07	02	04

No que se refere à aprovação, os dados são os seguintes: no ano de 2010 foram 213 aprovações (18 no 1º ano, 13 no 2º ano, 49 no 3º ano, 36 no 4º ano, 22 no 5º ano, 25 no 6º ano, 26 no 7º ano e 24 aprovações no 8º ano/série); no ano de 2011 aconteceram 204 aprovações (15 no 1ºano, 17 no 2º ano, 22 no 3º ano, 43 no 4º ano, 32 aprovações no 5º ano, 27 no 6º ano, 23 no 7º ano e 25 no 8º ano/série); no ano de 2012 foram 179 aprovações (15 no 1º ano, 11 no 2º ano, 26 no 3º ano, 20 no 4º ano, 36 aprovações no 5º ano, 28 no 6º ano, 23 no 7º ano e 20 aprovações no 8º ano/série); no ano de 2013 foram 174 aprovações (12 no 1º ano, 17 no 2º ano, 20 no 3º ano, 25 no 4º ano, 19 no 5º ano, 33 no 6º ano, 27 no 7º ano e 21 aprovações no 8º ano/série).

**Tabela 25 - Escolas do Campo: Aprovação escolar**

	2010	2011	2012	2013
1º Ano/Série	18	15	15	12
2º Ano/Série	13	17	11	17
3º Ano/Série	49	22	26	20
4º Ano/Série	36	43	20	25
5º Ano/Série	22	32	36	19
6º Ano/Série	25	27	28	33

7º Ano/Série	26	23	23	27
8º Ano/Série	24	25	20	21
Total	213	204	179	174

No Ensino Fundamental, a idade recomendada é de 06 anos para o 1º ano, 07 anos para o 2º ano, 08 anos para o 3º ano, 09 anos para o 4º ano, 10 anos para o 5º ano, 11 anos para o 6º ano, 12 anos para o 7º ano, 13 anos para o 8º ano e 14 anos para o 9º ano. Considerando esses dados, a taxa de distorção idade/série no Ensino Fundamental, no ano de 2013 foi de um aluno no 3º ano, um no 5º ano e um no 7º ano.

A carga horária é de 4 horas/aula, tanto para os Anos Iniciais, quanto para os Anos Finais do Ensino Fundamental. O número médio de alunos por turma, relação professor/aluno é de 23 alunos nos Anos Iniciais e 19 alunos nos Anos Finais, nas escolas do campo. Em 2013 e 2014 apenas 02 alunos incluídos com necessidades especiais foram declarado no Censo Escolar (um em cada ano).

No que se refere à Educação Infantil modalidade Pré-escola, ofertada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Mem de Sá, ocorreram, no ano de 2010, 09 matrículas; no ano de 2011, 10 matrículas; no ano de 2012, 09 matrículas; no ano de 2013, 07 matrículas, e no ano de 2014, 08 matrículas. A carga horária diária é de 4 horas/aula. Atualmente a Educação Infantil, nesta escola, disponibiliza 20 vagas e somente 08 estão preenchidas, o que compreende 40%, sobrando 12 vagas, o que corresponde a 60%.

A partir do ano de 2013, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Isabel de Orleans, disponibilizou uma sala de aula para atendimento de uma turma de Pré-escola, da rede municipal, através de convênio estado/município.

#### **6.2.5. Diagnóstico das Escolas Indígenas**

No município de Ronda Alta há duas escolas indígenas, sendo elas: a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Fág Kavá e a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Luíz Kónhko, ambas localizadas no Território Indígena da Serrinha.

Os dados das escolas em relação ao número de matrículas iniciais são os seguintes: no ano de 2010 foram feitas 365 matrículas iniciais (60 matrículas

iniciais no 1º ano, 57 no 2ºano, 62 no 3º ano, 37 no 4º ano, 36 no 5º ano, 35 no 6º, 27 no 7º ano, 29 no 8º ano e 22 no 9º ano); no ano de 2011 foram realizadas 269 matrículas iniciais (16 matrículas iniciais no 1º ano, 48 no 2ºano, 38 no 3ºano, 35 no 4ºano, 26 no 5º ano, 33 no 6ºano, 34 no 7ºano, 22 no 8ºano e 17 matrículas iniciais no 9º ano); no ano de 2012 houve 286 matrículas iniciais (30 matrículas no 1º ano, 17 no 2º ano, 57 no 3º ano, 38 no 4º ano, 36 no 5º ano, 34 no 6º ano, 29 no 7ºano, 24 no 8º e 21 matrículas iniciais no 9º ano); no ano de 2013 ocorreram 248 matrículas iniciais (17 matrículas no 1º ano, 30 no 2º, 20 no 3º ano, 53 no 4º ano, 24 no 5º ano, 37 no 6ºano, 24 no 7ºano, 20 no 8º ano e 23 no 9º ano); no ano de 2014 foram realizadas 228 matrículas iniciais (14 matrículas no 1º ano, 24 no 2º ano, 30 no 3º ano, 19 no 4º ano, 36 no 5º ano, 36 no 6º ano, 32 no 7º ano, 23 no 8º ano e 14 no 9º ano).

Somando-se todos os períodos (2010 a 2014) e os anos (1º ao 9º ano) o número de matrículas iniciais foi de 1.396, sendo 365 em 2010, 269 em 2011, 286 em 2012, 248 em 2013 e 228 em 2014.

**Tabela 26 – Escolas Indígenas: Matrícula Inicial**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	60	16	30	17	14
2º Ano	57	48	17	30	24
3º Ano	62	38	57	20	30
4º Ano	37	35	38	53	19
5º Ano	36	26	36	24	36
6º Ano	35	33	34	37	36
7º Ano	27	34	29	24	32
8º Ano	29	22	24	20	23
9º Ano	22	17	21	23	14
Total:	365	269	286	248	228

No que se refere à evasão, ocorreram no ano de 2010, 25 evasões (09 evasões no 1º ano, 02 no 3º ano, 02 no 4º ano, 01 no 6º ano, 03 no 7º ano, 05 no 8º ano e 03 no 9º ano); em 2011 ocorreram 28 evasões (01 evasão no 1º

ano, 08 no 3ºano, 01 evasão no 4º ano, 04 no 5ºano, 03 no 6º ano, 04 no 7º ano, 04 no 8º ano e 03 evasões no 9º ano); em 2012 foram 06 evasões (01 no 2º ano, 01 no 3º ano, 01 no 8º ano e 03 no 9º ano); no ano de 2013 ocorreram 28 evasões (01 evasão no 2º ano, 02 no 4º ano, 01 no 5º ano, 05 no 6º ano, 01 no 7º ano, 01 no 8º ano e 03 no 9º ano).

**Tabela 27 - Escolas Indígenas: Evasão escolar**

	2010	2011	2012	2013
1º Ano	09	01	-	-
2º Ano	-	-	01	01
3º Ano	02	08	01	-
4º Ano	02	01	-	02
5º Ano	-	04	-	01
6º Ano	01	03	-	05
7º Ano	03	04	-	01
8º Ano	05	04	01	01
9º Ano	03	03	03	03
Total:	25	28	06	28

Somando todos os períodos (2010 a 2013) e os anos (1º ao 9º ano) o número de alunos evadidos foi 73, sendo 25 em 2010, 28 em 2011, 6 em 2012 e 14 em 2013.

Em relação à repetência, no ano de 2010 foram 53 reprovações (02 reprovações no 1º ano, 10 no 2º ano, 04 no 3º ano, 04 reprovações no 4º ano, 07 reprovações no 5º, 6º, 7º e 8º ano, respectivamente e 05 reprovações no 9º ano); no ano de 2011 foram 38 reprovações (07 reprovações no 3º ano, 03 no 4º ano, 01 no 5º ano, 12 no 6º ano, 09 no 7º ano, 03 reprovações no 8º e 9º ano, respectivamente); em 2012 foram 28 reprovações (04 reprovações no 3º ano, 04 no 4º ano, 03 no 5º ano, 09 no 6º ano, 06 no 7º ano, 01 no 8º ano e 01 no 9º ano); no ano de 2013 ocorreram 22 reprovações (06 reprovações no 4º ano, 03 no 5º ano, 05 no 6º ano, 04 no 7º ano, 03 no 8º ano e 01 no 9º ano).

**Tabela 28 - Escolas Indígenas: Reprovação escolar**

	2010	2011	2012	2013
1º Ano	02	-	-	-
2º Ano	10	-	-	-
3º Ano	04	07	04	-
4º Ano	04	03	04	06
5º Ano	07	01	03	03
6º Ano	07	12	09	05
7º Ano	07	09	06	04
8º Ano	07	03	01	03
9º Ano	05	03	01	01
Total:	53	38	28	22

Somando todos os períodos (2010 a 2013) e os anos (1º ao 9º ano) o número de reprovações chegou a 141, sendo 53 em 2010, 38 em 2011, 28 em 2012 e 22 em 2013.

Quanto à aprovação, os dados são os seguintes; no ano de 2010 foram aprovados 173 alunos (32 alunos aprovados no 1º ano, 27 no 2º ano, 26 no 3º ano, 19 aprovações no 4º ano, 21 no 5º ano, 19 no 6º ano, 10 alunos aprovados no 7º ano, 10 no 8º ano e 09 alunos aprovados no 9º ano); no ano de 2011 foram aprovados 167 alunos (11 alunos no 1º ano, 40 no 2º ano, 17 no 3º ano, 27 aprovações no 4º ano, 18 no 5º ano, 15 no 6º ano, 17 no 7º ano, 13 no 8º ano e nove aprovações no 9º ano); no ano de 2012 foram 198 aprovações (26 aprovações no 1º ano, 14 no 2º ano, 44 no 3º ano, 18 aprovações no 4º ano, 23 no 5º ano, 19 alunos aprovados no 6º ano, 19 no 7º ano, 19 no 8º ano e 16 aprovações no 9º ano); no ano de 2013 foram aprovados 176 alunos (15 alunos no 1º ano, 25 no 2º ano, 15 no 3º ano, 35 aprovações no 4º ano, 18 no 5º ano, 25 no 6º ano, 16 no 7º ano, 11 no 8º ano e 16 alunos aprovados no 9º ano).

**Tabela 29 - Escolas Indígenas: Aprovação escolar**

	2010	2011	2012	2013
1º Ano	32	11	26	15
2º Ano	27	40	14	25
3º Ano	26	17	44	15
4º Ano	19	27	18	35
5º Ano	21	18	23	18
6º Ano	19	15	19	25
7º Ano	10	17	19	16
8º Ano	10	13	19	11
9º Ano	09	09	16	16
Total:	173	167	198	176

No Ensino Fundamental, a idade recomendada é de 06 anos para o 1º ano, 07 anos para o 2º ano, 08 anos para o 3º ano, 09 anos para o 4º ano, 10 anos para o 5º ano, 11 anos para o 6º ano, 12 para o 7º, 13 para o 8º ano e 14 anos para o 9º ano. Considerando esses dados, a taxa de distorção idade/série no Ensino Fundamental, no ano de 2013 foi de 05 alunos no 1º ano, 14 no 2º ano, 05 no 3º ano, 30 alunos no 4º ano, 15 no 5º ano, 25 no 6ºano, 22 no 7ºano, 12 no 8º ano e 14 no 9º ano.

Na Escola Fág Kavá os alunos tem 07 horas aula diária e o número médio de alunos por turma; relação professor/aluno é de 21 alunos nos Anos Iniciais e 22 alunos nos Anos Finais. Na Escola Luíz Kónhko os alunos tem 4 horas de aula diária e a relação professor/alunos é de 12 alunos.

No ano de 2009, foram declarados no Censo Escolar 11 alunos com necessidades especiais, em 2010 foram 11, em 2011 foram 11, em 2012 foram 11 alunos, em 2013 também foram 11 e, em 2014 foram 12 alunos incluídos.

Na Escola Luíz Kónhko, do ano de 2009 até o ano de 2013, 01 aluno esteve frequentando o AEE. Em 2014, 53 alunos frequentaram o Programa Mais Educação. Na Escola Fág Kavá 10 alunos matriculados na escola regular frequentaram, no turno inverso, turma de Atendimento Educacional Especializado, no ano de 2014.



Na Escola Fág Kavá 28 alunos frequentavam a Pré-escola no ano de 2013 e 34 alunos em 2014, sendo que 03 deles utilizavam o transporte escolar em 2013 e 05 alunos em 2014. Existem 50 vagas disponibilizadas na escola para a Pré-escola, sendo que 34 estão preenchidas, correspondendo a 68%, sobrando ainda 16 vagas, o que corresponde a 32%. Na escola são utilizadas duas salas de aula para a Educação Infantil, modalidade Pré-escola.

Na Escola Luíz Kónhko, 13 alunos frequentavam a Pré-escola no ano de 2013 e 13 alunos no ano de 2014, sendo que, 10 deles utilizavam o transporte escolar em 2013 e 2014. Na escola é utilizada uma sala de aula para a Educação Infantil na modalidade Pré-escola.

No que se refere ao número de matrículas iniciais na Educação Infantil das escolas indígenas, no ano de 2009, 41 crianças estavam matriculadas, em 2010, 24 crianças, em 2011, 41 crianças, em 2012, 24 crianças, em 2013 eram 40 crianças e em 2014, 48 crianças. As crianças tem 4 horas/aula diária. Na Escola Fág Kavá o número médio de crianças por turma é 17 e na Escola Luíz Kónhko é de 14 crianças. Esta escola possui uma criança incluída com necessidades especiais, declarado no Censo Escolar, no período de 2009 a 2013.

**Tabela 30 - Escolas Indígenas: Matrícula Inicial na Educação Infantil**

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Pré-escola	41	24	41	24	40	48

Utilizaram o transporte escolar no ano de 2013, 13 alunos da Pré-escola e 110 alunos do Ensino Fundamental e, em 2014, 15 alunos da Pré-escola e 102 alunos do Ensino Fundamental.

### **6.3. Ensino Médio**

Dados mostram que, nos últimos anos, a procura pelo Ensino Médio aumentou muito no Brasil, devido a uma maior exigência no mercado de trabalho, ou seja, sem o Ensino Médio fica mais difícil conseguir emprego.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208, garante a progressiva universalização do Ensino Médio gratuito, como um dever do Estado para com a educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, na seção IV, trata do Ensino Médio e apresenta a seguinte redação:

Art. 35. O *ensino médio*, etapa final da *educação básica*, com duração mínima de *três anos*, terá como finalidades:  
I – a consolidação e o *aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental*, possibilitando o prosseguimento de estudos;  
II – a *preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando*, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;  
III – o *aprimoramento do educando como pessoa humana*, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;  
IV – a *compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos*, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, LDB, lei nº 9394/96)

Seguindo seu texto, a LBD ainda coloca que: “Art. 36 O currículo do Ensino Médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes”:

I – destacará a *educação tecnológica básica*, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;  
II – adotará *metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa* dos estudantes;  
III – será *incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória*, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição;  
IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.684, de 2008)  
§ 1º Os *conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação* serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:  
I – *domínio dos princípios científicos e tecnológicos* que presidem a produção moderna;  
II – conhecimento das *formas contemporâneas de linguagem*;  
(BRASIL, LDB, lei nº 9394/96)

### 6.3.1. Diretrizes

No município de Ronda Alta a Escola Estadual de Educação Básica Professor Alfredo Gavioli, oferece Ensino Médio. Por ser a única Escola de

Ensino Médio do Município de Ronda Alta, recebe alunos provenientes de diversas escolas e comunidades do meio rural e urbano com realidades diferenciadas quanto ao nível de conhecimento, de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

O Ensino Médio funciona nos turnos da tarde e da noite. Esta modalidade de ensino, assim como as demais, tem o reflexo dos problemas socioeconômico da sociedade, tais como: a desagregação familiar, a falta de segurança, a crise dos valores universais, falta de perspectiva de oportunidade de trabalho e/ou ingresso no ensino superior.

Com a reestruturação curricular o Ensino Médio passou a ser Politécnico, com estudos por área de conhecimento, elaboração de pesquisa sócio antropológica e projetos de pesquisa, Seminário Integrado, avaliação emancipatória por pareceres descritivos, oportunizando aos educandos da última etapa da Educação Básica o aprimoramento dos estudos, desenvolvendo-se como pessoa humana, com formação ética, com autonomia intelectual e do pensamento crítico, aprofundando os fundamentos científico-tecnológicos na produção do conhecimento e dos saberes, preparando para o trabalho e a cidadania.

A escola procura criar situações de aprendizagem e de desenvolvimento que promovam a qualidade de vida, que respeitem as diferenças, despertem inteligências, construam competências, selecionem informações, transformando-as em conhecimento e o conhecimento em sabedoria para lidar com as situações de vida, no exercício da cidadania, nas relações de convivência e no mundo do trabalho.

Trabalha com os seguintes objetivos:

- Melhorar o nível de qualidade da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos, assegurando um desempenho de excelência.
- Promover a qualificação dos profissionais da educação e dos espaços pedagógicos.
- Valorizar os profissionais da educação e os alunos.
- Garantir uma gestão participativa.
- Fortalecer a integração Escola-família e sociedade.
- Promover a valorização da vida e a cultura da paz.

### 6.3.2. Diagnóstico

Em relação às matrículas iniciais no ano de 2010 foram 258 matrículas (128 no 1º ano, 71 no 2º ano e 59 matrículas no 3º ano); em 2011 foram 200 matrículas iniciais (91 no 1º ano, 68 no 2º ano e 41 matrículas no 3º ano); em 2012 foram 183 matrículas (84 no 1º ano, 52 no 2º ano e 47 matrículas no 3º ano); em 2013 foram 174 matrículas iniciais (77 no 1º ano, 55 no 2º ano e 42 matrículas no 3º ano); e em 2014 foram 191 matrículas iniciais (98 no 1º ano, 50 no 2º ano e 43 matrículas no 3º ano). Entre os anos de 2010 e 2014 houve uma queda nas matrículas iniciais de 25,96%.

**Tabela 31 - Ensino Médio Diurno: Matrícula Inicial**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	128	91	84	77	98
2º Ano	71	68	52	55	50
3º Ano	59	41	47	42	43
Total	258	200	183	174	191

Abandonaram o Ensino Médio no ano de 2010, 18 alunos, em 2011, 09 alunos, em 2012, 12 alunos, em 2013, 09 alunos e em 2014, 08 alunos abandonaram o Ensino Médio. O percentual de evasão nos anos de 2010 e 2014 ficou entre 6,97% e 4,18% respectivamente.

**Tabela 32 - Ensino Médio Diurno: Evasão Escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	14	09	10	04	5
2º Ano	04	-	01	05	3
3º Ano	-	-	01	-	-
Total	18	09	12	09	08

Em relação à repetência, no ano de 2010, 49 alunos reprovaram; em 2011, 25 alunos; em 2012, 19 alunos; em 2013, 22 alunos e em 2014, 10

alunos reprovaram. A taxa de reprovação entre os anos de 2010 a 2014 foram respectivamente: 19%, 12,5%, 10,38%, 12,6% e 5,23%.

**Tabela 33 - Ensino Médio Diurno: Reprovação escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	36	13	12	20	10
2º Ano	08	10	07	01	-
3º Ano	05	02	-	01	-
Total	49	25	19	22	10

Quanto à aprovação, no ano de 2010, 183 alunos foram aprovados (72 no 1º ano, 58 no 2º ano e 53 no 3º ano); no ano de 2011, 150 alunos foram aprovados (57 no 1º ano, 54 no 2º ano e 39 no 3º ano); no ano de 2012, 146 alunos foram aprovados (59 no 1º ano, 41 no 2º ano e 46 no 3º ano); no ano de 2013, 153 alunos foram aprovados (47 no 1º ano, 48 no 2º ano e 40 alunos no 3º ano) e no ano de 2014, 167 alunos foram aprovados (79 no 1º ano, 46 no 2º ano e 42 alunos no 3º ano). A taxa de aprovação entre os anos de 2010 a 2014 foram respectivamente: 70,93%, 75%, 79,78%, 77,58% e 87,43%.

**Tabela 34 - Ensino Médio Diurno: Aprovação Escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	72	57	59	47	79
2º Ano	58	54	41	48	46
3º Ano	53	39	46	40	42
Total	183	150	146	135	167

Em relação à matrícula inicial do Ensino Médio Noturno, no ano de 2010 foram 70 matrículas (21 no 1º ano, 26 no 2º ano e 23 no 3º ano); em 2011 foram 84 matrículas iniciais (32 no 1º ano, 25 no 2º ano e 27 no 3º ano); em 2012 foram 76 matrículas iniciais (21 no 1º ano, 30 no 2º ano e 25 no 3º ano); em 2013 foram 88 matrículas iniciais (38 no 1º ano, 28 no 2º ano e 22 no 3º ano).

ano) e em 2014 foram 76 matrículas iniciais (25 no 1º ano, 25 no 2º ano e 26 no 3º ano). Entre os anos de 2010 a 2014, obteve-se um acréscimo nas matrículas iniciais de 8%.

**Tabela 35 - Ensino Médio Noturno: Matrícula Inicial**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	21	32	21	38	25
2º Ano	26	25	30	28	25
3º Ano	23	27	25	22	26
Total	70	84	76	88	76

No que se refere a evasão escolar, no ano de 2010, 14 alunos abandonaram a escola, em 2011, 19 alunos, em 2013, 22 alunos e em 2014, 5 alunos abandonaram a escola. A taxa de evasão no ano de 2010 foi de 20%, em 2013, 25% e em 2014 foi de 6,57%.

**Tabela 36 - Ensino Médio Noturno: Evasão escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	07	13	06	16	2
2º Ano	06	04	03	05	2
3º Ano	01	02	01	01	1
Total	14	19	10	22	5

Quanto à repetência, no ano de 2010 foram 11 reprovações, no ano de 2011 foram 08, no ano de 2013, 14 reprovações e no ano de 2014 foram 19 reprovações. A taxa de reprovação entre os anos de 2010 e 2014 foi, respectivamente, de 15,71% e 25%.

**Tabela 37 - Ensino Médio Noturno: Reprovaçõesescolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	04	04	04	07	11
2º Ano	04	04	08	06	08
3º Ano	03	-	-	01	-
Total	11	08	12	14	19

Quanto à aprovação, no ano de 2010, 41 alunos foram aprovados (10 no 1º ano, 12 no 2º ano e 19 no 3º ano); no ano de 2011, 55 alunos foram aprovados (14 no 1º ano, 16 no 2º ano e 25 no 3º ano); no ano de 2012, 52 alunos foram aprovados (10 no 1º ano, 19 no 2º ano e 23 no 3º ano); no ano de 2013, 50 alunos foram aprovados (14 no 1º ano, 16 no 2º ano e 20 no 3º ano); no ano de 2014, 49 alunos foram aprovados (11 no 1º ano, 13 no 2º ano e 25 no 3º ano). A porcentagem de aprovação entre os anos de 2010 e 2014 ficou entre 56,81% e 68,42%.

**Tabela 38 - Ensino Médio Noturno: Aprovação escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	10	14	10	14	11
2º Ano	12	16	19	16	13
3º Ano	19	25	23	20	25
Total	41	55	52	50	49

Somado as aprovações do Ensino Médio Diurno e o Noturno, no ano de 2010, foram 328 matrículas iniciais (149 no 1º ano, 97 no 2º ano e 82 no 3º ano); no ano de 2011, foram 284 matrículas iniciais (123 no 1º ano, 93 no 2º ano e 68 no 3º ano); no ano de 2012, foram 259 matrículas iniciais (105 no 1º ano, 82 no 2º ano e 72 no 3º ano); no ano de 2013, foram 262 matrículas iniciais (115 no 1º ano, 83 no 2º ano e 64 no 3º ano) e no ano de 2014, foram 267 matrículas iniciais (123 no 1º ano, 75 no 2º ano e 69 no 3º ano). Entre os anos de 2010 e 2014 houve uma queda nas matrículas iniciais de 18,59%.

**Tabela 39 - Ensino Médio Diurno e Noturno: Matrícula Inicial**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	149	123	105	115	123
2º Ano	97	93	82	83	75
3º Ano	82	68	72	64	69
Total	328	284	259	262	267

Em relação a evasão escolar, no ano de 2010, 31 alunos abandonaram a escola, em 2011, 28 alunos, em 2012, 22 alunos, em 2013, 31 alunos e no ano de 2014, 13 alunos abandonaram a escola. O percentual de evasão em 2010 foi de 12% e em 2014 foi de 4,86%, tendo uma média de 25 alunos/ano.

**Tabela 40 - Ensino Médio Diurno e Noturno: Evasão escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	21	22	16	20	07
2º Ano	10	04	04	10	05
3º Ano	01	02	02	01	01
Total	31	28	22	31	13

Quanto à repetência, no ano de 2010, 60 alunos reprovaram, no ano de 2011, 33 alunos; no ano de 2012, 31 alunos; no ano de 2013, 36 alunos e no ano de 2014, 29 alunos reprovaram. A taxa de reprovação entre os anos de 2010 a 2014 foi, respectivamente, de: 18,29%, 11,61%, 11,96%, 13,74% e 10,86%, obtendo-se uma queda de 7,43% na reprovação escolar.

**Tabela 41 - Ensino Médio Diurno e Noturno: Reprovação escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	40	17	16	27	21
2º Ano	12	14	15	07	08



3º Ano	08	02	-	02	-
Total	60	33	31	36	29

Quanto à aprovação, no ano de 2010, 224 alunos foram aprovados (82 no 1º ano, 70 no 2º ano e 72 no 3º ano), no ano de 2011, 205 alunos foram aprovados (71 no 1º ano, 70 no 2º ano e 64 no 3º ano), no ano de 2012 foram 198 aprovações (69 no 1º ano, 60 no 2º ano e 69 no 3º ano); no ano de 2013 foram 185 aprovações (61 no 1º ano, 64 no 2º ano e 60 no 3º ano) e no ano de 2014 foram 216 aprovações (90 no 1º ano, 59 no 2º ano e 67 no 3º ano). A taxa de aprovação em 2010 foi de 68,29% e de 2014, 80,89%.

**Tabela 42 - Ensino Médio Diurno e Noturno: Aprovação escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
1º Ano	82	71	69	61	90
2º Ano	70	70	60	64	59
3º Ano	72	64	69	60	67
Total	224	205	198	185	216

Para o Ensino Médio a idade recomendada é de 15 anos para o 1º ano, 16 para o 2º ano e 17 anos para o 3º ano. De acordo com essas informações, a taxa de distorção idade/série no Ensino Médio diurno no ano de 2013 foi de 05 alunos no 1º ano, 05 no 2º ano, 02 no 3º ano, totalizando 12 alunos. Para o Ensino Médio noturno a taxa de distorção idade/série foi de 09 alunos no 1º ano, 03 no 2º ano e 02 no 3º ano, totalizando 14 alunos.

**Tabela 43 - Ensino Médio: Distorção idade/série ano de 2013**

	Ensino Médio Diurno	Ensino Médio Noturno
1º Ano	05	09
2º Ano	05	03
3º Ano	02	02

O número médio de horas-aula é de 04 horas. O número médio de alunos por turma, relação professor aluno é de 10 no 1º ano e 08 nos 2º e 3º anos.

**Tabela 44 - Ensino Médio: Número médio de alunos por turma**

	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Relação professor/aluno	10	08	08

O número de alunos incluídos com necessidades especiais, declarados no censo escolar é de 01 aluno em 2012, 01aluno em 2013 e 03 alunos em 2014.

**Tabela 45 - Ensino Médio: Alunos Incluídos declarados no Censo Escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
Número de alunos incluídos	-	-	01	01	03

#### **6.4. Educação de Jovens e Adultos**

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu Art. 214 a irradicação do analfabetismo, desta forma a Educação de Jovens e Adultos vem abrindo espaço de inserção e promoção da cidadania, possibilitando aos jovens que não tiveram acesso ou não conseguiram concluir o ensino obrigatório, a oportunidade de fazê-lo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBD nº 9394/96), em seu Art. 37, reforça a ideia de que “a educação *de jovens e adultos* será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão *gratuitamente aos jovens e aos adultos*, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a *permanência do trabalhador na escola*, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

A concepção ampliada da EJA entenda Educação como direito de aprender, de ampliar conhecimentos ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar somente, vencendo os desafios da evasão escolar por meio de práticas pedagógicas aplicadas.

#### **6.4.1. Diretrizes**

No município de Ronda Alta, apenas a Escola Estadual de Educação Básica Professor Alfredo Gavioli, oferece Educação de Jovens e Adultos na modalidade Ensino Médio.

Educar para a organização e o planejamento são finalidades essenciais da proposta pedagógica da escola, tendo em vista uma educação que contribua com os educandos na construção do seu projeto de vida e de sociedade, destacando como finalidade última a qualidade de vida.

São objetivos para a Educação de Jovens e Adultos, de acordo com o Regimento da escola:

- Promover a inclusão social de jovens e adultos no Ensino Fundamental e Médio que não tiveram acesso à educação na idade própria, proporcionando condições para que essa parte da população construa sua cidadania e possa ter acesso a um currículo diversificado que provoque a ampliação de saberes;

- Disponibilizar aos sujeitos jovens e adultos os bens socioculturais acumulados pela humanidade, sendo que tais conteúdos devem ser resignificados, resgatando-se sua importância no processo de ensino e aprendizagem, entendendo-se como saberes culturais conceitos, explicações, habilidades, linguagens, fatos, valores, crenças, sentimentos, atitudes, interesses, condutas, raciocínios, para o desenvolvimento do educando e sua formação integral.

Quanto a matrícula, o documento ainda coloca que, esta, deve ocorrer por classificação, mediante processo de avaliação, registrado em ata com os

procedimentos adotados e os resultados obtidos.

Deve-se excluir do processo classificatório somente candidatos a curso do Ensino Médio na modalidade EJA que não comprovem escolaridade anterior a esse nível de ensino, devendo ser matriculados na fase inicial do curso e cumprir integralmente a carga horária dos planos de estudos para alcançar a certificação.

#### **6.4.2 Diagnóstico**

Na Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio, o número de matrículas iniciais no ano 2010 foi 89; em 2011, 49; em 2012, 32; em 2013, 64 e, em 2014, 56.

**Tabela 46 - Educação de Jovens e Adultos: Matrícula Inicial**

	2010	2011	2012	2013	2014
EJA Ensino Médio	89	49	32	64	56

Quanto a evasão escolar, no ano de 2010, foram 04, em 2011 foram 05, em 2012 foi 01, em 2013 foram 12 e no ano de 2014, 14 alunos evadiram.

**Tabela 47 - Educação de Jovens e Adultos: Evasão escolar**

	2010	2011	2012	2013	2014
Evasão Escolar	04	05	01	12	14

Quanto ao número de concluintes no Ensino Médio – EJA - no ano de 2010 foram 07, em 2011 foram 12, em 2012 foram 06, em 2013 foram 12 e no ano de 2014 foram 35 concluintes.

**Tabela 48 - Educação de Jovens e Adultos: Relação de concluintes**

	2010	2011	2012	2013	2014
--	------	------	------	------	------

Relação de Concluintes	07	12	06	12	35
------------------------	----	----	----	----	----

O número médio de horas-aula é de 04 horas. O número médio de alunos por turma, relação professor aluno é de 03 na EJA e 12 no Ensino Médio. O número de alunos incluídos com necessidades especiais, declarados no censo escolar é de 01 aluno no ano de 2009, 01 em 2012 e 01 em 2013.

### 6.5. Educação Especial

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), em seu Art. 58 define a Educação Especial como “a modalidade de educação escolar oferecida *preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação*”.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de *apoio especializado*, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O *atendimento educacional* será feito em classes, escolas ou serviços *especializados*, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A *oferta de educação especial, dever constitucional do Estado*, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, LDB, lei nº 9394/96)

Seguindo em seu texto, a mesma lei ainda coloca que: “os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.”

I – *currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização* específicos, para atender às suas necessidades;

II – *terminalidade específica* para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – *professores com especialização adequada* em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva *integração na vida em sociedade*, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

*V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, LDB, nº 9394/96)*

Desta forma, entende-se que a Educação Especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino, com a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência dos alunos.

#### **6.5.1. Diretrizes**

A Educação Especial no Município de Ronda Alta teve início com a constituição de duas salas de educação especial, uma na Escola Estadual de Educação Básica Professor Alfredo Gavioli, que em 2008 transformou-se em Sala de Recursos Multifuncional, e uma turma de classe especial, ainda em funcionamento na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Alderi Facchi.

Atualmente, 05 escolas atendem alunos de Educação Especial no município de Ronda Alta, sendo duas municipais e três estaduais.

O principal objetivo da Educação Especial no município é o de possibilitar a formação de uma rede articulada de ações que garantam o processo de inclusão de alunos com deficiência (TGD; altas habilidades/superdotação), em todos os níveis e modalidades da educação básica, apoiando, mediando, complementando e suplementando a escolarização de alunos, através de recursos e estratégias específicas, viabilizando, desta forma, o processo de construção do conhecimento.

Em sua Proposta Política Pedagógica, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Alderi Facchi, traz alguns objetivos sobre a Educação Especial:

a) Oportunizar condições diferenciadas aos educandos portadores de necessidades especiais, em classe especial, sempre que não for possível sua integração nas classes comuns do ensino regular, valorizando seu potencial e respeitando sempre sua individualidade, para que possa assim, participar ativamente do mundo social, cultural, dos desportos, das artes e do trabalho, visando à conquista da cidadania destes alunos;

b) promover a integração social do Educando com necessidades especiais como elemento participante e aceito no grupo, mediante relações regulares e espontâneas;

c) Orientar pais e comunidade escolar quanto ao processo de desenvolvimento do educando com necessidades especiais, a sua capacidade de aprender e construir o seu saber;

d) Incentivar e desenvolver as potencialidades do educando com necessidades especiais, bem como sua autonomia, cooperação e espírito crítico.

### **6.5.2 Diagnóstico**

A matrícula inicial dos alunos com necessidades especiais, no município de Ronda Alta, em 2009 era de 09 alunos; em 2010, 19 alunos; em 2011, 24 alunos; em 2012, 37 alunos e em 2013, 70 alunos.

Nos dias atuais, 72 alunos com necessidades especiais, estão matriculados na rede regular de Ensino e frequentam o AEE em turno inverso. O tempo de permanência destes alunos na escola é de, em média 06 horas diárias.

O município conta com 4 professores que atuam na educação especial. Destes, 02 possuem curso de educação especial, um possui licenciatura com ênfase na educação especial e um possui pós-graduação em educação especial.

No município de Ronda Alta, no ano de 2014 foram atendidos 05 alunos com deficiência intelectual na classe especial de uma escola municipal. Os demais alunos estão incluídos em salas regulares e são atendidos no AEE em turno inverso: 52 alunos com deficiência intelectual, 03 alunos com deficiência auditiva, 03 alunos com deficiência visual, 01 aluno com deficiência motora, 01 aluno com altas habilidades/superdotação e 01 com deficiência múltipla.

Nas Escolas Indígenas 11 alunos matriculados na Escola regular frequentaram o AEE, em 2013.

## **6.6. Ensino Técnico Profissionalizante**

Conforme a LDB 9.394/96, a educação profissional é apresentada como modalidade educacional, visando desenvolver aptidões:

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos temáticos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observando as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológicas de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. BRASIL, LDB, lei nº 9394/96)

#### **6.6.1. Diretrizes e diagnóstico**

A Universidade Federal de Santa Maria, através do CAFW (Colégio Agrícola de Frederico Westphalen) Núcleo de Educação à Distância, em parceria com o município de Ronda Alta - RS, oferece cursos técnicos na modalidade pós-médio no Pólo de Ronda Alta - RS. Os cursos oferecidos são de Informática para Internet e Agroindústria. A primeira oferta foi em março de 2012. Formaram-se em agosto de 2014, 11 alunos no curso de Agroindústria e 07 alunos de Informática para Internet. Uma segunda oferta desses cursos iniciou em março de 2014 e tem duração até dezembro de 2015. Estão frequentando o curso de Informática para Internet 07 alunos, e 09 alunos no curso de Agroindústria.

Os cursos acontecem em prédio alugado pelo município, na modalidade semipresencial, com carga horária semanal de 20 horas, com funcionamento nos turnos da tarde e noite. Os alunos contam com auxílio de dois tutores (com especialização), um coordenador deste Pólo e um Laboratório de Informática com acesso a internet para pesquisa e estudo.

Os cursos sugeridos para serem realizados no município de Ronda Alta são de Técnico em Mecânica e Técnico em Enfermagem.



Conforme cadastro de alunos realizados na Secretaria Municipal de Educação e Desporto, no ano de 2014, 49 alunos frequentaram Curso Técnico: 12 no município de Sertão, curso de Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, 16 no município de Cruz Alta, curso de Enfermagem; 03 no município de Frederico Westphalen, curso de Agropecuária; 13 em Rondinha - Magistério e 05 alunos no município de Carazinho, na Escola Estadual de Educação Profissional de Carazinho - EEPROCAR, no curso de Agropecuária.

### **6.7. Ensino Superior**

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394/96), em seu artigo 43, coloca que é objetivo da Educação Superior:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;*
  - II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;*
  - III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;*
  - IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;*
  - V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;*
  - VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;*
  - VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.*
- (BRASIL, LDB, lei nº 9394/96)

Seguindo sua redação a mesma lei ainda traz que o Ensino Superior deverá ser ministradas em instituições de ensino superior públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

#### **6.7.1. Diretrizes e Diagnóstico**

Desde 2006 são oferecidos no Município de Ronda Alta cursos de Graduação à Distância - EAD e de Pós Graduação à Distância e Presencial. Os

cursos de Graduação à Distância oferecidos pela UNIASSELVI são: Ciências Biológicas, com 38 alunos, tendo início em 2006 e término em 2009; Tecnologia em Processos Gerenciais, com 16 alunos, no período de 2007 a 2009; Pedagogia, com 12 alunos, de 2009 a 2012; Administração, com 16 alunos, de 2010 a 2013; Ciências Contábeis, com 14 alunos, de 2010 a 2013.

Em 2012 as turmas passaram a ser formadas no Município realizando os encontros presenciais no Pólo de Passo Fundo. Em 2014, 28 alunos tiveram matrícula no curso de Pedagogia, 08 no curso de Administração, 06 no curso de Ciências Contábeis, 03 no curso de Agronegócio e uma aluna no curso de Letras.

Os cursos de Pós-Graduação Presenciais foram realizadas pela Portal Faculdade e são os seguintes: Gestão Escolar, com 20 alunos matriculados no ano de 2007; Psicopedagogia, com 18 alunos no ano de 2008; Educação Ambiental, com 12 alunos no período 2009/2010 e Psicopedagogia, com 15 alunos no período de 2009/2010.

Os cursos de Pós Graduação à Distância oferecidos foram: Controladoria, com 05 alunos; Administração Mercadológica, com 09 alunos; Gestão e Educação Ambiental, com 05 alunos; Neuropsicopedagogia, com 03 alunos; Orientação Escolar, com 08 alunos e Supervisão Escolar com 07 alunos. Todos os cursos iniciados em 2013 com término em 2014.

## 7. TRANSPORTE ESCOLAR: FINANCIAMENTO E GESTÃO

No artigo 208 da Constituição Federal de 1988, encontram-se as obrigações do Estado, no que se refere ao oferecimento do ensino público. Trata-se de garantias asseguradas aos educandos, cuja finalidade é o efetivo exercício do direito à educação, estando, entre elas, o transporte escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96) reforça essa ideia quando coloca em seu Artigo 10, que é incumbência do estado assumir o transporte da rede estadual e em seu Artigo 11, que é incumbência do município assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino.

Atualmente existem dois programas voltados ao transporte de estudantes executados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o programa Caminho da Escola, que visam atender alunos da rede pública de educação básica, preferencialmente residente na zona rural.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) foi instituído pela Lei nº 10.880 de 09 de junho de 2004:

Art. 2º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE, no âmbito do Ministério da Educação, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, observadas as disposições desta Lei. ([Redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009](#))

§ 1º O montante dos recursos financeiros será repassado em parcelas e calculado com base no número de alunos da educação básica pública residentes em área rural que utilizem transporte escolar oferecido pelos entes referidos no caput deste artigo. ([Redação dada pela Lei nº 11.947, de 2009](#))

§ 2º O Conselho Deliberativo do FNDE divulgará, a cada exercício financeiro, a forma de cálculo, o valor a ser repassado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a periodicidade dos repasses, bem como as orientações e instruções necessárias à execução do PNATE, observado o montante de recursos disponíveis para este fim constante da Lei Orçamentária Anual, e em suas alterações, aprovadas para o Fundo.

§ 3º Os recursos financeiros a serem repassados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de que trata o § 1º deste artigo serão calculados com base nos dados oficiais do censo escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, relativo ao ano imediatamente anterior ao do atendimento.

§ 4º A assistência financeira de que trata este artigo tem caráter suplementar, conforme o disposto no [inciso VII do art. 208 da Constituição Federal](#), e destina-se, exclusivamente, ao transporte escolar do aluno.

§ 5º Os Municípios poderão proceder ao atendimento do transporte escolar dos alunos matriculados nos estabelecimentos estaduais de ensino, localizados nas suas respectivas áreas de circunscrição, desde que assim acordem os entes, sendo, nesse caso, autorizado o repasse direto do FNDE ao Município da correspondente parcela de recursos, calculados na forma do § 3º deste artigo.

§ 6º O repasse previsto no § 5º deste artigo não prejudica a transferência dos recursos devidos pelo Estado aos Municípios em virtude do transporte de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino estaduais nos Municípios. (BRASIL, lei nº 10.880/04)

Cabe ressaltar que este programa federal tem caráter suplementar e visa, prioritariamente, o atendimento de estudantes da zona rural, abrangendo toda a Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio.

A Lei Estadual nº 12.882 de 03 de janeiro de 2008, institui o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar do Rio Grande do Sul – PEATE/RS, com o objetivo de transferir recursos financeiros diretamente aos municípios que realizem nas suas respectivas áreas de circunscrição, o transporte escolar de alunos da educação básica da rede pública estadual, residentes no meio rural.

O decreto estadual nº 45.465 de 30 de janeiro de 2008, regulamenta a Lei nº 12.882, colocando que:

Art. 2º - Por intermédio do PEATE/RS, o Estado repassará recursos financeiros para financiamento do transporte escolar aos Municípios que realizarem o transporte dos alunos da educação básica, da rede pública estadual, residentes no meio rural de seu território, distantes dois quilômetros da escola pública mais próxima, ou para escola da rede pública estadual localizada em outro Município, desde que constatada a real necessidade. (RIO GRANDE DO SUL, decreto 4.465 de 30/01/08)

A resolução nº 03, de 28 de março de 2007, cria o Programa Caminho da Escola, que consiste na concessão pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus zero quilometro com capacidade para 23 ou mais passageiros/estudantes e de embarcações novas.

De acordo com o Guia do Transporte Escolar criado pelo FNDE e MEC, o principal objetivo deste programa é:

[...] renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar, ampliando, por meio do transporte diário, o acesso e a permanência na escola dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais. Também visa à padronização dos veículos de transporte escolar, à redução dos preços dos veículos e ao aumento da transparência nessas aquisições. (FNDE/MEC, p. 05).

O governo federal, por meio do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e em parceria com o Inmetro, oferece veículos com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes, e adequados às condições de trafegabilidade das vias (estradas e rios) da zona rural brasileira.

### **7.1. Diretrizes e Diagnóstico**

O município de Ronda Alta conta com transporte escolar próprio e terceirizado, atendendo todas as etapas da Educação Básica. O transporte escolar próprio conta com oito linhas. Seis linhas são feitas com transporte escolar terceirizado; 57 alunos atendidos pelo transporte escolar estão na rede municipal, e 370 alunos estão na rede estadual de ensino.

No ano de 2014, na rede estadual, usaram o transporte escolar próprio do município, 03 alunos da Educação Infantil, 115 alunos do Ensino Fundamental e 39 alunos do Ensino Médio. Utilizaram o transporte terceirizado, 9 alunos da Educação Infantil, 176 do Ensino Fundamental e 40 alunos do Ensino Médio.

Já na rede municipal, no ano de 2014, 23 alunos da Educação Infantil utilizaram o transporte escolar próprio do município e 24 alunos do Ensino Fundamental. Usaram o transporte terceirizado 10 alunos da Educação Infantil e 10 alunos do Ensino Fundamental.

O custo do transporte escolar próprio no ano de 2012 foi de R\$ 489.980,20 (quatrocentos e oitenta e nove mil, novecentos e oitenta reais e vinte centavos). No ano de 2013 o custo foi de R\$ 457.901,09 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, novecentos e um reais e nove centavos). E em 2014, o gasto total foi de R\$ 375.212,48 (trezentos e setenta e cinco mil, duzentos e doze reais e quarenta e oito centavos).

**Tabela 49 – Transporte Escolar Próprio**

	2012	2013	2014
Custo do transporte próprio	R\$ 489. 980,20	R\$ 457.901, 09	R\$375.212,48

Já com o transporte terceirizado, no ano de 2012, teve-se um custo de R\$ 453. 621,76 (quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e vinte e um reais e setenta e seis centavos). No ano de 2013, foram R\$ 391.280,77 (trezentos e noventa e um mil, duzentos e oitenta reais e setenta e sete centavos). E em 2014, o gasto total foi de R\$ 447.037,79 (quatrocentose quarenta e sete mil, trinta e sete reais e setenta e nove centavos).

**Tabela 50 – Transporte Escolar Terceirizado**

	2012	2013	2014
Custo do transporte terceirizado	R\$ 453. 621,76	R\$ 391.280,77	R\$ 447.037,79

No ano de 2012, o recurso gasto com o transporte escolar oriundo do PEATE (Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar), foi no valor de R\$ 348.359,11 (trezentos e quarenta e oito mil, trezentos e cinquenta e nove mil e onze centavos), do PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar) foi no valor de R\$ 73.014, 50 (setenta e três mil, quatorze reais e cinquenta centavos) e de recursos livres do município foram gastos R\$ 522.228,45 (quinhentos e vinte e dois mil, duzentos e vinte e oito reais e quarenta e cinco centavos).

**Tabela 51 – Transporte escolar: Recursos gastos em 2012**

	PEATE	PNATE	RECURSO LIVRE
Recursos gastos	R\$ 348.359,11	R\$ 73.014, 50	R\$ 522.228,45

No ano de 2013, o recurso gasto com transporte escolar oriundo do PEATE (Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar), foi no valor de R\$ 325.106, 72 (trezentos e vinte e cinco mil, cento e seis reais e setenta e dois centavos), do PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar) R\$ 59.099,90 (cinquenta e nove mil, noventa e nove reais e noventa centavos) e de recursos livres do município foram gastos R\$ 464.975,24 (quatrocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

**Tabela 52 – Transporte escolar: Recursos gastos em 2013**

	PEATE	PNATE	RECURSO LIVRE
Recursos gastos	R\$ 325.106, 72	R\$ 59.099,90	R\$ 464.975,24

No ano de 2014, o recurso gasto com transporte escolar oriundo do PEATE (Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar), foi no valor de R\$ 354.158,79 (trezentos e cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e oito reais e setenta e novecentavos), do PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar) R\$ 53.477,47 (cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta e sete reais e quarenta e sete centavos) e de recursos livres do município foram gastos R\$ 414.614,01 (quatrocentos e quatorze mil seiscentos e quatorze reais e um centavo).

**Tabela 53 – Transporte escolar: Recursos gastos em 2014**

	PEATE	PNATE	RECURSO LIVRE
Recursos gastos	R\$ 354.158,79	R\$ 53.477,47	R\$ 414.614,01

A partir do ano de 2013, com a reformulação da Lei Municipal nº 1.729 de 12/03/2014 o Município de Ronda Alta ficou autorizado a subsidiar, até o valor integral, o transporte de estudantes que frequentam cursos Universitários (Graduação), Técnicos Profissionalizantes e de Magistério, com deslocamento

da sede desta cidade até os Municípios do Passo Fundo, Carazinho, Sarandi e Rondinha, relativamente aos dias letivos normais de aula.

No ano de 2012, o custo do transporte para a cidade de Passo Fundo foi de R\$ 23.060,10 (vinte e três mil, sessenta reais e dez centavos), no ano de 2013 foi de R\$ 138.180,00 (cento e trinta e oito mil, cento e oitenta reais) e, no ano de 2014, teve-se um custo de R\$ 149.432,50 (cento e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos).

O transporte que vai a Carazinho, no ano de 2012, teve um custo de R\$ 20.812,84 (vinte mil, oitocentos e doze reais e oitenta e quatro centavos), em 2013 foram R\$ 69.950,00 (sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta reais) e, em 2014 o custo foi de R\$ 68.340,00 (sessenta e oito mil, trezentos e quarenta reais), sendo que 17 alunos utilizavam o transporte.

O transporte que vai a Sarandi, no ano de 2012, teve um custo de R\$ 8.452,82 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e dois centavos), em 2013 foram R\$ 54.049,71 (cinquenta e quatro mil, quarenta e nove reais e setenta e um centavos) e, em 2014 teve-se um custo de R\$ 55.126,82 (cinquenta e cinco mil, cento e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos), sendo que 51 alunos utilizavam esse transporte.

O transporte que vai a Rondinha, no ano de 2014, teve um custo de R\$ 18.456,90 (dezoito mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos), sendo que 13 alunos utilizavam desse transporte.

Conforme a lei citada acima, fica também autorizado o Poder Executivo Municipal a fornecer transporte aos estudantes Universitários (Graduação) e de cursos Técnico Profissionalizantes, que frequentam aulas em outras cidades, de até 10 (dez) viagens anuais, desde que o local de destino apresente demanda de, no mínimo, 12 (doze) estudantes por viagem.

Para os estudantes inseridos nos curso de que trata esta Lei, matriculados em outras instituições de ensino, em locais não abrangidas pela presente Lei, em número inferior a 12 (doze) estudantes, será custeado pelo Poder Executivo e o reembolso será de até R\$ 200,00 (duzentos reais) em passagens ao semestre para cada estudante.

No ano de 2014, 292 alunos foram beneficiados com transporte escolar. Na a cidade de Sertão, 12 alunos frequentavam curso técnico; na cidade de Cruz Alta, 16 alunos frequentavam o curso técnico; na cidade de Sarandi, 34



alunos frequentavam graduação e 03 alunos frequentavam cursinhos; na cidade de Santa Maria, 14 alunos frequentavam graduação; na cidade de Rondinha, 13 alunos frequentavam Ensino Médio (Magistério); na cidade de Passo Fundo 07 alunos frequentavam curso técnico, 67 alunos frequentavam graduação, 01 pós-graduação e 05 alunos cursinho; na cidade de Carazinho, 20 alunos frequentavam graduação. Foram beneficiados com restituição de passagens (R\$ 400,00/ano), 100 alunos, sendo que 97 frequentavam cursos de graduação (distribuídos nas universidades da região) e 03 alunos, cursos técnicos.

## **8. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

O documento final do Plano Municipal de Educação de Ronda Alta, mantendo o princípio da participação democrática, constituiu-se em uma aula de democracia, um momento ímpar, no qual segmentos das esferas pública e privada, bem como a comunidade civil e organizada de Ronda Alta, definiram os caminhos da educação do município para os próximos dez anos, após sua aprovação.

Uma ação, cujo processo percorreu os seguintes passos: levantamento diagnóstico da situação educacional do município, análise dessa realidade e definição de metas e estratégias do PME com a sociedade, consolidação do texto base sobre as políticas educacionais para o município, culminando com a realização da Conferência Municipal de Educação.

De forma articulada com o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Estadual de Educação (PEE) e em consonância com a Constituição Federal de 1988, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o PME responde as expectativas e especificidades da educação para atender aos anseios da comunidade rondaltense.

Uma realidade que, tendo em vista a adequação às constantes mudanças sofridas pela sociedade, precisa ser constantemente considerada. Nesse contexto, faz-se necessário criar mecanismos de acompanhamento e avaliação da implementação do mesmo, assegurando que prioridades sejam respeitadas, atingindo objetivos e metas estabelecidos através da análise de resultados e redirecionamento de estratégias e execução.

O Plano Municipal de Educação, documento que contém estratégias e políticas para a educação a serem praticadas no Sistema Municipal de Ensino, foi construído a partir do debate democrático com a comunidade educacional e a sociedade civil e tem incluído, no seu conteúdo, a intenção da sua avaliação, tendo por base os documentos oficiais que o originaram.

A avaliação e o monitoramento do Plano Municipal de Educação de Ronda Alta se dará com a participação do Fórum Municipal de Educação, constituído pelas Comissões nomeadas para a elaboração do PME e do Conselho Municipal de Educação, assim como, a Secretaria Municipal de Educação.

A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência do PME, o município utilizará os estudos publicados pelo INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas e também realizará pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação articuladas e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

O resultado desta reflexão sobre as ações em desenvolvimento deverá intervir no processo de gestão da Educação no Município, para que a implementação seja adequada às reais necessidades e possibilidades existentes a cada ano, concretizando passo a passo o ideal sonhado, em consonância com as demais determinações legais vigentes.

## 9. REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. *Plano Municipal de Educação*. Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

BRASIL. *Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar*. Lei Federal nº 10.880 de 09 de junho de 2004.

COUTO, Roque de. *Ronda Alta cidade das águas*. Jornal Folha da Produção. Ronda Alta, 13 de março de 2015.

COUTO, Roque de. *ÊXODO RURAL: seria o fim das comunidades do interior?* Jornal Folha da Produção. Ronda Alta, 27 de março de 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2011.

RIO GRANDE DO SUL. *Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul: Cadernos temáticos para o debate*. Agosto de 2014.

RIO GRANDE DO SUL. *Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar no Rio Grande do Sul*. Lei Estadual nº 12.882 de 03 de janeiro de 2008.

RONDA ALTA. *Autoriza o Poder Executivo Municipal a Subsidiar o Transporte Escolar de Estudantes Universitários, de Cursos Técnicos Profissionalizantes e*

*de Magistério e dá outras Providencias.* Lei Municipal nº 1.729 de 12 de março de 2014.

RONDA ALTA. *Diagnóstico da Realidade Municipal de Ronda Alta – RS.* Secretaria Municipal de Agricultura: Dez/2002.

RÜCKERT, Aldomar A. (Coord.). *A Construção do território na Região de Ronda Alta: ocupação e colonização (1831-1996).* Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ronda Alta, 1999.

SIMONIAN, Lígia T. L. *Visualização: Estado expropria e domina povo Guarani e Kaingang.* Ijuí: FIDENE. Cadernos do Museu, nº 09, 1980.

## **ANEXO I**

### **METAS E ESTRATÉGIAS – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RONDA ALTA**

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, em nosso município, e manter a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos, ampliando o percentual na faixa etária da creche no município, conforme as necessidades e possibilidades.

#### **Estratégias**

1.1. priorizar, a partir da aprovação deste PME, o acesso à educação infantil e fomentar políticas públicas, em regime de colaboração, que fortaleçam a capacidade dos sistemas e das redes de ensino, para ampliar a oferta de atendimento educacional com qualidade e equidade social em alinhamento ao que propõe o PNE;

1.2. definir, no âmbito do município, estratégias e ações para o progressivo cumprimento da meta, de forma a atingir, até 2016, o correspondente a 100% do percentual definido para o atendimento da faixa de 4 a 5 anos de idade;

1.3. definir, no âmbito do município, diagnóstico e monitoramento de estratégias e ações para o progressivo cumprimento da meta, de forma a atingir, nos primeiros cinco anos de vigência, o correspondente à 50% (cinquenta por cento) definido pela meta municipal para o atendimento da faixa de 0 a 3 anos de idade.

1.4. elaborar e desenvolver plano de ação, coordenado pela SME (Secretaria Municipal de Educação) e CME (Conselho Municipal de Educação), em regime de colaboração entre órgãos públicos da Educação, da Saúde, da Assistência Social, do Ministério Público e das representações da sociedade civil,

orientando formas de busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos e assegurando o direito constitucional à educação escolar obrigatória, a todas as crianças a partir dos 4 (quatro) anos;

1.5. realizar, anualmente, no município, sob responsabilidade da SME E CME, chamada pública para a faixa etária da pré-escola (4 anos a 5 anos de idade);

1.6. realizar, semestralmente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.7. realizar anualmente, a partir da aprovação deste Plano, censos educacionais no Sistema de Ensino Municipal, estabelecendo estratégias de levantamento de dados sobre a Educação infantil (0 a 5 anos) para caracterizar a demanda reprimida e a necessidade por vagas;

1.8. fazer cumprir, as exigências mínimas de qualidade para o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil públicas e privadas, de forma a atender todas as crianças, respeitando as diversidades, assegurando o atendimento das características das distintas faixas etárias e das necessidades nos processos educativos, como recomendam as Resoluções do Conselho Municipal de Educação;

1.9. estabelecer, no município, a partir da vigência deste plano, em articulação com as Instituições de Ensino Superior que tenham experiência na área, um sistema de acompanhamento da Educação Infantil, nos estabelecimentos públicos e privados, visando ao apoio técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade e à garantia do cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos pelas diretrizes nacionais e estaduais;

1.10. assegurar permanentemente, por meio de ações dos órgãos administradores e normatizadores do sistema de ensino, infraestrutura necessária para um trabalho pedagógico de qualidade, desde a construção

física, até os espaços de recreação e ludicidade, a adequação de equipamentos nas escolas existentes, tecnologias, acessibilidade, assim como naquelas a serem criadas e ampliadas, para atender a demanda existente, de acordo com as exigências dos respectivos sistemas de ensino;

1.11. manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas às normas de acessibilidade, vínculos com o programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.12. efetivar mecanismos de colaboração, sob a coordenação dos órgãos administradores e normatizadores do sistema, entre os setores de Educação, da Saúde e da Assistência e Integração Social, no sentido de atender as necessidades mínimas para o bem-estar da criança, definidos neste plano municipal;

1.13. assegurar, pelo Sistema Municipal de Ensino, que em até três anos todas as instituições de educação infantil tenham atualizado seus Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares, com a participação das comunidades envolvidas, adequando-os às normas dos respectivos Sistemas de Ensino;

1.14. organizar, a partir da vigência deste Plano, um sistema anual de informações estatísticas e de divulgação da avaliação da política de atendimento da Educação Infantil no Município, sob a responsabilidade da SME e CME;

1.15. fortalecer mecanismos de acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de Assistência e Integração Social, Saúde e Proteção à Infância;

1.16. priorizar o acesso à educação infantil e promover a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as)



com deficiência, transtorno global do desenvolvimento-TGD, transtornos do espectro autista-TEA e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nesta etapa da educação básica;

1.17. promover o atendimento das populações do campo e, em regime de colaboração entre os entes federados, das populações indígenas, na educação infantil, nas respectivas comunidades, de forma a atender as suas especificidades, particularidades históricas e culturais, assegurando o direito à Educação;

1.18. realizarmapeamento da população indígena de zero à três anos de idade e desenvolver estudos, em regime de colaboração entre os entes federados e Comunidade Indígena, com o objetivo de viabilizar a construção de Redutos Infantis Indígenas, para a população indígena de zero a três anos de idade, garantindo infraestrutura e recursos humanos, materiais e pedagógicos necessários e adequados para atender as especificidades e particularidades históricas e culturais dessa população;

1.19. estimular,por meio de ações da Secretaria Municipal de Educação o acesso à educação infantil em tempo integral para as crianças que estão em creches e garantir, progressivamente, o acesso à educação infantil em tempo integral para as crianças que estão em pré-escolas, conforme o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;

1.20. promover a formação inicial e continuada dos profissionais da Educação Infantil, garantindo o atendimento por profissionais com formação superior e específica para a Educação Infantil;

1.21. garantir formação continuada aos professores da educação infantil para atuarem na inclusão de crianças com deficiência, transtorno global do desenvolvimento-TGD, transtornos do espectro autista-TEA, altas habilidades ou superdotação em classes comuns, contando com monitor de apoio em sala

de aula, quando necessário, por meio de ações articuladas da Secretaria Municipal de Educação;

1.22. efetivar políticas em regime de colaboração entre os entes federados e instituições de ensino superior, para qualificar os profissionais da Educação Infantil, ampliando as possibilidades da graduação, extensão e pós-graduação.

Meta 2: universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam esta etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

Estratégias:

2.1. assegurar o direito à educação, matrícula e permanência dos estudantes, cumprindo o que indica a Constituição Federal no que se refere à obrigatoriedade da conclusão do Ensino Fundamental, envolvendo as redes de ensino do município que ofereçam essa modalidade de ensino, a Secretaria Municipal de Educação, as Coordenadorias Regionais de Educação-CRE/SEDUC, demandando o apoio técnico e financeiro da União;

2.2. criar, sob responsabilidade das escolas e da Secretaria Municipal de Educação, no prazo de dois (2) anos da aprovação do PME, mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do Ensino Fundamental, fortalecendo o monitoramento do acesso, da permanência e avaliando o aproveitamento escolar dos estudantes, em especial os beneficiários de programas de transferência de renda;

2.3. regularizar o fluxo escolar no âmbito de cada sistema de ensino, por meio de ações planejadas pelos órgãos gestores, reduzindo progressivamente as taxas de repetência e de evasão por meio de apoio pedagógico, programas de aceleração da aprendizagem, recuperação concomitante ao longo do curso e recursos materiais e humanos que garantam aprendizagem com qualidade;

2.4. elaborar, sob responsabilidade da SME, CME e Gestores Escolares, um sistema de avaliação institucional das unidades de ensino do Sistema Municipal de Ensino e monitoramento da aprendizagem dos estudantes, que respeite as peculiaridades de cada unidade de escolar, a partir de dimensões e indicadores que considerem as diretrizes curriculares do Ensino Fundamental de 9 anos, com periodicidade anual, a partir do terceiro ano de vigência deste PME-RA, visando o alcance da meta em cada escola;

2.5. atualizar, qualificar e aprofundar permanentemente a organização político-pedagógica das instituições educacionais do Sistema Municipal de Ensino, sob orientação da SME e CME e, em articulação com as coordenações pedagógicas das escolas, com vistas ao atendimento do processo de desenvolvimento e aprendizagem de todas as crianças e jovens no Ensino Fundamental;

2.6. promover, através de planejamento conjunto entre a SME, CME e Coordenações Pedagógicas das Escolas, a aproximação entre propostas pedagógicas da rede municipal e da rede estadual de ensino, a partir do desenvolvimento de políticas de formação docente e da análise das ações desencadeadas no conjunto das redes de ensino, visando ao alcance da meta.

2.7. garantir permanentemente, por parte das mantenedoras, recursos financeiros que possam suprir as necessidades pedagógicas, de recursos humanos com equipe multiprofissional composta por psicólogo escolar, psicopedagogo, fonoaudiólogo e assistente social e, a manutenção dos espaços criados a partir da universalização, visando à permanência e à aprendizagem efetiva de todos educandos, assim como prever recursos financeiros para espaços que vierem a ser criados;

2.8. promover de forma sistemática, a partir da aprovação do PME, sob responsabilidade compartilhada da CRE, SME, CME e as escolas estaduais e municipais, mapeamento, por meio de censo educacional e da busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, visando localizar a demanda e garantir a universalização da oferta do ensino obrigatório, fortalecendo parcerias com

órgãos públicos de Assistência e Integração Social, Saúde e proteção à infância, adolescência e juventude e RAE – Rede de Apoio à Escola, para diminuir os índices de evasão e abandono em todas as etapas do Ensino Fundamental;

Meta3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até 2019, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 80% (oitenta por cento) e, até o final do período de vigência do PNE, para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

3.1. fortalecer e aprimorar, por ações do Município e do Estado, os mecanismos que garantem o acesso e a frequência dos jovens à escola, através das redes de atendimento, conselho tutelar, políticas de assistência e apoio aos jovens e suas famílias, a partir da vigência deste Plano;

3.2. contribuir, articulado com a SEDUC-RS, para a implementação de política de gestão da infraestrutura no Ensino Médio que assegure progressivamente,

a) o atendimento da totalidade dos egressos do Ensino Fundamental e a inclusão dos alunos com defasagem de idade e dos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento-TGD, transtornos do espectro autista-TEA, altas habilidades ou superdotação, no prazo de três anos, a contar da vigência deste Plano.

b) a expansão gradual do número de matrículas no Ensino Médio de acordo com a demanda de vagas necessárias à universalização desta etapa;

c) a correção de fluxo, alcançando, no prazo de 5 anos, 80% e, até o final do plano, 85%;

3.3. apoiar os processos de reestruturação curricular em curso, participando da orientação de práticas pedagógicas com abordagens estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados

em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte.

3.4. contribuir para a implementação, a partir da aprovação do Plano, de programas e ações de correção de fluxo do Ensino Médio, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como apoio pedagógico, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.6. estruturar e fortalecer, no prazo de um ano a partir da aprovação deste Plano, o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda no Ensino Médio, por meio de ações das secretarias de educação e escolas, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo da escola, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude;

3.7. promover estratégias sistemáticas, a partir da aprovação do Plano, para a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com as famílias, os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude, Escolas RAE e SME.

3.8. pleitear junto a SEDUC-RS projetos arquitetônicos com o objetivo de adaptar prédios escolares para o atendimento a alunos com deficiência, a contar da vigência deste Plano, com autorização de funcionamento de novas instituições de Ensino Médio conforme padrões normativos vigentes previstos em lei, por meio de ações da administradora dos sistemas de ensino;

3.9. colaborar com a SEDUC-RS, na orientação de suas unidades escolares a participarem, anualmente, dos processos de avaliação institucional e monitoramento da aprendizagem dos estudantes, com dimensões e indicadores pautados nas diretrizes curriculares da educação básica, visando ao alcance da meta em cada escola;

3.10. incentivar a criação, a partir da aprovação deste Plano, de políticas e programas que instituam mecanismos para a redução dos índices de reprovação e de evasão, principalmente, nos cursos noturnos e, sob a responsabilidade da instituição de ensino e sua mantenedora, o estímulo à participação dos adolescentes e jovens nos cursos das áreas tecnológicas, científicas e artístico-culturais com foco na qualificação social e profissional para aqueles que estejam com defasagem no fluxo escolar ou os que estão afastados da escola

3.11. apoiar a reestruturação e atualização das propostas político-pedagógicas da instituição de Ensino Médio, que visem a implementação de práticas de avaliação na perspectiva emancipatória e da progressão continuada, que superem a repetência e reprovação;

3.12. incentivar, por meio de ações dos órgãos gestores dos sistemas de ensino, que as organizações representativas dos segmentos da comunidade escolar, Círculos de Pais e Mestres, Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis e outros, sejam espaços de participação social na gestão democrática escolar e do exercício cotidiano da cidadania;

3.13. implementar, sob coordenação dos órgãos gestores dos sistemas de ensino, a partir da aprovação do PME, políticas de prevenção à evasão motivada por preconceitos ou quaisquer formas de discriminação às identidades étnico-raciais, à orientação sexual, à identidade de gênero, fortalecendo as redes e ações de proteção contra formas associadas de exclusão, articulando práticas solidárias na resolução de conflitos;

3.14. expandir, sob responsabilidade dos órgãos gestores dos sistemas de ensino, o atendimento do Ensino Médio gratuito com qualidade social para as pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento-TGD, transtornos do espectro autista-TEA, altas habilidades ou superdotação, a fim de atender a demanda;

3.15. estimular a expansão do atendimento do Ensino Médio gratuito com qualidade social para as populações do campo, para as comunidades indígenas, respeitando as suas características interesses e necessidades;

3.16. pleitear junto a SEDUC-RS a acessibilidade de comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em turmas específicas de surdos ou com intérpretes de Libras em turmas ouvintes no Ensino Médio possibilitando o ingresso e a permanência de estudantes surdos nesta etapa, incentivando a formação inicial e continuada de professores para atender essa demanda;

3.17. assegurar, junto as mantenedoras das redes e instituições de ensino, que, em três (03) anos, pelo menos 50% e, em seis (06) anos, a totalidade das escolas disponha de equipamentos tecnológicos, laboratórios de ciências(Química, Física e Biologia) e laboratórios de informática suficientes, com internet banda larga de conectividade e velocidade compatível com as necessidades, bem como supridos de *softwares* adequados à modernização da administração e para o apoio à melhoria do ensino e da aprendizagem;

3.18. incentivar e expandir a oferta de estágio para estudantes do Ensino Médio, preservando-se o seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à contextualização curricular e ao desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho;

3.19. apoiar a oferta permanente de programas eficazes de qualificação para a equipe gestora e para os trabalhadores em educação das instituições de Ensino Médio, estimulando a formação de professores para atuarem nas áreas de conhecimento com carência de recursos humanos habilitados, em parceria com instituições de ensino superior, visando à adequação dos currículos acadêmicos ao atendimento da pluralidade do Ensino Médio;

3.20. assegurar a continuidade da implementação do princípio da integração entre cultura, ciência e trabalho como fundamento epistemológico e pedagógico, orientador da política curricular para o Ensino Médio, em todas as suas modalidades, que visa à formação dos estudantes e à constituição plena da sua cidadania;

3.21. incentivar a formação de professores, contemplando no currículo as diretrizes para as políticas de inclusão escolar de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento-TGD, transtornos do espectro autista-TEA, altas habilidades ou superdotação e surdos;

3.22. colaborar, a partir da aprovação deste PME, na reorganização do Ensino Médio noturno, de forma a adequá-lo cada vez mais às características e necessidades dos estudantes trabalhadores/as, sem prejuízo à qualidade social de ensino, por meio das ações da SEDUC-RS e CEED;

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento (TGD), transtornos do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

4.1. promover permanentemente, em parceria com as instituições de ensino e suas mantenedoras, o atendimento escolar a todas as crianças e adolescentes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a LDBEN/96;

4.2. manter e ampliar, ao longo da vigência deste PME, o número de salas de recursos multifuncionais, fomentando, em regime de colaboração entre os entes federados, a formação inicial e continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado na perspectiva da educação inclusiva, nas escolas urbanas, do campo e nas comunidades indígenas;



4.3. garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento - TGD, transtornos do espectro autista - TEA e altas habilidades ou superdotação, matriculados na educação básica, conforme necessidades identificadas por meio de avaliação, ouvidos os professores, as famílias e os estudantes, sob responsabilidade das mantenedoras das redes públicas e privadas;

4.5. manter e ampliar, a partir da aprovação do PME, programas suplementares de educação que promovam a acessibilidade nas instituições públicas e privadas, garantindo, a partir do acesso, a permanência com aprendizagens dos estudantes com deficiências, por meio das adequações arquitetônicas, da oferta de transportes acessíveis, da disponibilidade de materiais didáticos próprios e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando a perspectiva da educação inclusiva no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, sob responsabilidade das mantenedoras das instituições públicas e privadas;

4.6. garantir, a partir da aprovação do PME, a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos, para estudantes de 4 anos a 17 anos de idade, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos artigos 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, extensivo também nas modalidades de ensino de educação de jovens e adultos, educação profissional, educação do campo, indígena e no ensino superior, sob responsabilidade das mantenedoras das instituições públicas e privadas;

4.7. garantir, a partir da aprovação do PME, a oferta de educação inclusiva, em regime de colaboração entre as Secretarias do Estado e do Município e as redes de apoio aos sistemas educacionais, como a saúde, ação social e

cidadania, para atender as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, promovendo a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.8. fortalecer, a partir da aprovação deste PME, sob coordenação da SME em parceria com a SEDUC-RS, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiências, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, beneficiários de programas de transferência de renda, combatendo as situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência e integração social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

4.9. desenvolver, a partir da aprovação deste PME, a socialização de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como a melhoria das condições de acessibilidade dos/as estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação;

4.10. promover, a partir da aprovação deste PME, a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as comunidades e famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiências, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.11. apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação e serviço de psicologia escolar, psicopedagogo, fonoaudiólogo e assistente social para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com

deficiências, transtorno global do desenvolvimento-TGD, transtornos do espectro autista-TEA e altas habilidades ou superdotação, garantindo a presença de professores no atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.12. incentivar, a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no *caput* do artigo 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação;

4.13. articular e realizar diagnósticos da demanda por Educação Especial nas escolas do campo e nas comunidades indígenas, visando criar políticas estadual e municipal de atendimento a esses estudantes que necessitam de atendimento educacional especializado, bem como as discussões sobre a infraestrutura necessária para o seu funcionamento, conforme manifestação de interesse daquelas comunidades, garantindo-lhes a autonomia nas decisões e o cumprimento da legislação para a educação indígena;

4.14. adotar, a partir da aprovação deste PME, no Sistema de Ensino Municipal, providências para que as crianças e os jovens com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades e superdotação, objeto da modalidade de Educação Especial na perspectiva da inclusão, residentes no campo, também tenham acesso à Educação Básica, preferencialmente em escolas comuns das redes de ensino na própria comunidade ou próximas dela;

4.15. garantir, através do regime de colaboração entre os entes federados, recursos orçamentários para adequar as unidades escolares com equipamentos de informática e materiais didático-pedagógicos, apoiando a melhoria das aprendizagens, flexibilizando currículos, metodologias de ensino,

recursos didáticos e processos de avaliação, tornando-os adequados aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades e superdotação, em consonância com o projeto político-pedagógico da escola;

4.16. incentivar a formação continuada para qualificar professores indígenas para atendimento educacional especializado sob responsabilidade da SEDUC-RS, em parceria com as instituições de Ensino Superior.

4.17. incentivar a criação das línguas Kaingang e Guarani de sinais para estudantes surdos, sob responsabilidade da SEDUC-RS, em parceria com as instituições de Ensino Superior.

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

Estratégias:

5.1. elaborar, no prazo de vigência de dois anos a partir da aprovação deste PME, diagnóstico considerando dados de alfabetização até o terceiro ano do EF, formação docente dos professores, práticas pedagógicas e de avaliação, sob a responsabilidade da SME e CME;

5.2. elaborar um plano de ação, até o terceiro ano de vigência deste Plano, com base no diagnóstico realizado, que contemple estratégias de práticas pedagógicas como apoio pedagógico e avaliação, em cada escola, sob responsabilidade das coordenações pedagógicas das escolas e da Secretaria Municipal de Educação;

5.3. estruturar, sob responsabilidade da SME, CME e escolas a organização do Ensino Fundamental de nove anos com foco no ciclo de alfabetização nos primeiros três anos do Ensino Fundamental, sob a lógica da avaliação com progressão continuada, a partir da vigência deste Plano, fundamentado nas diretrizes curriculares desta etapa;

5.4. estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, e equipe multiprofissional como: psicólogo escolar, psicopedagogo, fonoaudiólogo e assistente social, quando necessário, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.5. instituir instrumentos de avaliação da aprendizagem, periódicos e específicos, para aferir a alfabetização das crianças, aplicados anualmente, com respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento;

5.6. garantir, fazendo constar nas propostas político-pedagógicas das escolas, sob a responsabilidade dos órgãos gestores do sistema, a dimensão da ludicidade e do brincar nos currículos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, respeitando as características da faixa etária dos estudantes;

5.7. desenvolver, no âmbito de cada sistema de ensino e na articulação entre os mesmos, tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.8. promover a alfabetização de crianças do campo e indígenas e de populações itinerantes, sob responsabilidade das mantenedoras, com organização curricular e produção de materiais didáticos específicos, desenvolvendo instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural dessas comunidades;

5.9. promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu* e ações de formação continuada de professores para a alfabetização, sob coordenação da

Secretaria Municipal de Educação, em parceria com as instituições de ensino superior, a contar da vigência do Plano;

5.10. promover, por meio de ações das mantenedoras, a alfabetização bilíngue das pessoas surdas, considerando as suas especificidades, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

5.11. estimular, através de ações das mantenedoras, a alfabetização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

5.12. garantir, no âmbito de cada sistema de ensino, infraestrutura, recursos humanos e materiais que viabilizem o apoio necessário para a alfabetização de todos os estudantes até o terceiro ano do Ensino Fundamental.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Estratégias:

6.1. elaborar, no segundo ano de vigência do PME, sob responsabilidade da SME, ações para a expansão e qualificação da educação em tempo integral, definindo submetas que permitam o alcance dos percentuais propostos em nível municipal, a partir de fundamentações conceituais sobre educação integral, ampliando para 50% de escolas e atendendo 20% dos estudantes até 2019 e cumprindo o alcance total da meta até o final da vigência do PME;

6.2. promover a reorganização/adequação do espaço físico e pedagógico das instituições de ensino, contemplando a acessibilidade e as dimensões indissociáveis do educar e cuidar e promovendo adequação que contemple a variabilidade didática, ludicidade, práticas esportivas e culturais, orientadas

pela função da escola de promoção da formação integral, sob responsabilidade das mantenedoras;

6.3. promover, em regime de colaboração, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de orientações de estudos e leituras e atividades multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a jornada de trabalho de professores, preferencialmente, em uma única escola;

6.4. institucionalizar e manter, em regime de colaboração entre os entes federados, programa de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios de aprendizagem, de ciências e de informática (com acesso de banda larga à rede mundial de computadores e com quantidade e qualidade suficiente de equipamentos), espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.5. garantir a articulação das escolas com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários, por meio de ações da SME, prevendo os recursos financeiros necessários;

6.6. garantir às escolas do campo e de comunidades indígenas a oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais, sob coordenação da SME e instituições de ensino;

6.7. ofertar a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento - TGD, transtorno do espectro autista - TEA e altas habilidades ou superdotação para toda a Educação Básica,

assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental	6.2	6.3	6.4	6.5
Anos finais do Ensino Fundamental	5.1	5.3	5.6	5.8
Ensino Médio	4.3	4.7	5.0	5.2

Estratégias:

7.1. constituir sistema de avaliação institucional, que contemple a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, oportunizando a auto avaliação de cada segmento, sob responsabilidade da SME, CME e instituições de ensino, visando à indução de processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos(as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática, no prazo de dois anos a partir da vigência deste Plano;

7.2. elaborar, formalizar e executar as ações e subações do Plano de Ações Articuladas (PAR), dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e



professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.3. incentivar o desenvolvimento, selecionar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para *softwares* livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, buscando atingir as metas do IDEB;

7.4. garantir transporte gratuito para todos os estudantes que dele necessitem, priorizando a educação do/no campo, na faixa etária da educação escolar obrigatória, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.5. universalizar, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica;

7.6. promover e estimular a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação, provendo formação continuada neste campo, a todos os professores, por meio de ações da SME e Instituições de Ensino Superior;

7.7. prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a Internet, sob responsabilidade da SME e Instituições de Ensino;

7.8. garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.9. garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.10. consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial;

7.11. desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do/no campo e para as comunidades indígenas, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena e disponibilizando materiais didáticos específicos, produzidos pela comunidade indígena e/ou do campo com recursos financeiros do Estado e MEC inclusive para os (as) alunos (as) com deficiência.

7.12. mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais, por meio de ações do Conselho Municipal de Educação;

7.13. universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.14. promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

Meta 8: Contribuir para elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência do PNE para as populações do campo, comunidades indígenas e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre os municípios, com vistas à superação da desigualdade educacional.

## Estratégias:

8.1. desenvolver programas, sob responsabilidade da SME e Escolas, a partir da aprovação deste PME, que desenvolvam metodologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão, bem como priorizar nesse acompanhamento os estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais apontados pela meta;

8.2. manter e implementar, a partir da aprovação deste PME, sob coordenação da SME, em parceria com Escolas e instituições de Ensino Superior, programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associando esses programas às estratégias sociais que possam garantir a continuidade da escolarização, com acesso gratuito ao ensino fundamental, ao ensino médio e médio integrado à educação profissional para os jovens, adultos e idosos;

8.3. promover, sob coordenação do município, em parceria com as áreas da saúde, assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados na meta, identificando motivos de afastamentos e colaborando com os sistemas e redes de ensino na garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública;

8.4. assegurar, a partir da aprovação deste PME, sob responsabilidade da SME e Escolas de sua rede, que a Educação do Campo ofereça o indispensável apoio pedagógico aos estudantes, incluindo condições infraestruturais adequadas, bem como materiais pedagógicos, equipamentos e tecnologias da informação, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo;

8.5. garantir formação continuada aos docentes, em temas contemporâneos como os direitos humanos, os contextos sociais, culturais e ambientais, fortalecendo a função social da educação como indutora de práticas de

respeito ao outro e como propulsora de ações solidárias que ajudem a desenvolver o espírito republicano, auxiliando a comunidade escolar no enfrentamento dos preconceitos, sob coordenação da SME, em parceria com as instituições privadas e Instituições de Ensino Superior;

8.6. assegurar, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, a partir da aprovação deste PME, política de formação continuada aos segmentos escolares, ampliando os espaços para reflexão nas escolas, que envolvam as famílias, os estudantes e os profissionais da educação, docentes e não docentes, nas discussões sobre questões de direitos humanos, etnia, gênero e sexualidade;

8.7. prover, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação em parceria com o Estado e a União, as bibliotecas escolares com acervo composto por documentos, textos, livros, revistas e recursos audiovisuais, mídias digitais, que tenham como referência os estudos sobre direitos humanos, etnias, comunidades quilombolas e indígenas, gênero e sexualidade;

8.8. assegurar, sob responsabilidade do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação, que no sistemas de ensino público e privado sejam cumpridos os termos das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” – Resolução 1/2004 do CNE/CP. Diretrizes que devem ser observadas pelas instituições de ensino que atuam nos níveis e modalidades da Educação Básica.

8.9. garantir, a partir da aprovação desse PME a disponibilização de material didático e de apoio pedagógico que trata da realidade indígena e afro-brasileira e produção desse material em articulação com as comunidades, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior, promovendo o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº9394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Meta 9: Contribuir para elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 94% (noventa e quatro por cento) até 2015 e, até o final da vigência do PNE, universalizar a alfabetização e reduzir em 60% (sessenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1. garantir, a partir da aprovação deste PME, a oferta gratuita da educação para jovens e adultos na modalidade de EJA, fortalecendo o compromisso com a universalização da alfabetização, que implica em viabilizar a continuidade dos estudos a todos os estudantes que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2. realizar, a partir da aprovação deste PME, sob coordenação da SME e em parceria com as Escolas, no segundo ano de vigência deste Plano, diagnóstico da situação dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, identificando os números e as necessidades dos estudantes para que se tenha o conhecimento da demanda ativa por vagas e se assegure o adequado planejamento da oferta, considerando a faixa etária, o turno adequado e a variabilidade didático-metodológica;

9.3. incentivar, a partir da aprovação do PME, sob coordenação da SME, a participação em programas de capacitação para a população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal, articulando sistemas de ensino, rede federal de educação profissional e tecnológica, universidades, cooperativas e associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros tecnológicos de ensino, que favoreçam a efetiva inclusão tecnológica social e produtiva dessa população;

9.4. realizar, em parceria Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência e Ação Social, a partir da aprovação deste PME, o mapeamento da população analfabeta, por meio de censo educacional, visando localizar tal população, construindo estratégias de inclusão nas ações e programas de educação de jovens e adultos.

9.5. realizar periodicamente, sob responsabilidade do Sistema de Ensino Municipal, chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, com ampla divulgação e formas de busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com as organizações da sociedade civil e implementar ações de alfabetização para jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica, estabelecendo mecanismo e incentivos que integrem, em regime de colaboração, os sistemas de ensino e os segmentos empregadores, públicos e privados, no sentido de promover e compatibilizar a jornada de trabalho dos trabalhadores com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

9.6. garantir, por meio de ações da Secretaria Municipal de Educação, Saúde e Assistência e Integração Social, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de universalização da alfabetização, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, preferencialmente com atividade diurnas, visando também a implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento, da velhice e do estatuto do idoso nas escolas;

9.7. assegurar, a partir da aprovação deste PME, em regime de colaboração entre os entes federados, a qualificação das ações de infraestrutura por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, que facilitem e qualifiquem as condições de estudo aos alunos da educação de jovens e adultos;

9.8. estabelecer programas permanentes, em parceria entre União, Estado e Município, que assegurem às escolas públicas de ensino fundamental e médio a oferta de projetos de alfabetização, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais propostas para a Educação de Jovens e Adultos;

Meta 10: Apoiar programas e ações para oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias:

10.1. garantir, a partir da aprovação do Plano, sob responsabilidade do Sistema Municipal de Educação, a oferta pública e gratuita de formação para trabalhadores, integrando formas da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos, buscando junto as IES, cursos profissionalizantes;

10.2. estimular, resguardadas as competências, a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, com inter-relações entre teoria e prática, nos eixos das ciências, do trabalho, das tecnologias, da cultura e cidadania, de forma a organizar os tempos e os espaços pedagógicos adequando-os às características desses estudantes, incluindo mecanismos de reconhecimento dos saberes e das experiências dos jovens e adultos trabalhadores;

10.3. contribuir, resguardadas as competências, com a expansão das matrículas na Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a Educação Profissional, objetivando o acesso, a permanência, as aprendizagens e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos, promovendo a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.

10.4. construir, a partir da aprovação deste PME, formas de associar o ensino fundamental para jovens e adultos indígenas e não indígenas aos cursos de formação profissional, através de convênios entre Estado, Município e entidades com finalidades profissionalizantes e IES, articulando as políticas de Educação de Jovens e Adultos às ações afirmativas e solidárias de geração de trabalho e renda e que, também possibilitem aos jovens e adultos indígenas atuarem nas atividades socioeconômicas e culturais de suas comunidades,



com vistas à afirmação das identidades indígenas e da sustentabilidade em seus territórios;

10.5. prover, em regime de colaboração, a partir da aprovação deste PME, formação continuada e permanente dos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos, aderindo aos programas de produção e fornecimento de material didático-pedagógicos adequados aos estudos nessa modalidade em nível de ensino fundamental e médio.

10.6. garantir nos currículos escolares foco no direito à diversidade e afirmação dos direitos humanos, implementando o estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069/1990, da história e cultura afro-brasileira e indígena – Lei 11.645/2008, dos direitos humanos – Parecer CNE/CP nº 08/2012 e Resolução nº CNE/CP 01/2012, das questões ambientais - Lei Nº 9.795/1999, questões de gênero e sexualidade, fazendo constar nas propostas pedagógicas das escolas, sob responsabilidade da SME e instituições de Ensino.

Meta 11: Contribuir para triplicar, até o último ano de vigência do PNE, as matrículas da Educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade social da oferta e, no mínimo 50% da expansão no segmento público.

Estratégias:

11.1. elaborar, em regime de colaboração, a partir da aprovação do PME, planejamento conjunto de expansão da oferta, das matrículas de educação profissional técnica de nível médio, em articulação com os entes federados, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da Educação Profissional, de forma a ampliar as matrículas, com incentivo para o deslocamento até escolas técnicas da região e nos cursos oferecidos na modalidade semi presencial em nosso município por Institutos Federais de Educação;

11.2. apoiar ações da SEDUC-RS para a implementação da Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, na perspectiva da educação politécnica e tecnológica e ações visando adequações de estruturas físicas, de materiais, de formação e de condições de trabalho docente;

11.3. apoiar, a partir da aprovação do PME, a oferta de educação profissional técnica de nível médio no setor público e privado, para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com possibilidade de certificação em terminalidade específica, por meio de ações dos órgãos gestores do sistema, assim como para as populações do campo e povos indígenas, visando à superação das desigualdades étnico raciais e regionais no acesso e na permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas;

11.4. buscar junto a mantenedora a garantia, a partir da aprovação do PME, acessibilidade de comunicação, por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras) com intérpretes de Libras e tecnologia assistiva em Braille em turmas onde estejam incluídos alunos surdos e cegos, do Ensino Médio, possibilitando o ingresso de estudantes surdos nas escolas públicas, sob responsabilidade dos órgãos gestores do sistema de ensino;

11.5. buscar junto a mantenedora a garantia, a partir da aprovação do PME, a presença de monitores junto aos alunos incluídos do Ensino Médio, com deficiência física e paralisia cerebral que tenham comprometidos os movimentos mínimos para seu deslocamento, alimentação e realização de suas necessidades fisiológicas;

11.6. potencializar, no Ensino Médio, a educação tecnológica e politécnica como fenômeno histórico atual, numa concepção de educação que tem o trabalho como princípio educativo, em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais e estaduais, que relacionem as novas tecnologias e as novas profissões com os saberes e as formas de trabalhos existentes em cada

comunidade, visando ao desenvolvimento de processos colaborativos entre conhecimento e produção;

Meta 12: Contribuir para elevar a taxa bruta da matrícula na educação superior para 55% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 37% (trinta e sete por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias:

12.1. apoiar ações para elevação gradual da taxa de ingresso e conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas instituições públicas e privadas, de modo a reduzir as desigualdades étnicorraciais, e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico, mantendo o incentivo através de transporte subsidiado pelo poder público local e dando atenção especial aos cursos de educação superior pública e gratuita prioritariamente às licenciaturas, para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas com déficit de profissionais;

12.2. continuar oportunizando no Município, em parceria com as IES a oferta de estágios remunerados como parte da formação na educação superior e média;

12.3. fomentar a participação do município nas ações do fórum de IES, nos estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais da região e do município;

12.4. mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, por meio de ações articuladas das IES e técnico com o município,

considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.

12.5. fortalecer os laboratórios de informática do município visando proporcionar apoio tecnológico e pedagógico para pesquisa.

12.6. buscar parcerias com as IES, através de estudos e pesquisas, no âmbito da formação de professores para a educação básica visando a proposição de novos cursos de licenciaturas que inovem em termos de arquiteturas curriculares e que sejam projetados em consonância com as demandas dos avanços contemporâneos do conhecimento, da ciência, e das artes.

Meta 13: Contribuir para elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Estratégias:

13.1. participar de fóruns de discussão nas IES, com a SEDUC-RS e Secretaria Municipal de Educação, visando a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos(as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnicorraciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência.

13.2. garantir progressão no Plano de Carreira do Magistério local aos professores mestres e doutores.

Meta 14: Contribuir para elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores a nível nacional.

#### Estratégias:

14.1. expandir, por meio de planejamento articulado com as IES, a procura de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, utilizando inclusive as metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância.

14.2. incentivar a formação de mestres e doutores, através da concessão de Licença para Qualificação Profissional-LQP, remunerada, para professores da rede municipal de ensino que frequentam cursos de pós-graduação *strictu sensu*, para a realização de estudos e pesquisas voltadas a investigação, planejamento e execução dos processos pedagógicos no cotidiano escolar e dos processos de formação de professores da educação básica pública, contribuindo, na aplicação prática e teórica, de metodologias de Ensino e Aprendizagem, na rede de ensino, por pelo menos o mesmo período que vigorar a sua LQPe, em caso do profissional que tiver duas nomeações, garantir que pelo menos em uma delas fique vinculado a rede de ensino, por pelo menos, pelo período em que perdurar sua LQP, a contar da conclusão de seu curso;

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do Art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

#### Estratégia:

15.1. assegurar que o ingresso ao Magistério Público Municipal se dê por Concurso Público e para professores com formação de nível superior na área de atuação;

Meta 16: assegurar que 90% (noventa por cento) dos professores e professoras da educação básica tenham formação, em nível de pós-graduação, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos/as os/as profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextos dos sistemas de ensino.

Estratégias:

16.1. assegurar aos professores, em regime de colaboração entre os entes federados, a partir da aprovação deste PME, tempo específico para estudos e planejamentos, estabelecendo condições efetivas para o desenvolvimento de pesquisas e projetos acadêmicos e pedagógicos, que garantam a formação continuada de professores, facilitando o acesso às fontes de pesquisa e aos materiais de apoio pedagógico;

16.2. expandir o acesso aos programas de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura, de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, a serem disponibilizados para os profissionais da educação das instituições de educação básica e ensino superior;

16.3. ampliar e consolidar, a partir do primeiro ano de vigência do PME, o acesso aos portais eletrônicos para subsidiarem a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato que assegure a acessibilidade plena de comunicação;

16.4. facilitar, a partir do primeiro ano de vigência desse PME, nas redes públicas de educação básica, o acompanhamento dos professores e professoras iniciantes, durante o estágio probatório, e oferecer nesse período formação continuada com aprofundamento de estudos nas áreas de atuação dos/as professores/as, com destaque para os conteúdos que compõe a base curricular nacional, as temáticas transversais, as especificidades locais e as metodologias de ensino de cada campo do saber, sob responsabilidade da SME;

16.5. implementar, sob responsabilidade da SME e CME, no prazo de dois anos de vigência desta Lei, política municipal de formação continuada para funcionários de escola, nas áreas de administração escolar, multimeios, manutenção da infraestrutura escolar e da alimentação escolar, incentivando o aumento do nível de sua escolarização.

Meta 17: valorizar os/as profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos/as demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE.

Estratégias:

17.1. participar, a partir da aprovação deste PME, de fórum permanente de educação que congrega representantes da União, do Estado, do Município e dos trabalhadores em educação para acompanhar a atualização progressiva em relação ao valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de acordo com a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008;

17.2. implementar, sob responsabilidade da SME e CME, no prazo de um ano, no âmbito do Município, discussões relativas ao Plano de Carreira para o magistério, quanto a possibilidade de trajetória para a equiparação dos vencimentos dos profissionais de acordo com os níveis de formação requeridos para o exercício da profissão e revisão da jornada de trabalho, preferencialmente cumprida em um único estabelecimento escolar;

17.3. ampliar o acesso do Município à assistência financeira específica da União, para implementação e complementação quando for o caso, das políticas de valorização dos/as profissionais do magistério, em particular para assegurar a efetivação do piso salarial nacional;

17.4. fortalecer, a partir da aprovação deste Plano, políticas salariais que assegurem a reposição dos índices de inflação e vinculem aumentos reais do valor dos vencimentos, garantida a ampliação das fontes de financiamento.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os/as profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos/as profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

### Estratégias

18.1. promover estudos e discussões sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, existente, no primeiro ano de vigência deste PME, formando comissões permanentes de estudos, com profissionais da educação, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de carreira do Magistério Público Municipal, visando sua adequação à Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008;

18.2. estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do último ano de vigência deste PME, 100% (cem por cento), dos respectivos profissionais do magistério e 20% (vinte por cento), dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;

18.3. garantir ao magistério público valorização e remuneração adequadas, com piso salarial próprio que esteja em acordo com a Lei nº 11.738/2008 e com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, assegurando a promoção funcional por Avaliação de Desempenho, Conforme Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, incentivando a atualização e a especialização contínua dos profissionais da educação;



18.4. promover, a partir da aprovação deste PME, no Plano de Carreira dos profissionais da educação do sistema municipal, licenças remuneradas para qualificação profissional em nível de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) assim como períodos reservados a estudos, planejamentos e avaliação, incluídos na carga horária de trabalho, na proporção definida pela Lei nº 11.738/2008;

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Estratégias:

19.1. demandar o apoio da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME ao Conselho Municipal de Educação e Sistema Municipal de Educação, instituídos, solicitando apoio técnico e formação aos (às) conselheiros (as) do CME.

19.2. implementar lei de gestão democrática nas escolas públicas municipais, quanto ao provimento democrático da função de diretor de escola, garantindo consulta pública à comunidade escolar, no prazo de três anos a contar da aprovação do PME;

19.3. fortalecer os conselhos escolares como instrumentos de participação, deliberação, avaliação e fiscalização na gestão escolar nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.4. constituir sistema de avaliação participativo, que inclua a avaliação interna da instituição escolar e dos servidores, no prazo de cinco anos da vigência do PME;

19.5. estimular e fortalecer o Conselho Municipal de Educação, garantindo a esses colegiado recursos financeiros, espaço físico adequado, quadro de recursos humano disponível, equipamentos e meios de transporte para verificações à rede escolar, com vistas ao desempenho de suas funções;

19.6. ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar e de outros e aos(às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para verificações à rede escolar, com vistas ao desempenho de suas funções;

19.7. manter o Fórum Municipal de Educação, na vigência deste plano, com o intuito de coordenar as conferências municipais e efetuar o acompanhamento da execução, planejamento, replanejamento, rearticulação, avaliação e monitoramento das metas do PME;

19.8. respeitar e incentivar a livre organização estudantil na educação básica, assegurando-se, inclusive, espaço adequado e condições de funcionamento para suas entidades representativas, fortalecendo a sua articulação orgânica com as instâncias da comunidade escolar, em especial com os espaços de deliberação colegiada de gestão escolar, por meio das respectivas representações;

19.9. estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos e regimentos escolares, currículos escolares, planos de gestão escolar, assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade no planejamento e na avaliação institucional;

19.10. desenvolver políticas de formação de diretores e gestores escolares a fim de qualificar sua atuação nas dimensões político-pedagógica, administrativa

e financeira da instituição, com oferta anual, através do regime de colaboração e ações próprias de cada ente federado;

19.11. garantir o direito às formas alternativas de gestão, de modo a promover a participação social ampla na gestão democrática escolar, respeitando as necessidades e os costumes de grupos culturais e sociais específicos - cidadãos do campo e membros de populações tradicionais, como indígenas.

19.12. induzir a gestão da educação pública por meios e métodos que estejam baseados na formação para o trabalho e para a vida nos assuntos educacionais, afirmando sua especificidade na formação integral;

19.13. credenciar e autorizar pelo CME todas as instituições de ensino de seu sistema de ensino, durante a vigência deste PME;

19.14. realizar levantamento, registro e avaliação, sob responsabilidade da SME e CME, de todas as ações realizadas em regime de colaboração, na direção vertical e horizontal, no terceiro ano de vigência do plano, juntamente ao diagnóstico de novas demandas e estabelecimento de potenciais/possíveis ações;

19.15. fortalecer as ações conjuntas da Rede de Apoio à Escola –RAE - objetivando a superação da infrequência e evasão escolar;

19.16. fortalecer as ações conjuntas para a garantia do acesso, dentre elas o recenseamento e a chamada pública na educação obrigatória;

Meta 20: Contribuir para ampliar o investimento público em educação pública, assegurando a competência de cada ente federado, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País e no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias:

20.1.fortalecer, a partir da aprovação deste Plano, os mecanismos e os instrumentos que possam assegurar a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, em regime de colaboração entre a Secretaria Municipal de Educação e o Tribunal de Contas do Estado, para que tenham uma atuação qualificada no acompanhamento, na avaliação e no controle fiscal dos recursos, provendo-lhes suporte técnico contábil e jurídico, afim de que exerçam com maior autonomia e segurança as suas funções, assegurando a efetiva fiscalização da aplicação desses recursos por meio do Conselho Municipal de Educação, do Ministério Público, do TCE-RS e dos diversos setores da sociedade;

20.2. cumprir, normas criadas para aplicação do inciso IX do artigo 4º da Lei nº 9.394/96 (LDB), que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica pública, considerando-o como referencial no conjunto de padrões estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem prevendo-se mecanismos de sua atualização monetária a cada ano que considerem a correção inflacionária e o crescimento do PIB *per capita*.

20.3.pleitear a homologação do CAQi pelo MEC até junho de 2016 e, implementar, a partir da regulamentação, na esfera nacional, estadual, e municipal o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como parâmetro para o financiamento da educação em todas etapas e modalidades da Educação Básica no município, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais e investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino, aquisição de material didático-escolar,

alimentação, transporte escolar e investimentos em tecnologia da comunicação.

20.4. ampliar e consolidar, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação, o Sistema Municipal de Ensino e o Conselho Municipal de Educação, assegurando dotação orçamentária aos seus custeios e à capacitação dos conselheiros, para que se garanta o acompanhamento e o controle social sobre as aplicações dos recursos públicos vinculados e destinados à educação nas suas diversas etapas, níveis e modalidades.

20.5. assegurar que a elaboração da proposta orçamentária anual da Secretaria Municipal de Educação seja feita com base no levantamento das principais necessidades da rede escolar, tomando o CAQi como referência em termos de recursos para todas as escolas públicas de educação básica, assegurando insumos para a reestruturação e aquisição de equipamentos, tendo em vista a equalização das oportunidades educacionais.

20.6. garantir, a partir da aprovação do PME, que se aplique o mínimo estabelecido na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal da receita líquida de impostos e transferências em despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), garantindo a referida vinculação na lei orçamentária anual, a ser aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo.

20.7. promover, sob responsabilidade do Fórum Municipal de Educação, debates públicos, participando de mobilização na busca de novas fontes de financiamento exclusivo para a educação, quando do término do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), agindo em regime de colaboração para a aprovação de uma nova emenda constitucional que garanta a continuidade e aperfeiçoamento do financiamento da educação.

20.8. participar, em âmbito municipal, por meio do Fórum Municipal de Educação da discussão quanto à incompatibilidade da Lei de Responsabilidade

Fiscal com a ampliação dos recursos, em especial os destinados à valorização dos profissionais da educação.

20.9. regulamentar, quando do recebimento dos royalties do petróleo e fundo social do Pré-Sal, lei específica para aplicação desses recursos na Educação.

20.10. estimular a implantação do Programa de Educação Fiscal, no âmbito de todas as escolas, desenvolvendo capacitações de disseminadores e professores, com o apoio do Grupo de Educação Fiscal Municipal – GEFIM, visando conscientizar e disciplinar a população quanto ao combate à sonegação fiscal, com o conhecimento aos cidadãos sobre a administração pública, e a alocação dos recursos públicos, estimulando o aumento da arrecadação.

## ANEXO II

### MAPA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE RONDA ALTA



### **ANEXO III**

#### **VISÃO EDUCACIONAL DOS DIVERSOS SEGMENTOS ESCOLARES**

Os dados abaixo apresentados foram obtidos através da pesquisa qualitativa feita com professores, funcionários, pais e alunos das redes municipal e estadual de ensino de Ronda Alta.

De um total de 87 professores, 63 deles, o que corresponde a 72,4%, responderam que o dever de educar cabe a família; 8 professores (9,2%) colocaram que cabe a família, escola, governo e sociedade; 7 professores (8%) afirmam ser a família, escola e sociedade; 5 professores (5,8%) disseram que é dever da família e escola e 4 professores (4,6%) responderam que o dever de educar cabe a família e sociedade.

Quando questionados a respeito do peso que a escolarização tem na vida de um cidadão, 38 professores (43,6%) responderam que tem peso de 100%; 33 professores (38%) responderam que tem peso de 80%; 12 educadores (13,8%) disseram ter peso de 50%; 2 educadores (2,3%) marcaram todas as opções, sendo elas, 100%, 80%, 50% e 10% e 2 professores (2,3%) não assinalaram nenhuma das opções.

Em relação à etapa de escolarização mais importante na vida de um cidadão, 23 professores (26,5 %) afirmaram ser a Educação Infantil; 22 educadores (25,3%) apontaram o Ensino Fundamental; 16 educadores (18,4%) marcaram a Educação Infantil e o Ensino Fundamental; 15 professores (17,2%) responderam que todas as etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior) são importantes; 3 professores (3,5%) apontaram o Ensino Fundamental e Educação Superior; 2 professores (2,3%) afirmaram ser o Ensino Superior; 1 professor (1,1%) respondeu ser o Ensino Fundamental e Médio; 1 professor (1,1%) respondeu ser o Ensino Fundamental, Médio e Educação Superior; 1 professor (1,1%) marcou a Educação Infantil e Ensino Médio; 1 professor (1,1%) apontou a Educação Infantil e Educação Superior como as mais importantes e 2 professores (2,3%) não assinalaram nenhuma das alternativas.

Os professores também responderam sobre o que uma boa escola deve ter: 68 professores (78,2%) marcaram todas as alternativas que são (uma boa



estrutura física, espaços para brincar, gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares); 5 educadores (5,8%) destacaram ser necessário ter professores bem preparados; 4 professores (4,6%) responderam uma boa estrutura física, gestão democrática e oferta de atividades extracurriculares; 3 professores (3,5%) destacaram uma boa estrutura física, espaços para brincar, gestão democrática e professores bem preparados; 2 professores (2,3%) assinalaram uma boa estrutura física e professores bem preparados; 1 professor (1,1%) marcou uma boa estrutura física, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 1 professor (1,1%) assinalou uma boa estrutura física, espaços para brincar, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 1 professor (1,1%) assinalou uma boa estrutura física, gestão democrática e professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 1 professor (1,1%) respondeu uma boa estrutura física, espaços para brincar e oferta de atividades extracurriculares e 1 educador (1,1%) marcou gestão democrática.

Em relação à participação dos pais na escola, 47 professores (54%) apontaram que deve ocorrer sempre que possível; 30 educadores (34,5%) assinalaram todas as alternativas que englobam as opções: quando chamados pela direção e professores, para participar de assembleias gerais e/ou festividades, para receber boletins e sempre que possível; 4 educadores (4,6%) afirmaram que deve ocorrer quando chamados pela direção e professores e sempre que possível; 3 educadores (3,5%) assinalaram que deve ser para participar de assembleias gerais e/ou festividades e sempre que possível; 2 educadores (2,3%) responderam que deve ser quando chamados pela direção e professores, para participar de assembleias gerais e/ou festividades e para receber boletins; 1 educador (1,1%) marcou as opções quando chamados pela direção e professores, para participar de assembleias gerais e/ou festividades.

Quando questionados a respeito de quais preocupações do dia a dia devem ser tratadas pela escola, 81 professores (93%) assinalaram todas as opções que são: drogas, sexualidade, violência e meio ambiente; 5 educadores (5,8%) marcaram somente a opção drogas e 1 educador (1,1%) apontou a sexualidade.

Em relação ao processo de escolarização, 44 professores (50,6%) responderam que a maior preocupação é aprender para a vida; 12 educadores (13,8%) apontaram as opções aprender para a vida e saber ser crítico, 10 professores (11,5%) assinalaram aprender para a vida, saber defender-se e saber ser crítico; 9 professores (10,3%) marcaram a opção saber ser crítico, 3 educadores (3,5%) assinalaram saber defender-se; 3 educadores (3,5%) assinalaram todas as opções: passar de ano, aprender para a vida, saber defender-se e saber ser crítico; 2 professores (2,3%) responderam aprender para a vida e saber defender-se; 2 educadores (2,3%) marcaram saber defender-se e saber ser crítico; 1 professor (1,1%) colocou as opções passar de ano e saber ser crítico e 1 educador (1,1%) não assinalou nenhuma das opções.

Segundo 39 professores (44,8%) o principal objetivo de estudar é melhorar a vida; 17 educadores (19,5%) marcam as opções: buscar um profissão, melhorar a vida e informar-se; 10 professores (11,5%) assinalaram todas as alternativas: buscar uma profissão, melhorar a vida, informar-se e cumprir a lei; 8 educadores (9,2%) apontaram buscar uma profissão e melhorar a vida; 6 professores (6,9%) marcaram como objetivo principal buscar uma profissão; 4 educadores (4,6%) colocaram melhorar de vida e informar-se; 2 educadores (2,3%) escolheram as opções buscar uma profissão e informa-se e 1 professor (1,1%) não assinalou nenhuma alternativa.

Quando questionados ao que a comunidade pode fazer em relação à Escola, 57 professores (65,5%) colocaram que deve participar ativamente nas decisões; 19 professores (21,9%) assinalaram todas as opções (comparecer sempre que chama, participar das festividades, participar através de atividades extracurriculares e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem); 4 educadores (4,6%) apontaram as alternativas comparecer sempre que chama e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 3 educadores (3,4%) assinalaram participar através de atividades extracurriculares e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 2 professores (2,3%) marcaram participar das festividades e das atividades extracurriculares; 1 professor (1,1%) colocou comparecer sempre que chama, participar das festividades e participar

ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem e 1 professor (1,1%) não assinalou nenhuma das alternativas.

Em relação aos possíveis parceiros para a escola, 33 professores (38%) marcaram todas as alternativas, sindicatos, associação de moradores, igreja, ambulatorios e instituições assistenciais; 14 professores (16,1%) assinalaram sindicatos, igreja, ambulatorios e instituições assistenciais; 9 professores (10,4%) responderam ambulatorios e instituições assistenciais; 8 educadores (9,2%) apontaram as instituições assistências; 5 professores (5,8%) optaram por associação de moradores, 4 educadores (4,6%) não marcaram nenhuma das alternativas; 2 professores (2,3%) colocaram igreja; 2 educadores (2,3%) marcaram igreja e instituições assistenciais; 2 educadores (2,3%) optaram por associação de moradores e instituições assistenciais; 1 professor (1,1%) marcou sindicatos, associação de moradores e instituições assistências; 1 professor (1,1%) apenas os ambulatorios; 1 educador (1,1%) assinalou sindicatos e associação de moradores; 1 educador (1,1%) respondeu associação de moradores, ambulatorios e instituições assistenciais; 1 professor (1,1%) assinalou sindicatos, ambulatorios e instituições assistências; 1 educador (1,1%) respondeu igreja e ambulatorios; 1 educador (1,1%) respondeu associação de moradores e igreja; 1 educador (1,1%) marcou as opções sindicatos, igreja e instituições assistenciais.

Quando questionados sobre quais as necessidades educacionais a serem atendidas, no âmbito municipal, os educadores colocaram mais creches e profissionais, espaço físico, recursos diversificados, cursos profissionalizantes, educação de qualidade, ampliação do horário de atendimento nas creches, profissionais diferenciados como psicólogas, fonoaudióloga, psicopedagoga, mais espaços culturais, preparação dos alunos para enfrentar uma vida longe das drogas e violência, estrutura física, espaço para brincar nas escolas, gestão democrática, professores bem preparados, valorização dos profissionais, permanência das escolas do campo, secretário nas escolas para auxiliar nos assuntos burocráticos, preparação dos professores para trabalhar com necessidades especiais, aumentar a oferta de vagas na Educação Infantil, concurso público para atendentes com formação específica, professor de música, teatro, dança, inglês e para auxiliar no

trabalho pedagógico, mais recursos para aquisição de materiais pedagógicos que contribuem para o aprendizado das crianças.

Em relação às propostas para enfrentar essas necessidades e sobre quem deve responsabilizar-se, os professores responderam, buscar recursos financeiros via município e governo do Estado, oferta de trabalho, mais creches com horários adequados e mais profissionais qualificados. Educação como prioridade nas famílias, municípios, estado e união, mais cursos profissionalizantes e um polo do Instituto Federal no município, formar profissionais para atender as necessidades, formação de profissionais especializados para as 7 áreas, rever orçamentos e aplicar mais recursos, construir novas creches e ampliar o horário de atendimento, criar possibilidades de formar profissionais no município, criar conselho com profissionais específicos para avaliar e analisar situações, criar cargos inexistentes e envolver todos os órgãos públicos e comunidade. Cada esfera federal, estadual e municipal usar a porcentagem do dinheiro certo na educação, construir projetos coletivos onde todos sejam responsabilizados, buscar parcerias e apoio com outros setores, cumprir as leis ativamente em todos os âmbitos, federal, estadual e municipal, envolver toda a comunidade ativamente no planejamento e execução. Os alunos deveriam estudar na escola mais perto da sua casa, melhorar a estrutura física das escolas, adequando os espaços de acordo com a faixa etária. As responsabilidades são do poder público.

Aos funcionários e atendentes das escolas foram realizadas as mesmas questões e os resultados obtidos foram os seguintes:

Quando questionados a respeito de quem cabe o direito de educar, 34 funcionários e atendentes (68%) apontaram a família; 6 funcionários e atendentes (12%) responderam família e escola; 4 funcionários e atendentes (8%) assinalaram todas as opções: família, escola, sociedade e governo; 4 funcionários e atendentes (8%) elencaram esse dever à escola e 2 funcionários e atendentes (4%) marcaram a família, escola e sociedade.

Em relação ao peso que a escolarização tem na vida de um cidadão 34 funcionários e atendentes (68%) marcaram a opção 100%; 10 funcionários e atendentes (20%) assinalaram 80%; 2 funcionários e atendentes (4%) marcaram por 50%; 2 funcionários e atendentes (4%) marcaram 100% e 80% e 2 funcionários e atendentes (4%) não assinalaram nenhuma das alternativas.

A etapa de escolarização mais importante na vida de um cidadão, para 26 funcionários e atendentes (52%) é a Educação Infantil; para 8 funcionários e atendentes (16%) são todas as etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior; 4 funcionários e atendentes (8%) marcaram o Ensino Fundamental; 4 funcionários e atendentes (8%) destacaram o Ensino Superior; 4 funcionários e atendentes (8%) a Educação Infantil e Ensino Fundamental; 2 funcionários e atendentes (4%) responderam Ensino Médio e Educação Superior e 2 funcionários e atendentes (4%) não marcaram nenhuma alternativa.

Uma boa escola deve ter para 19 funcionários e atendentes (38%) professores bem preparados; pra 18 funcionários e atendentes (36%) uma boa estrutura física, espaços para brincar, gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; para 5 funcionários e atendentes (10%) marcaram as opções de professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 2 funcionários e atendentes (4%) assinalaram uma boa estrutura física, espaços para brincar, gestão democrática, professores bem preparados; 1 pessoa (2%) marcou boa estrutura física; 1 pessoa (2%) colocou boa estrutura física e professores bem preparados; 1 pessoa (2%) assinalou uma boa estrutura física, gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 1 pessoa (2%) respondeu as opções uma boa estrutura física, gestão democrática e professores bem preparados; 1 pessoa (2%) marcou uma boa estrutura física, espaços para brincar, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares e 1 pessoa (2%) assinalou as alternativas de espaços para brincar e professores bem preparados.

Para 42 funcionários e atendentes, (84%), a participação dos pais na escola deve ocorrer sempre que possível; 4 funcionários e atendentes (8%) assinalaram todas as opções, quando chamados pela direção e professores, para participar de assembleias gerais e/ou festividades, para receber boletins e sempre que possível; 1 pessoa (2%) optou por quando chamados pela direção e professores; 1 pessoa (2%) colocou quando chamados pela direção e professores e sempre que possível; 1 pessoa (2%) destacou quando chamados pela direção e professores, para participar de assembleias e/ou festividades e

sempre que possível; 1 pessoa (2%) marcou quando chamados pela direção e professores, para participar de assembleias gerais e/ou festividades.

Quando questionados sobre as preocupações do dia a dia, quais devem ser tratadas pela escola, 26 funcionários e atendentes (52%) marcaram todas as opções: drogas, sexualidade, violência e meio ambiente; 7 funcionários e atendentes (14%) assinalaram drogas; 6 funcionários e atendentes (12%) optaram pelo tema violência, 3 funcionários e atendentes (6%) marcaram o tema meio ambiente; 2 funcionários e atendentes (4%) colocaram drogas, sexualidade e violência; 2 funcionários e atendentes (4%) assinalaram drogas, violência e meio ambiente; 1 funcionário ou atendente (2%) assinalou o tema sexualidade; 1 funcionário ou atendente (2%) colocou as opções violência e meio ambiente, 1 funcionário ou atendente (2%) marcou os temas drogas e sexualidade e, 1 pessoa (2%) marcou os temas drogas e meio ambiente.

Em relação ao processo de escolarização, foi perguntada qual a maior preocupação, 30 funcionários e atendentes (60%) responderam aprender para a vida; 4 funcionários e atendentes (8%) marcaram todas as opções, passar de ano, aprender para a vida, saber defender-se e saber ser crítico; 4 funcionários e atendentes (8%) marcaram por saber ser crítico; 4 funcionários e atendentes (8%) marcaram aprender para a vida e saber defender-se; 4 funcionários e atendentes (8%) assinalaram aprender para a vida e saber ser crítico; 3 funcionários e atendentes (6%) escolheram as opções aprender para a vida, saber defender-se e saber ser crítico e 1 funcionário ou atendente (2%) marcou que a maior preocupação é saber defender-se.

Os funcionários e atendentes também responderam qual o objetivo de estudar. Para 14 deles (28%), o objetivo é buscar uma profissão e melhorar de vida; 13 deles (26%) responderam melhorar de vida; 12 deles (24%) marcaram buscar uma profissão; 4 deles (8%) colocaram buscar uma profissão, melhorar a vida e informar-se; 3 deles (6%) assinalaram todas as alternativas, sendo elas, buscar uma profissão, melhorar a vida, informar-se e cumprir a lei; 2 deles (4%) responderam melhorar de vida e informar-se; 1 deles (2%) marcou informar-se e 1 deles (2%) não assinalou nenhuma das alternativas.

Quando perguntados a respeito do que a comunidade pode fazer em relação à Escola, 29 funcionários e atendentes (58%) responderam que ela deve participar ativamente, 6 funcionários e atendentes (12%) marcaram todas

as alternativas: comparecer sempre que chama, participar das festividades, participar através de atividades extracurriculares e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 6 funcionários e atendentes (12%) assinalaram participar através de atividades extracurriculares e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 3 funcionários e atendentes (6%) escolheram participar das festividades; 2 funcionários e atendentes (4%) assinalaram participar através de atividades extracurriculares; 1 funcionário ou atendente (2%) respondeu comparecer sempre que chama e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 1 funcionário ou atendente (2%) marcou participar das festividades, participar através de atividades extracurriculares e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem, 1 funcionário ou atendente (2%) marcou comparecer sempre que chama e 1 funcionário ou atendente (2%) não assinalou nenhuma das opções.

Para 11 funcionários e atendentes (22%), os possíveis parceiros para a escola seriam as Instituições Assistenciais; 10 funcionários e atendentes (20%) marcaram a opção associação de moradores; 8 funcionários e atendentes (16%) assinalaram todas as alternativas: sindicatos, associação de moradores, igreja, ambulatorios e instituições assistenciais; 4 funcionários e atendentes (8%) não marcaram nenhuma das alternativas; 3 funcionários e atendentes (6%) assinalaram igreja e instituições assistenciais; 2 funcionários e atendentes (4%) colocaram os sindicatos; 2 funcionários e atendentes (4%) responderam associação de moradores, igreja e instituições assistenciais; 2 funcionários e atendentes (4%) assinalaram igreja e instituições assistenciais; 2 funcionários e atendentes (4%) escolheram as opções ambulatorios e instituições assistenciais; 2 funcionários e atendentes (4%) colocaram associação de moradores, ambulatorios e instituições assistenciais; 2 funcionários e atendentes (4%) marcaram sindicatos, associação de moradores, igreja e instituições assistenciais; 1 funcionário ou atendente (2%) colocou sindicatos, associação de moradores e instituições assistenciais e 1 funcionário ou atendente (2%) marcou associação de moradores e ambulatorios.

Quando questionados sobre quais as necessidades educacionais a serem atendidas, no âmbito municipal, os funcionários e atendentes responderam que deve ser investido mais em aulas diferenciadas como inglês, espanhol, teatro, canto, dança, assim como, em profissionais da saúde como: psicóloga, fonoaudióloga, atendentes de creche com vínculo no município e formação específica para trabalhar na Educação Infantil. Deve-se também adquirir mais materiais didáticos, melhorar a estrutura física das escolas, refeitório, quadras de esporte, laboratório de informática, colocar ar condicionado nas salas de aula. Continuar investindo na qualidade da educação com profissionais capacitados. Espaços físicos que atendam as necessidades, promover encontro de formação com a família e a escola de forma que sejam colocadas as responsabilidades cabíveis para ambas as partes. Mais valorização e respeito da comunidade pela escola, mais investimento em recursos humanos e materiais de qualidade. Mais participação dos pais e inclusão na sala de aula, capacitação contínua de todos os profissionais, melhorar as estradas e os ônibus, mais cursos profissionalizantes e creches e diminuir o número de alunos por turma.

Em relação às propostas para enfrentar essas necessidades e quem deve responsabilizar-se, os funcionários e atendentes colocaram que é preciso buscar mais professores para que possa diminuir o número de alunos por turma, sendo que a responsabilidade é do Governo e do Município, juntamente com as escolas. Pessoas habilitadas para atender ao público, contratar profissionais nas diversas áreas propostas que favoreça o povo. Realizar concurso público para psicóloga, fonoaudióloga, psicopedagoga e atendente. Profissionais qualificados que supram as necessidades da escola, maior atuação do município junto com as comunidades do interior. Rever o plano de carreira municipal dos professores, criar cargos, buscar programas e auxílio em parceria com conselho tutelar, equipe médica, psicóloga educacional.

Os alunos das escolas estaduais e municipais também responderam ao questionário. De um total de 1813 alunos (1.300 da rede estadual e 513 da rede municipal), apenas 340 alunos entregaram o questionário. Para 219 dos alunos (64,4%) o dever de educar cabe a família; para 73 alunos (21,5%) cabe a família e escola; 19 alunos (5,5%) colocaram a escola; 11 alunos (3,2%) assinalaram a família, escola e sociedade; 6 alunos (1,8%) marcaram todas as



opções, sendo elas: família, escola, sociedade e governo; 4 alunos (1,2%) responderam que o dever de educar cabe a sociedade; 3 alunos (0,9%) colocaram a família e a sociedade; 3 alunos (0,9%) marcaram família, escola e governo; 1 aluno (0,3%) assinalou que cabe ao governo e 1 aluno (0,3%) não marcou nenhuma das alternativas.

Quando questionados a respeito do peso que a escolarização tem na vida de um cidadão, 164 alunos (48,2%) marcaram a opção 100%; 128 alunos (37,7%) assinalaram 80%; 41 alunos (12%) responderam 50%; 3 alunos (0,9%) colocaram as opções 100% e 80%; 2 alunos (0,6%) optaram por 10% e 2 alunos (0,6%) não marcaram nenhuma das alternativas.

Em relação a etapa de escolarização mais importante na vida de um cidadão, 100 alunos (29,4%) responderam que é o Ensino Fundamental; 76 alunos (22,4%) colocaram a Educação Infantil; 43 alunos (12,6%) assinalaram todas as opções que englobam, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior; 42 alunos (12,3%) marcaram a Educação Superior; 39 alunos (11,5%) escolheram o Ensino Médio; 12 alunos (3,5%) responderam a Educação Infantil e Ensino Fundamental; 8 alunos (2,3%) colocaram a Educação Infantil e Superior; 4 alunos (1,2%) assinalaram a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio; 4 alunos (1,2%) marcaram o Ensino Fundamental e Médio; 4 alunos (1,2%) responderam Ensino Médio e Educação Superior; 4 alunos (1,2%) não marcaram nenhuma das alternativas; 3 alunos (0,9%) escolheram o Ensino Fundamental, Médio e Educação Superior e 1 aluno (0,3%) respondeu que as etapas mais importantes são a Educação Infantil e Ensino Médio.

Para 79 alunos (23,3%) uma boa escola deve ter professores bem preparados; para 72 alunos (21,2%) é preciso uma boa estrutura física, espaços para brincar, gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; para 59 alunos (17,4%) a escola deve ter boa estrutura física e professores bem preparados; para 16 alunos (4,7%) é preciso uma boa estrutura física, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 13 alunos (3,8%) marcaram gestão democrática e professores bem preparados; 12 alunos (3,5%) responderam boa estrutura física, gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 12 alunos (3,5%) disseram que a escola deve ter boa

estrutura física, gestão democrática e professores bem preparados; 11 alunos (3,2%) marcaram professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 11 alunos (3,2%) responderam boa estrutura física, espaços para brincar, gestão democrática e professores bem preparados; 8 alunos (2,3%) optaram pela oferta de atividades extracurriculares; 8 alunos (2,3%) assinalaram boa estrutura física e gestão democrática; 8 alunos (2,3%) colocaram gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 7 alunos (2,1%) escolheram a opção boa estrutura física; 7 alunos (2,1%) marcaram boa estrutura física, espaços para brincar e professores bem preparados; 5 alunos (1,5%) apontaram que é preciso boa estrutura física, espaços para brincar, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 4 alunos (1,2%) assinalaram as opções espaços para brincar e professores bem preparados; para 3 alunos (0,9%) é preciso boa estrutura física e espaços para brincar; para outros 3 alunos (0,9%) é preciso espaços para brincar, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 1 aluno (0,3%) optou pela gestão democrática e 1 aluno (0,3%) marcou as alternativas boa estrutura física, espaços para brincar e oferta de atividades extracurriculares.

Quando questionados sobre quando deve ocorrer a participação dos pais na escola, 200 alunos (58,8%) responderam sempre que possível; 69 alunos (20,3%) assinalaram todas as alternativas: quando chamados pela direção e professores, para participar de assembleias gerais e/ou festividades, para receber boletins e sempre que possível; 14 alunos (4,1%) colocaram para participar de assembleias gerais e/ou festividades e sempre que possível; 11 alunos (3,2%) marcaram para participar de assembleias gerais e/ou festividades; 9 alunos (2,6%) responderam quando chamados pela direção e professores; 7 alunos (2%) colocaram quando chamados pela direção e professores, para receber boletins e sempre que possível; 5 alunos (1,5%) escolheram para receber boletins; 5 alunos (1,5%) disseram que deve ser quando chamados pela direção e professores e para receber boletins; 5 alunos (1,5%) responderam quando chamados pela direção e professores e sempre que possível; 4 alunos (1,2%) marcaram quando chamados pela direção e professores, para participar de assembleias gerais e/ou festividades e para receber boletins; 4 alunos (1,2%) colocaram para participar de assembleias

gerais e/ou festividades e para receber boletins; 3 alunos (0,9%) responderam para receber boletins e sempre que possível; 2 alunos (0,6%) assinalaram quando chamados pela direção e professores, para participar de assembleias gerais e/ou festividades e sempre que possível; 2 alunos (0,6%) marcaram as opções para participar de assembleias gerais e/ou festividades, para receber boletins e sempre que possível.

Ao serem questionados sobre as preocupações do dia a dia, quais temas devem ser tratados pela escola, 181 alunos (53,2%) marcaram todas as alternativas que são: drogas, sexualidade, violência e meio ambiente; 40 alunos (11,8%) escolheram o tema drogas; 21 alunos (6,2%) assinalaram os temas drogas, sexualidade e violência; 20 alunos (5,9%) optaram pela opção meio ambiente; 15 alunos (4,4%) responderam drogas, violência e meio ambiente; 14 alunos (4,1%) colocaram violência; 14 alunos (4,1%) marcaram drogas e violência; 10 alunos (2,9%) escolheram drogas e sexualidade; 7 alunos (2%) drogas e meio ambiente; 6 alunos (1,8%) assinalaram a sexualidade; 5 alunos (1,5%) optaram pelos temas sexualidade e violência; 3 alunos (0,9%) por violência e meio ambiente; 3 alunos (0,9%) não assinalaram nenhuma das alternativas e 1 aluno (0,3%) marcou as opções drogas, sexualidade e meio ambiente.

Quanto ao processo de escolarização, a maior preocupação dos alunos é aprender para a vida, pois 141 deles (41,4%) marcaram essa alternativa. Para 44 alunos (12,9%) é aprender para a vida e saber ser crítico; 42 alunos (12,3%) colocaram passar de ano e aprender para a vida; 23 alunos (6,8%) optaram por passar de ano; 22 alunos (6,5%) assinalaram saber ser crítico; 20 alunos (5,9%) assinalaram todas as alternativas, sendo elas: passar de ano, aprender para a vida, saber defender-se e saber ser crítico; 14 alunos (4,1%) assinalaram aprender para a vida, saber defender-se e saber ser crítico; 9 alunos (2,6%) apontaram as opções aprender para a vida e saber defender-se; 8 alunos (2,4%) marcaram passar de ano, aprender para a vida e saber defender-se; 6 alunos (1,8%) colocaram, passar de ano, aprender para a vida e saber ser crítico; 4 alunos (1,2%) responderam saber defender-se e saber ser crítico; para 3 alunos (0,9%) a maior preocupação é passar de ano e saber ser crítico, para outros 3 alunos (0,9%) é passar de ano e saber defender-se e para 1 aluno (0,3%) é passar de ano, saber defender-se e saber ser crítico.

Os alunos também responderam sobre o objetivo de estudar. Para 100 deles (29,4%) os principais objetivos são: buscar uma profissão e melhorar a vida, para 97 (28,5%) é buscar uma profissão, para 47 (13,8%) é melhorar a vida; 41 alunos (12%) responderam buscar uma profissão, melhorar a vida e informar-se; 18 alunos (5,3%) assinalaram todas as alternativas, que englobam: buscar uma profissão, melhorar a vida, informar-se e cumprir a lei; 10 alunos (2,9%) marcaram buscar uma profissão e informar-se; 7 alunos (2,1%) optaram pela opção informar-se; 6 alunos (1,8%) assinalaram cumprir a lei; 5 alunos (1,5%) apontaram para melhorar a vida e informar-se; 4 alunos (1,2%) marcaram buscar uma profissão, melhorar a vida e cumprir a lei; 2 alunos (0,6%) colocaram informar-se e cumprir a lei; 1 aluno (0,3%) respondeu buscar uma profissão e cumprir a lei; 1 aluno (0,3%) marcou melhorar a vida e cumprira lei e 1 aluno (0,3%) assinalou buscar uma profissão, informar-se e cumprir a lei.

Quando questionados a respeito do que a comunidade pode fazer em relação à escola, 194 alunos (57%) responderam que deve participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 37 alunos (10,8%) assinalaram comparecer sempre que chama; 20 alunos (5,8%) marcaram todas as opções, comparecer sempre que chama, participar das festividades, participar através de atividades extracurriculares e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 17 alunos (5%) optaram pela opção participar através de atividades extracurriculares; 15 alunos (4,4%) colocaram participar através de atividades extracurriculares e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 14 alunos (4,1%) responderam comparecer sempre que chama e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 6 alunos (1,8%) marcaram participar das festividades; 6 alunos (1,8%) colocaram participar das festividades e participar através de atividades extracurriculares; 5 alunos (1,5%) escolheram comparecer sempre que chama e participar através de atividades extracurriculares; 4 alunos (1,2%) assinalaram as opções comparecer sempre que chama, participar das festividades e participar através de atividades extracurriculares; 4 alunos (1,2%) marcaram participar das festividades, participar através de atividades extracurriculares e participar

ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 4 alunos (1,2%) responderam comparecer sempre que chama, participar através de atividades extracurriculares e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 4 alunos (1,2%) colocaram comparecer sempre que chama, participar das festividades e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 4 alunos (1,2%) assinalaram participar das festividades e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 4 alunos (1,2%) marcaram comparecer sempre que chama e participar das festividades e 2 alunos (0,6%) não marcaram nenhuma das alternativas.

Em relação aos possíveis parceiros para a escola, 87 alunos (25,5%) marcaram a opção instituições assistenciais; 45 alunos (13,2%) marcaram associação de moradores; 41 alunos (12%) colocaram os Sindicatos; 29 alunos (8,5%) assinalaram todas as alternativas: sindicatos, associação de moradores, igreja, ambulatorios e instituições assistenciais; 27 alunos (7,9%) optaram por sindicatos e instituições assistenciais; 21 alunos (6,2%) responderam associação de moradores e instituições assistenciais; 15 alunos (4,4%) escolheram associação de moradores, igreja e instituições assistenciais; 14 alunos (4,1%) marcaram os sindicatos e associação de moradores; 11 alunos (3,2%) assinalaram os sindicatos, igreja, ambulatorios e instituições assistenciais; 7 alunos (2,1%) optaram pela Igreja, 6 alunos (1,8%) responderam sindicatos, associação de moradores e instituições assistenciais; 5 alunos (1,5%) colocaram a igreja e instituições assistenciais; para 4 alunos (1,2%) os possíveis parceiros seriam os sindicatos e igreja; para outros 4 alunos (1,2%) seriam ambulatorios e instituições assistenciais; 3 alunos (0,9%) colocaram sindicatos, igreja e instituições assistenciais; 3 alunos (0,9%) assinalaram associação de moradores e igreja; 3 alunos (0,9%) responderam sindicatos, igreja e ambulatorios; 2 alunos (0,6%) colocaram sindicatos, ambulatorios e instituições assistenciais; 2 alunos (0,6%) marcaram sindicatos, associação de moradores, ambulatorios e instituições assistenciais; 2 alunos (0,6%) assinalaram associação de moradores, ambulatorios e instituições assistenciais; 1 aluno (0,3%) optou pelas alternativas da igreja e ambulatorios; 1 alunos (0,3%) respondeu associação de moradores e ambulatorios; 1 aluno

(0,3%) marcou os sindicatos, associação de moradores, igreja e instituições assistenciais e 6 alunos (1,8%) não assinalaram nenhuma das alternativas.

Quando questionados sobre quais as necessidades educacionais a serem atendidas, no âmbito municipal, os alunos responderam que é preciso melhorar a aprendizagem dos alunos, ter mais profissionais qualificados e capacitados, cursos técnicos e convênios com universidades, transporte escolar seguro, melhorar a estrutura nas escolas, disponibilizar curso superior, ter mais investimento em livros e materiais didáticos, laboratório de Ciências e melhorar a estrutura para o laboratório de informática, acesso a internet para pesquisa, mais fonoaudiólogas, psicólogas e enfermeiras, valorização dos professores, mais parques e praças, envolver toda a sociedade nas atividades escolares, ter mais bibliotecas ou melhorar as que já existem, mais professores qualificados para atender alunos com necessidades, trabalhar assuntos como drogas e violência, ter mais palestras de aconselhamento, aula de informática, mais projetos educacionais, colocar ar condicionado nas salas de aula, ter um modo diversificado de ensino, mais vagas nas creches, flexibilidade nos horários, classes novas, livros diferenciados, investir em atividades extracurriculares, aulas de reforço, melhorar as estradas, oferecer mais viagens de estudo, ter uma sociedade escolar democrática onde todos devem opinar e maior segurança no caminho para a escola e vice-versa.

Em relação às propostas para enfrentar essas necessidades e quem deve responsabilizar-se, os alunos responderam que é preciso buscar mais verbas através de projetos, construir novos prédios, realizar parcerias com as empresas, ônibus melhores, escolas mais organizadas e os responsáveis são professores, pais, alunos, escolas, governos federal, estadual e municipal.

Sabe-se que a participação dos pais na vida dos alunos é de suma importância, por isso estes também participaram da pesquisa, respondendo ao questionário. De um total de 400 pais, 294 (73,5%) colocaram que o dever de educar cabe a família; 81 (20,25%) marcaram as opções família e escola; 8 (2%) responderam escola; 7 (1,75%) assinalaram todas as alternativas, sendo elas: família, escola, sociedade e governo; 3 (0,75%) colocaram família, escola e sociedade; para 2 pais (0,5%) o dever de educar cabe a sociedade, para outros 2 (0,5%) cabe a família e sociedade e para outros 2 (0,5%) cabe a família e governo e para 1 pai (0,25%) o dever cabe a família, escola e governo.

Quando perguntados sobre o peso que a escolarização tem na vida de um cidadão, 234 pais (58,5%) responderam a opção 100%; 112 (28%) marcaram 80%; 46 (11,5%) assinalaram 50%; 6 (1,5%) não marcaram nenhuma das alternativas e 2 (0,5%) colocaram 10%.

Para 209 pais (52,25%) a etapa de escolarização mais importante na vida de um cidadão é a Educação Infantil; para 60 pais (15%) é o Ensino Fundamental; para 41 pais (10,25%) é a Educação Superior; para 29 pais (7,25%) são todas as etapas, que englobam: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior; para 23 pais (5,75%) é o Ensino Médio; para 13 pais (3,25%) é a Educação Infantil e o Ensino Fundamental; 7 pais (1,75%) é a Educação Infantil e Superior; para 4 pais (1%) é o Ensino Fundamental e Médio; para 2 pais (0,5%) é a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio; para 1 pai (0,25%) é o Ensino Médio e a Educação Superior; para 1 pai (0,25%) é Educação Infantil, Ensino Médio e Educação Superior; para 1 pai (0,25%) é a Educação Infantil e Ensino Médio e 9 pais (2,25%) não marcaram nenhuma das alternativas.

Ao serem questionados sobre o que uma boa escola deve ter, 203 pais (50,75%) apontaram que deve ter professores bem preparados; 78 pais (19,5%) marcaram todas as opções que englobam; boa estrutura física, espaços para brincar, gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 31 pais (7,75%) colocaram uma boa estrutura física e professores bem preparados; 21 pais (5,25%) assinalaram as opções, boa estrutura física, espaços para brincar e professores bem preparados; 9 pais (2,25%) apontaram para boa estrutura física, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 8 pais (2%) marcaram a alternativa boa estrutura física; 8 pais (2%) colocaram professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 7 pais (1,75%) responderam que deve ter espaços para brincar e professores bem preparados; 6 pais (1,5%) colocaram boa estrutura física, espaços para brincar, gestão democrática e professores bem preparados; 5 pais (1,25%) marcaram a opção oferta de atividades extracurriculares; 5 pais (1,25%) escolheram espaços para brincar, gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 4 pais (1%) assinalaram boa estrutura física, gestão democrática e professores bem preparados; 3 pais (0,75%)

responderam gestão democrática; 3 pais (0,75%) disseram gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; para 2 pais (0,5%) a escola deve ter boa estrutura física, espaços para brincar, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; para 2 pais (0,50%) deve ter gestão democrática e professores bem preparados; 1 pai (0,25%) marcou boa estrutura física, gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 1 pais (0,25%) assinalou espaços para brincar, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 1 pai (0,25%) respondeu espaços para brincar e oferta de atividades extracurriculares e 2 pais (0,50%) não marcaram nenhuma das opções.

Segundo 291 dos pais (72,75%) a participação deles na escola deve ocorrer sempre que possível; para 36 pais (9%) deve acontecer quando chamados pela direção e professores, para participar de assembleias gerais e/ou festividades, para receber boletins e sempre que possível; para 18 pais (4,5%) deve ser para participar de assembleias gerais e/ou festividades e sempre que possível; 11 pais (2,75%) marcaram a opção quando chamados pela direção e professores; 10 pais (2,5%) assinalaram participar de assembleias gerais e/ou festividades; 9 pais (2,25%) assinalaram quando chamados pela direção e sempre que possível; 7 pais (1,75%) responderam quando chamados pela direção, para participar das assembleias gerais e/ou festividades e sempre que possível; 4 pais (1%) marcaram as opções para recebe boletins e sempre que possível; 2 pais (0,5%) disseram que deve ocorrer sempre que possível; 2 pais (0,5%) colocaram quando chamados pela direção e professores e para participar de assembleias gerais e/ou festividades; 2 pais (0,5%) assinalaram quando chamados pela direção e professores, para receber boletins e sempre que possível; 2 pais (0,5%) responderam para participar de assembleias e/ou festividades, para receber boletins e sempre que possível, 1 pai (0,25%) marcou as opções quando chamados pela direção e professores, para participar de assembleias e/ou festividades, para receber boletins; 1 pai (0,25%) respondeu quando chamados pela direção e professores e para receber boletins; 1 pai (0,25%) colocou para participar de assembleias e/ou festividades, para receber boletins e 3 pais (0,75%) não marcaram nenhuma das alternativas.



Quando questionados sobre as preocupações do dia a dia, quais devem ser tratadas pela escola, 170 pais (42,5%) marcaram todas as alternativas, sendo elas: drogas, sexualidade, violência e meio ambiente; 82 pais (20,5%) colocaram o tema drogas; 46 pais (11,5%) assinalaram os temas drogas e violência; 35 pais (8,75%) responderam o assunto meio ambiente; 17 pais (4,25%) optaram pelo tema das drogas; 13 pais (3,25%) marcaram as opções drogas, violência e meio ambiente; 7 pais (1,75%) colocaram drogas, sexualidade e violência; 6 pais (1,5%) escolheram os temas drogas e meio ambiente; 4 pais (1%) optaram pelo tema meio ambiente; 3 pais (0,75%) assinalaram violência e meio ambiente; 3 pais (0,75%) responderam drogas, sexualidade e meio ambiente; 2 pais (0,5%) marcaram drogas e sexualidade; 2 pais (0,5%) responderam sexualidade e meio ambiente e 10 pais (2,5%) não marcaram nenhuma das alternativas.

Para 286 pais (71,5%) a maior preocupação em relação ao processo de escolarização é aprender para a vida; para 23 pais (5,75%) é aprender para a vida e passar de ano; 17 pais (4,25%) marcaram aprender para a vida e saber ser crítico; 16 pais (4%) assinalaram aprender para a vida, saber defender-se e saber ser crítico; 13 pais (3,25%) colocaram aprender para a vida e saber defender-se; 12 pais (3%) marcaram todas as opções: passar de ano, aprender para a vida, saber defender-se e saber ser crítico; 11 pais (2,75%) escolheram a opção passar de ano; 6 pais (1,5%) optaram por saber defender-se, 6 pais (1,5%) responderam passar de ano, aprender para a vida e saber defender-se; 5 pais (1,25%) escolheram saber ser crítico; 1 pai (0,25%) colocou passar de ano e saber defender-se e 4 pais (1%) não marcaram nenhuma das opções.

Em relação ao objetivo de estudar, 160 pais (40%) colocaram buscar uma profissão; 87 pais (21,75%) escolheram melhorar a vida; 50 pais (12,5%) marcaram buscar uma profissão e melhorar a vida; 41 pais (10,25%) assinalaram buscar uma profissão, melhorar a vida e informar-se; 18 pais (4,5%) responderam buscar uma profissão e informar-se; 17 pais (4,25%) optaram por informar-se; 17 pais (4,25%) marcaram todas as opções, sendo elas: buscar uma profissão, melhorar a vida, informar-se e cumprir a lei; 5 pais (1,25%) colocaram buscar uma profissão, melhorar a vida e cumprir a lei; 2 pais (0,50%) disseram melhorar a vida e informar-se; 1pai (0,25%) marcou

buscar uma profissão e cumprir a lei; 1 pai (0,25%) optou pela opção cumprir a lei e 1 pai (0,25%) não marcou nenhuma das alternativas.

Quando questionados a respeito do que a comunidade pode fazer em relação à escola, 257 pais (64,25%) disseram que deve participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 46 pais (11,5%) marcaram todas as alternativas, que englobam: comparecer sempre que chama, participar das festividades, participar através de atividades extracurriculares e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 29 pais (7,25%) optaram por comparecer sempre que chama; 20 pais (5%) colocaram comparecer sempre que chama e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 9 pais (2,25%) escolheram participar através de atividades extracurriculares; 6 pais (1,5%) marcaram participar através de atividades extracurriculares e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 5 pais (1,25%) optaram por participar das festividades; 5 pais (1,25%) colocaram participar das festividades, participar através de atividades extracurriculares e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 4 pais (1%) assinalaram comparecer sempre que chama e participar das festividades; 4 pais (1%) marcaram participar das festividades, participar através de atividades extracurriculares; 4 pais (1%) responderam comparecer sempre que chama, participar através de atividades extracurriculares e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 4 pais (1%) colocaram comparecer sempre que chama, participar das festividades e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 3 pais (0,75%) responderam participar das festividades e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 3 pais (0,75%) marcaram comparecer sempre que chama, participar das festividades e participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem e 1 pai (0,25%) não marcou nenhuma das alternativas.

Em relação aos possíveis parceiros para a escola, 145 pais (36,25%) marcaram as instituições assistenciais; 66 pais (16,5%) colocaram Associação de moradores; 27 pais (6,75%) assinalaram todas as opções, sendo elas:

Sindicatos, Associação de moradores, Igreja, Ambulatórios e Instituições assistenciais; 18 pais (4,5%) responderam Associação de moradores e Instituições assistenciais; 16 pais (4%) optaram pela Igreja; para 14 pais (3,5%) os possíveis parceiros seriam Associação de moradores, Igreja e Instituições assistenciais; para outros 14 pais (3,5%) seriam a Igreja e Instituições assistenciais; para 12 pais (3%) os Sindicatos; 12 pais (3%) Ambulatórios e Instituições Assistenciais; 10 pais (2,5%) marcaram Sindicatos, Associação de moradores, Igreja e Instituições assistenciais; 9 pais (2,25%) colocaram Associação de moradores, Igreja, Ambulatórios e Instituições assistenciais; 8 (2%) escolheram os Ambulatórios; 6 pais (1,5%) responderam Associação de moradores e Igreja; 5 pais (1,25%) colocaram Sindicatos e Associação de moradores; 3 pais (0,75%) disseram Sindicatos, Associação de moradores e Instituições assistenciais; 3 pais (0,75%) assinalaram Sindicatos e Instituições Assistenciais; 3 pais (0,75%) responderam Igreja, Ambulatórios e Instituições assistenciais; 2 pais (0,50%) marcaram Sindicatos, Igreja e Instituições assistenciais; 2 pais (0,50%) responderam Associação de moradores, Ambulatórios e Instituições assistenciais; 2 pais (0,50%) assinalaram Sindicatos, Associação de moradores e Igreja; 2 pais (0,50%) colocaram Sindicatos, Associação de moradores, Ambulatórios e Instituições assistenciais; 2 pais (0,50%) colocaram Associação de moradores, Igreja e Ambulatórios; 2 pais (0,50%) escolheram Igreja e Ambulatórios e 17 pais (4,25%) não marcaram nenhuma das opções.

Quando questionados sobre quais as necessidades educacionais a serem atendidas, no âmbito municipal, os pais responderam que é preciso mais professores preparados, escolas com estruturas adequadas, monitoramento da evasão escolar, atendimento odontológico e médico, aprimoramento do inglês e espanhol, mais incentivo ao esporte e a cultura, melhora nas condições das estradas, especializações profissionais, cursos técnicos voltados para a agricultura e pecuária, atendimento psicopedagógico, fonoaudiólogo e psicológico, melhoria do horário da creche, mais verbas para a educação, segurança nas escolas, atividades extracurriculares, melhoria da biblioteca pública, cursos profissionalizantes e educação em saúde.

Em relação às propostas para enfrentar essas necessidades educacionais a serem atendidas e quem deve responsabilizar-se os pais

responderam que é preciso incentivar os educadores, realizar um planejamento adequado, disponibilizar uma porcentagem dos impostos recolhidos para a educação, trazer universidades e cursos técnicos, criação de escolas técnicas, boa infraestrutura nas escolas, professores capacitados, buscar parcerias, realizar palestras para conscientizar os alunos, trabalhar com os pais sobre a nova geração, construir mais creches com salas de sono, adequadas para bebês, ar condicionado nas salas de aula, professores com mestrado e doutorado, melhorar o salário dos professores, ensinar a ler e escrever corretamente, praças educativas e que crianças com necessidades especiais tenham acompanhante. A responsabilidade disso seria dos governantes (federais, estaduais e municipais), vereadores, secretaria de educação, professores, pais, alunos, diretores, ou seja, de toda a comunidade.

A Escola Indígena Fág Kavá também participou da pesquisa, sendo que 55 alunos responderam ao questionário, desses 31 (56,4%) responderam que o dever de educar cabe a família; 12 alunos (21,8%) marcaram as opções família, escola e sociedade; 8 alunos (14,5%) escolheram a escola; 3 alunos (5,5%) colocaram a família e a escola; 1 aluno (1,8%) assinalou que o dever de educar cabe a escola e ao governo.

Em relação ao peso que a escolarização tem na vida de um cidadão, 23 alunos (41,8%) marcaram 80%; 21 alunos (38,2%) responderam 100%; 8 alunos (14,5%) colocaram 50%; 2 alunos (3,6%) assinalaram 10% e 1 aluno (1,8%) colocou as opções 100 e 80%.

Quando os alunos foram questionados a respeito de qual etapa de escolarização é a mais importante na vida de um cidadão, 25 deles (45,5%) responderam que se trata do Ensino Fundamental; 10 (18,2%) marcaram a Educação Infantil; 8 (14,5%) assinalou o Ensino Médio; outros 8 (14,5%) a Educação Superior e 4 alunos (7,3%) assinalou a Educação Infantil e o Ensino Médio.

Para 25 alunos (45,5%) uma boa escola deve ter professores bem preparados; 10 alunos (18,2%) marcaram todas as opções que são: boa estrutura física, espaços para brincar, gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 5 alunos (9,1%) optaram por uma boa estrutura física; 4 alunos (7,3%) escolheram oferta de atividades extracurriculares; 3 alunos (5,5%) responderam espaços para brincar; 2 alunos

(3,6%) colocaram boa estrutura física, espaços para brincar, gestão democrática e professores bem preparados; 2 alunos (3,6%) marcaram professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 2 alunos (3,6%) responderam boa estrutura física, gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 1 aluno (1,8%) optou pela gestão democrática; e 1 aluno (1,8%) escolheu espaços para brincar e professores bem preparados.

Ao serem questionados sobre quando deve ocorrer a participação dos pais na escola, 32 alunos (58,2%) responderam sempre que possível; 11 alunos (20%) colocaram a opção para receber boletins; 5 alunos (9,1%) marcaram quando chamados pela direção e professores; 3 alunos (5,5%) assinalaram a alternativa para participar de assembleias gerais e/ou festividades; 1 aluno (1,8%) respondeu quando chamados pela direção e professores e para receber boletins; 1 aluno (1,8%) colocou participar de assembleias e/ou festividades e sempre que possível; 1 aluno (1,8%) marcou para receber boletins e sempre que possível e 1 aluno (1,8%) não marcou nenhuma das opções.

Sobre as questões das preocupações do dia a dia, quais devem ser tratadas pela escola, 16 alunos (29,1%) assinalaram todas as opções, sendo elas: drogas, sexualidade, violência e meio ambiente; 14 alunos (25,5%) responderam o meio ambiente; 8 alunos (14,5%) marcaram as drogas; 5 alunos (9,1%) optaram pelo tema violência; 4 alunos (7,3%) colocaram drogas, violência e meio ambiente; 3 alunos (5,5%) responderam o tema sexualidade; 1 aluno (1,8%) assinalou drogas e meio ambiente; 1 aluno (1,8%) marcou drogas, sexualidade e meio ambiente; 1 aluno (1,8%) colocou sexualidade, violência e meio ambiente; 2 alunos (3,6%) não assinalou nenhuma das alternativas.

Em relação ao processo de escolarização, a maior preocupação dos alunos é aprender para a vida, sendo que 31 deles (56,4%) marcaram essa opção; 10 alunos (18,2%) colocaram passar de ano; 10 alunos (18,2%) responderam aprender para a vida e saber defender-se; 2 alunos (3,6%) assinalaram aprender para a vida e saber ser crítico; 1 aluno (1,8%) marcou saber defender-se e 1 aluno (1,8%) colocou passar de ano, aprender para a vida e saber defender-se.

Quanto ao objetivo de estudar, 20 alunos (36,4%) colocaram melhorar a vida; 19 alunos (34,5%) optaram buscar uma profissão; 6 alunos (10,9%) marcaram buscar uma profissão e melhorar a vida; 3 alunos (5,5%) assinalaram buscar uma profissão, melhorar a vida e informar-se; 1 aluno (1,8%) respondeu informar-se; 1 aluno (1,8%) assinalou cumprir a lei; 1aluno (1,8%) marcou melhorar a vida e informar-se e 4 alunos (7,3%) não marcou nenhuma das alternativas.

Quando questionados sobre o que a comunidade pode fazer em relação à escola, 23 alunos (41,8%) responderam participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 12 alunos (21,8%) marcaram participar através de atividades extracurriculares; 8 alunos (14,5%) colocaram comparecer sempre que chama; 4 alunos (7,3%) responderam participar das festividades e participar através de atividades extracurriculares; 4 alunos (7,3%) assinalaram comparecer sempre que chama e participar através de atividades extracurriculares; 2 alunos (3,6%) optaram por participar das festividades e 2 alunos (3,6%) marcaram comparecer sempre que chama, participar das festividades e participar através de atividades extracurriculares.

Para 14 alunos (25,5%) os possíveis parceiros para a escola seriam os Sindicatos; 8 alunos (14,5%) marcaram Associação de moradores, Igreja e Ambulatórios; 6 alunos (10,9%) responderam Igreja; 5 alunos (9,1%) optaram pela Associação de moradores; 4 alunos (7,3%) assinalaram Ambulatórios; 4 alunos (7,3%) colocaram as Instituições assistenciais; 3 alunos (5,5%) escolheram Associação de moradores e Instituições assistenciais; 2 alunos (3,6%) marcaram Associação de moradores, Igreja, Ambulatórios e Instituições assistenciais; 1 aluno (1,8%) respondeu Igreja e Ambulatórios; 1 aluno (1,8%) colocou Sindicatos, Associação de moradores, Igreja e Instituições assistenciais; 1 aluno (1,8%) marcou Associação de moradores e Ambulatórios; para 1aluno (1,8%) seriam os Sindicatos e Ambulatórios; para 1 aluno (1,8%) seriam a Igreja e Ambulatórios e 4 alunos (7,3%) não marcaram nenhuma das alternativas.

Quando questionados sobre quais as necessidades educacionais a serem atendidas, no âmbito municipal, os alunos responderam que é preciso creche, Ensino Médio, cursos profissionalizantes, mais cultura, asfaltos, mais professores, transporte específico para a escola Fág Kavá e melhorar a

estrutura da escola. Quem deve responsabilizar-se por isso, segundo os alunos, seriam os poderes públicos, o cacique, os professores e o prefeito.

Os professores e funcionários da Escola Fág Kavá também responderam ao questionário. De um total de 15, 13 professores e funcionários (86,6%) responderam que o dever de educar cabe à família; 1 pessoa (6,7%) marcou todas as opções, sendo elas: família, escola, sociedade e governo; 1 pessoa (6,7%) colocou que o dever de educar cabe a família, escola e sociedade.

Quanto ao peso que a escolarização tem na vida de um cidadão 11 professores e funcionários (73,3%) responderam 100% e 4 professores e funcionários (26,7%) marcaram 80%.

Em relação a etapa de escolarização mais importante na vida de um cidadão, 5 professores e funcionários (33,3%) responderam o Ensino Fundamental; 5 professores e funcionários (33,3%) colocaram a Educação Superior; 4 professores e funcionários (26,7%) marcaram a Educação Infantil e 1 pessoa (6,7%) assinalou todas as alternativas, sendo elas: Educação Infantil, Ensino Fundamenta, Ensino Médio e Educação Superior.

Quando perguntados sobre o que uma boa escola deve ter, 5 professores e funcionários (33,3%) marcaram a opção professores bem preparados; 5 professores e funcionários (33,3%) assinalaram todas as opções que são: boa estrutura física, espaços para brincar, gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 2 professores e funcionários (13,3%) responderam boa estrutura física e professores bem preparados; 1 pessoa (6,7%) colocou gestão democrática e professores bem preparados; 1 pessoa (6,7%) marcou professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares; 1 pessoa (6,7%) respondeu boa estrutura física, gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares.

Para 14 dos professores e funcionários (93,3%) a participação dos pais na escola deve ocorrer sempre que possível e para 1 pessoa (6,7%) deve ocorrer quando chamados pela direção e professores, para participar das assembleias gerais e/ou festividades e sempre que possível.

Quando questionados sobre as preocupações do dia a dia, quais devem ser tratadas pela escola, 8 professores e funcionários (53,3%) marcaram todos

os temas: drogas, sexualidade, violência e meio ambiente; 3 professores e funcionários (20%) responderam drogas; 2 professores e funcionários (13,3%) optaram pelo tema violência; 1 pessoa (6,7%) colocou drogas e sexualidade e 1 pessoa (6,7%) marcou drogas e violência.

Em relação ao processo de escolarização, a maior preocupação, segundo 7 professores e funcionários (46,6%) é aprender para a vida; para 4 professores e funcionários (26,7%) é saber ser crítico; para 3 professores e funcionários (20%) é aprender para a vida e saber ser crítico e para 1 professor ou funcionário (6,7%) é aprender para a vida e saber defender-se.

Quando questionados sobre o objetivo de estudar, 6 professores e funcionários (40%) marcaram a opção buscar uma profissão; 5 professores e funcionários (33,3%) responderam melhorar vida; 2 professores e funcionários (13,3%) colocaram informa-se; 1 professor ou funcionário (6,7%) assinalou as opções buscar uma profissão, melhorar a vida e cumprir a lei e 1 pessoa (6,7%) não marcou nenhuma das opções.

Quanto ao que a comunidade pode fazer em relação à escola, 12 professores e funcionários (80%) responderam que deve participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem; 1 pessoa (6,7%) colocou comparecer sempre que chama; 1 pessoa (6,7%) optou por participar através de atividades extracurriculares; 1 pessoa (6,6%) marcou comparecer sempre que chama, participar das festividades e participar de atividades extracurriculares.

Em relação aos possíveis parceiros para a escola, 6 professores e funcionários (40%) marcaram as Instituições assistenciais; 4 professores e funcionários (26,7%) optaram pela Associação de moradores; 2 professores e funcionários (13,2%) responderam Associação de moradores e Instituições assistenciais; 1 pessoa (6,7%) assinalou todas as opções, sendo elas: Sindicatos, Associação de moradores, Igreja, Ambulatórios e Instituições assistenciais; 1 pessoa (6,7%) respondeu Sindicatos e Associação de moradores e 1 pessoa (6,7%) marcou Igreja, Ambulatórios e Instituições assistenciais.

Quando questionados sobre quais as necessidades educacionais a serem atendidas, no âmbito municipal, os professores e funcionários responderam que é preciso transporte específico para a comunidade indígena,



mais vagas nas creches e mais creches. Creche para atender as crianças que não estão sendo assistidas pelo estado, melhorar o transporte, os alunos com problemas de aprendizagem devem ser encaminhados para consulta com psicólogas ou neurologistas para que possam ser tratados e atendidos na sala de recurso, material de apoio aos professores para atender melhor esses alunos. Disponibilidade de um ônibus para atividades extracurriculares e visitação para conhecer outras culturas. Ensino médio profissionalizante na comunidade e cursos profissionalizantes.

Em relação às propostas para enfrentar essas necessidades educacionais e quem deve responsabilizar-se, os professores e funcionários responderam que é preciso um transporte que contemple os alunos dentro da reserva para que facilite a ida e vinda dos mesmos para casa e escola, para que não fiquem 1 hora esperando, construção de mais salas para creche, mais recursos humanos. A responsabilidade fica a cargo da secretária de educação do município, diretor da escola, pais, escola, prefeito e comunidade.

Os pais da área indígena também foram convidados e solicitados a participarem, mas apenas 2 deles entregaram o questionário. Desses, 1 colocou que o dever de educar cabe a família e o outro que cabe a escola. Um respondeu que o peso que a escolarização tem na vida de um cidadão é de 100% e o outro colocou 80%.

Quando questionados sobre a etapa de escolarização mais importante na vida de um cidadão, um respondeu o Ensino Fundamental e o outro a Educação Superior. Para um deles, uma boa escola deve ter professores bem preparados e, para o outro deve ter boa estrutura física, espaços para brincar, gestão democrática, professores bem preparados e oferta de atividades extracurriculares.

Em relação à participação deles na escola, um colocou que os pais devem comparecer sempre que chamados pela direção e professores e, o outro que os pais devem comparecer para retirar boletins e sempre que possível.

Dentre as preocupações do dia a dia, um pai assinalou que as escolas devem trabalhar com todos os temas colocados, como drogas, sexualidade, violência e meio ambiente, enquanto o outro pai não marcou nenhuma das opções.

Em relação ao processo de escolarização a maior preocupação de um pai é saber defender-se e, para o outro é passar de ano, aprender para a vida, saber defender-se e saber ser crítico. Quanto ao objetivo de estudar, um pai colocou buscar uma profissão e, o outro melhorar a vida.

Quando questionados sobre o que a comunidade pode fazer em relação à escola, um pai respondeu que deve comparecer sempre que a Escola chama e, o outro colocou que deve participar ativamente nas decisões que dizem respeito ao processo de ensino aprendizagem. E, em relação aos possíveis parceiros para a escola, um respondeu a Igreja e o outro respondeu Associação de moradores, Igreja e Ambulatórios.

Quando questionados sobre quais as necessidades educacionais a serem atendidas, no âmbito municipal, os pais responderam que se faz necessário transporte local para que os filhos cheguem mais cedo em casa no inverno, creche e Ensino Médio. A responsabilidade, segundo os pais, é das lideranças.